

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS
NÍVEL MESTRADO

PAULIANE DE CARVALHO BRAGA

LITERATURA, COMUNISMO E CAMPESINATO:

UMA LEITURA SOBRE BERNARDO ÉLIS

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS
NÍVEL MESTRADO

PAULIANE DE CARVALHO BRAGA

LITERATURA, COMUNISMO E CAMPESINATO:

UMA LEITURA SOBRE BERNARDO ÉLIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloísa Maria Murgel Starling

BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2015

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender a ascensão política do campesinato brasileiro e a mediação realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste processo a partir da obra do escritor goiano Bernardo Élis. Analisando sua produção de 1944 a 1966 (*Ermos e Gerais, A terra e as carabinas, O tronco, Veranico de Janeiro e Caminhos e descaminhos*) buscaremos compreender em qual medida o autor interviu no debate político do período. Ao contar de uma República que era construída longe do que era comum, recriando literariamente os pontos de tensão e ancoragem das relações sociais e de poder estabelecidas nos sertões, apontando o não concretizado do projeto político brasileiro, Bernardo Élis estabeleceu o limite de um mundo que não poderia mais existir. Sua contribuição literária para o debate sobre o campo brasileiro é relevante não só por colocar a questão na ordem do dia, mas por qualificá-la, humanizando seus personagens. Élis construiu imagens e sentidos particulares para seus camponeses, posseiros, vaqueiros, jagunços, assim como para patrões, coronéis, juizes, delegados e soldados. Costurando história, política e ficção, o autor modelou um sistema de ideias que iluminou possibilidades, oferecendo sua visão da vida, e evidenciando a possibilidade de integração política das margens.

Palavras-chave: Bernardo Élis; Partido Comunista Brasileiro (PCB); campesinato; literatura.

ABSTRACT

In this work we will seek to understand the political rise of the Brazilian peasantry and the mediation conducted by the Brazilian Communist Party (PCB) in this process, from Bernardo Élis work, a writer borned in Goiás, Brazil. Analyzing his work between 1944 and 1966 (*Ermos e Gerais, A terra e as carabinas, O tronco, Veranico de Janeiro e Caminhos e descaminhos*) we seek to understand in what extent the author intervned in the political debate of the period. Telling the story of a Republic that was built far from what was common, literarily recreating the stress points and the anchorage of social and power relations established in the hinterlands, and pointing out the *undone* in the Brazilian political project, Bernardo Élis established the limit of a world that could no longer exist. His literary contribution to the debate about the Brazilian peasantry is relevant not only to put that issue on the political agenda, but to qualify it, humanizing their characters. Élis built images and particular points of view for the peasants and settlers shown in his work, as well as the land owners, *Coronéis*, judges, and the police forces. Putting together history, politics and fiction, the author has built a system of ideas that underlined possibilities, offering his particular view of life, and showing the possibility of political integration to the actors that lies outside de mainstream history subjects.

Keywords: Bernardo Élis; Brazilian Communist Party (PCB); Peasantry; Literature.

DEDICATÓRIA

Aos camponeses que lutaram e lutam pelo direito à terra.

AGRADECIMENTOS

Dos anos de trabalho e das muitas páginas escritas, sobra-nos esse pequeno espaço para agradecer às muitas pessoas que foram fundamentais nesse processo. Parece injusto, e é, se pensarmos no quão generosas elas foram.

Primeiro, os agradecimentos institucionais. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, e especialmente aos professores do Departamento de História, que deram as bases de minha formação acadêmica. Fundamentais também para a concretização desse trabalho, agradeço aos servidores administrativos da pós-graduação e da Biblioteca Prof. Antônio Luiz Paixão.

De forma muito especial agradeço à minha orientadora, Heloisa Starling, por sua atenção e generosidade não só durante a feitura deste trabalho, mas nos anos de contínua aprendizagem no *Projeto República*. Nesse espaço encontrei ambiente propício à reflexão, incentivo à prática da pesquisa e, principalmente, amigos. Agradeço também aos professores Wander de Melo Miranda, Juarez Guimarães e André Botelho pelas críticas e sugestões feitas em minha defesa de dissertação.

Por fim, agradeço àqueles a quem devo muito mais do que minha formação acadêmica. Aos meus pais e minhas irmãs, a quem devo todas as coisas e dedico todo meu amor e gratidão; e ao Wilkie, pelas leituras, sugestões e interlocução constantes, mas principalmente por estar comigo sempre, pelo amor e cumplicidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABL - Academia Brasileira de Letras

ABDE – Associação Brasileira de Escritores

ABDE-GO – Associação Brasileira de Escritores, Seção de Goiás

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

CEDAE – Centro de Documentação Alexandre Eulálio

CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

IPM – Inquérito Policial Militar

MASTER – Movimento dos Agricultores sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCB-GO – Partido Comunista Brasileiro seção Goiás

PCB-MG – Partido Comunista Brasileiro seção Minas Gerais

PSD - Partido Social Democrático

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UBE-GO – União Brasileira de Escritores de Goiás

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

ULTAG – União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás

URSS – União Soviética

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

Introdução

Do problema	07
A fonte literária	12
Outras fontes	17

Capítulo 1 – Considerações biográficas

Apresentações e conceitos	21
Bernardo Élis, primeira chuva	26
Bernardo Élis nos caminhos dos gerais	32
Bernardo Élis, caminhos e descaminhos	48

Capítulo 2 – O intelectual e o Partido

Bernardo Élis, o bom partido	51
Campanha eleitoral	57
Primeiros passos rumo ao campo	64
Dois brasis: a reforma agrária nas reflexões teóricas do Partido	82

Capítulo 3 – A intervenção literária

Sertões	88
O <i>princípio esperança</i> da “vontade utópica”	93
A “vontade utópica” [ou o <i>princípio esperança</i>] como crítica do presente	105

Considerações Finais	117
-----------------------------	-----

Referências	120
--------------------	-----

Introdução

Do problema

N^o *A Divina comédia*, Dante conduz Cérbero, o cão de três cabeças da mitologia grega¹, ao “Terceiro círculo do inferno”, o círculo dos gulosos, onde “esfola e esquarteja os condenados que incorrem no pecado da gula.”² Penso que a imagem criada por Dante é uma boa metáfora para este trabalho; seduzida por três distintos temas fui incapaz de decidir-me por um, e em minha gula construí um problema que os reunisse. Evidentemente fui fustigada reiteradas vezes por meu *Cérbero particular*, inconformado com escolha tão dificultosa. Não raro minhas três cabeças brigaram entre si para saber qual era a mais forte, importante, e digna de estudo. No fim, contudo, creio que consegui mitigar o conflito.

Literatura, comunismo e campesinato³, assuntos a princípio dissociados, foram costurados no seguinte problema: Bernardo Élis, escritor goiano considerado por muitos o introdutor do modernismo no centro-oeste, guia intelectual da região por muitas décadas, primeiro goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras, comunista “notório”, produziu uma obra de espessura crítica, cujo tema central foi o sertão goiano. Considerando que autor praticou a *literatura como problema*, exercendo sua criação artística como *missão*⁴, nos perguntamos: em que medida e em que termos sua obra pode ter contribuído para a formação de um novo olhar sobre o campo brasileiro?

Vamos formular a questão de maneira mais detalhada. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 ocorreram diferentes formas de conflito no campo; camponeses se insurgiram contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários e grileiros, e contra a exploração econômica que se concretizava na grande empresa capitalista. Esses

trabalhadores manifestaram sua insatisfação de diferentes maneiras, seja quebrando cadeias, levando os proprietários de terra aos tribunais, organizando-se em associações, exigindo do Estado políticas específicas, resistindo às expulsões e despejos, erguendo barreiras, fechando estradas. Esse processo extremamente tenso possibilitou, contudo, que esses personagens, até então vistos como como força pré-política — cujo caminho era a alienação, o misticismo e o banditismo —, emergissem na cena pública como força política, e não como fator de atraso.⁵

O reconhecimento dos trabalhadores do campo no cenário político, a visibilidade social que alcançaram durante essas décadas, a construção de um discurso sobre direitos, a reordenação de seu lugar social, a constituição de uma linguagem própria, não é, contudo, compreendido fora da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶, que se propôs, pioneiramente, a atuar como mediador nos conflitos agrários.⁷ Rompendo com a dispersão e isolamento, emprestando uma fala, uma linguagem, representando, assessorando, provendo de recursos materiais e humanos, o Partido Comunista reafirmou valores e construiu símbolos que singularizaram e distinguiram os camponeses no jogo político. Através de jornais, encontros, congressos, conferências, passeatas, os trabalhadores rurais compartilharam “experiências comuns, herdadas ou partilhadas”, sentiram e articularam “a identidade de seus interesses entre si”, se opuseram a outros “cujos interesses diferem e geralmente se opõe aos seus”, conformando-se então como classe.⁸

Fundamental para esse *aparecer como classe*, a elaboração de uma nova linguagem⁹ respondeu diretamente aos problemas apresentados pelo contexto em que foram engendradas. Modelando um sistema de ideias e um conjunto de crenças e sensibilidades políticas, essa nova linguagem foi capaz de provocar intervenções de diferentes tipos no contexto intelectual e no debate político da época, contribuindo

para dar consistência às demandas por direitos e igualdade. Essa linguagem se formou não apenas no plano da ordenação de ideias e constituição de um vocabulário, mas também no âmbito das práticas simbólicas e da imaginação. O novo tema foi capaz de aguçar a sensibilidade política de intelectuais, desenvolvendo uma *sociedade letrada* voltada exclusivamente para a questão agrária: intelectuais como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Jorge Amado, James Amado, Dalcídio Jurandir, Graciliano Ramos, José Godoy Garcia, José Décio Filho, e em especial Bernardo Élis, formaram uma comunidade capaz de colocar as *ideias em circulação, ativando uma rede de informação e sociabilidade política*.

Correspondências, discursos, relatórios, memórias, relatos de viagem, panfletos, produção intelectual de letrados, textos literários, jornais, e até mesmo um sistema de comunicação oral no formato de rede (uma vez que muitos camponeses eram analfabetos e as práticas de leituras coletivas eram comuns), conformaram um circuito de difusão que, em grande parte, foi responsável pela formação dessa linguagem e pela configuração desse debate. Ainda mais importante, a circulação de ideias transformou o público observador em participante, capaz de construir seu próprio discurso para dar sentido ao mundo à sua volta. Nesse circuito, onde ideias era apropriadas, interpretadas e reelaboradas, algumas palavras foram deslocadas para o centro da linguagem política, outras foram ressignificadas, numa tentativa de transformá-las em instrumento de luta política.¹⁰

Historicamente, os trabalhadores do campo receberam denominações diferentes em cada região do país, como *caipira* (em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul); *caiçara* (no litoral paulista); *tabaréu* (no nordeste); e *caboclo*, nos demais lugares. São palavras que apresentam, desde os tempos remotos, duplo sentido, e além de designar o homem que trabalha no campo, referem-se

também aos que vivem longe, fora das povoações e das cidades, e que por isso são também rústicos, atrasados, ou então ingênuos e inacessíveis; possuem também o sentido de tolo, tonto e às vezes querem dizer preguiçoso.¹¹ No conjunto são palavras depreciativas e ofensivas, que foram desaparecendo à medida em que os trabalhadores rurais redefiniram seu lugar social.

Durante esse processo outras palavras foram forjadas, contribuindo para unificar e fortalecer a luta: assalariados, arrendatários, parceiros, posseiros, camaradas, volantes, colonos, lavrador. Diziam da multiplicidade de classes no campo, rompendo com a imagem dominante sobre o rural como homogêneo, isento de tensões. Por outro lado, a palavra *camponês*, sem suprimir essas tensões, unificou os trabalhadores rurais pela ênfase na dominação exercida pelo latifúndio; foi a alteridade definida com o padrão que fundamentou o aparecimento do termo. Essa nova linguagem também reformou os antagonistas: os estancieiros, senhores de engenho, seringalistas, se transformaram em fazendeiros, patrões, tatuíras, latifundiários, grileiros, usineiros, burguesia rural, além de companhias imobiliárias e empresas imperialistas.¹² Mais do que novas palavras, esses termos representavam os novos lugares sociais ocupados por esses personagens.

Além da formação de uma nova linguagem, essa *sociedade letrada* pensou a questão agrária sobre perspectivas históricas, econômicas, sociológicas, políticas e culturais: feudalismo *x* capitalismo, reforma *x* revolução, vanguarda intelectual *x* obreirismo foram algumas das questões que nortearam o debate, e nas quais Bernardo Élis se envolveu diretamente. Por isso, para chegarmos a um entendimento mais completo do nosso problema — a obra bernardiana como parte constituinte deste *pensamento agrário* —, dividiremos nossa análise em dois momentos, integrados mas independentes. No primeiro, construiremos uma narrativa paralela entre as ações do

Partido Comunista no âmbito nacional e regional e a militância particular de Bernardo Élis, numa tentativa de evidenciar e mapear o fluxo de informações recebidas pelo autor. Em um segundo momento, buscaremos na obra do autor a sua “resposta”, como ele recebeu e recompôs aquelas informações, e como expressou, de forma original, sua própria compreensão do assunto.

A fonte literária

“*Que outras fontes a não ser as artísticas, dentre as quais se sobressai a literatura, deixariam registros tão preciosos e plurissignificativos desse universo humano recôndito, frequentemente recalcado noutros documentos?*”¹³ A obra de Bernardo Élis certamente nos permite ver além do contexto social, político e econômico retratado nos jornais e revistas, nas publicações dos intelectuais, nos programas e resoluções do Partido Comunista Brasileiro. Élis, como admirador e estudioso de Freud (a quem admirava tanto quanto à Marx)¹⁴, construía seus personagens com grande densidade emocional e psicológica, explorando ao máximo seus meandros intimistas. Seus camponeses não são vistos de cima, com distanciamento. Não raro narrador e personagem se transformam em um só, em uma tentativa do autor em dar voz ao seu protagonista. Conseguimos, assim, vislumbrar atos e pensamentos da vida cotidiana, as dúvidas e incertezas, o caráter fragmentário e dinâmico da identidade, e os momentos contraditórios de sua constituição.¹⁵

Trabalharemos, aqui, com cinco obras publicadas entre 1944 — ano em que Bernardo Élis ingressou no Partido Comunista Brasileiro — e 1966 — quando o autor passou a sofrer grande perseguição por parte do aparelho repressivo militar e se afastou (temporariamente) da literatura: *Ermos e Gerais* (contos, 1944); *A Terra e as*

Carabinas (novela, 1952-1953); *O Tronco* (romance, 1956); *Caminhos e Descaminhos* (contos, 1965); e *Veranico de Janeiro* (contos, 1966).

No trato com as fontes, recorreremos à uma abordagem atualizada sobre a fonte literária, capaz de compreendê-la como unidade integrada de texto e contexto. Desde que a literatura passou a ser compreendida como fonte e objeto de investigação histórica, algumas tentativas metodológicas têm sido empreendidas. Seis tipos mais comuns podem ser elencados:

Um primeiro tipo seria formado por trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais. É o método tradicional, esboçado no século XVIII (...). Um segundo tipo poderia ser formado pelos estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo seu vários aspectos. É a modalidade mais simples e mais comum, consistindo basicamente em estabelecer correlações entre os aspectos reais e os que aparecem no livro. (...) o terceiro [tipo] (...) consiste no estudo da relação entre a obra e o público, — isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos. (...) o quarto tipo, que estuda a posição e função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade. (...) o quinto tipo, que investiga a função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado. (...) o sexto tipo, voltado para a investigação hipotética das origens, seja da literatura geral, seja de determinados gêneros.¹⁶

Todas estas modalidades, embora legítimas, conduzem o estudo para a direção do contexto, ignorando em grande medida os elementos que caracterizam o texto literário. Ao perderem o contato com as especificidades de suas fontes, esses estudos acabam por apresentar resultados bastante planificados. No sentido oposto, alguns estudos buscam mostrar que “a matéria de uma obra é secundária, e que sua importância derivaria das operações formais postas em jogo”¹⁷, independente de qualquer condicionamento, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. O texto seria autônomo, no sentido em que seus significados poderiam ser encontrados nele mesmo.

Frente às interpretações contextuais e textuais, uma terceira forma vem sendo experimentada. Buscando desfazer a dicotomia tradicional entre fatores *externos* e fatores *internos*, essa outra via interpretativa tenta fundir os processos estilísticos com

os métodos histórico-sociológicos. A operação aqui intentada é dialeticamente íntegra, combinando texto e contexto como momentos necessários do processo interpretativo, o que Antonio Candido chamou de *organicidade da obra*. A compreensão interna de um texto literário permite entendê-lo como tal, em sua especificidade literária; o fator social, por sua vez, conduz a corrente criadora, fornecendo a matéria do texto – ambientes, costumes, traços grupais, ideias. Considerando o sentido do texto como resultado de uma negociação entre invenção literária e os discursos e práticas do mundo social¹⁸, é possível apreender as estruturas do universo ficcional a partir do estudo de sua diegese, observando a natureza do texto narrativo a partir de suas estruturas formais, as etapas de elaboração da trama e da temática, os contextos temporal e espacial, e outros.¹⁹ É preciso, todavia, escapar à tentação da história total, e estar cientes que de que nunca acabaremos de “*decifrar o mistério estético*.”²⁰

Semelhante caminho metodológico tem sido adotado pelo historiador Antonio Celso Ferreira. Em 2009, na coletânea *O historiador e suas fontes*²¹, Ferreira publicou o artigo “A fonte fecunda”, onde explorou a relação epistêmica que se pode estabelecer entre história e literatura²² e, avançando, estabeleceu propostas para se estudar essa associação. Entender o porquê de se estudar história com fontes literárias seria um primeiro passo. Certo da proficuidade da sua escolha, o historiador deveria confrontar-se com algumas perguntas fundamentais:

quem eram os escritores selecionados para a pesquisa, como se relacionavam entre os letrados e com outros segmentos sociais de sua época? Que papéis a literatura e as artes então desempenhavam? Em que realidade social, econômica, política e cultural eles viviam, como e por que se lançaram à criação ficcional? Dentre as disponíveis em seu tempo, a que formas de construção narrativa recorreram e por que? Que significados atribuíram à literatura e que significados históricos podem ser lidos em suas obras? Que representações do mundo social eles criaram? Que desejos, angústias, utopias ou frustrações expressaram e o que isso tinha a ver com a vida coletiva da época? Que funções seus livros desempenharam na sociedade, como circularam, foram lidos ou apropriados?²³

Quanto aos métodos que poderiam ser empregados, o autor aponta o estudo das instituições literárias, suas sociabilidades internas e relações com instâncias de poder, formas de difusão do texto, práticas de leitura, suportes materiais de difusão, casas editoriais, movimentos literários, recepção crítica, ambiente de criação da obra, rede intelectual, relação do texto com a realidade circundante, e representações do mundo social. Para o estudo da estrutura interna da obra, propõe que o historiador conheça e teste conceitos da Teoria Literária, como foco narrativo, linguagem metafórica, composição de personagens, tempo e espaço da narrativa, efeitos de verossimilhança, entre outros.²⁴

Somando à análise dialética texto-contexto, a historiadora Sandra Pesavento nos alerta que o historiador não é um leitor comum, que procura a “fruição do texto e o prazer da leitura”, e também não é um leitor culto, que “aprecia na obra suas qualidades estéticas e os seus valores intrínsecos”.²⁵ O historiador mantém uma relação específica com o texto literário, encarando-o como construção historicizada, mas que não mantém uma relação de transparência com a realidade. As ficções não são reflexos da realidade histórica, e o que produzem está muito além da descrição.

Da mesma forma, a obra literária não é uma fonte qualquer, que apenas corrobora e comprova outras evidências. A obra literária é um tipo especial de fonte, que fornece subsídios que o historiador não encontraria facilmente em outros documentos. Esta especificidade do texto literário está ligada à questão da sensibilidade, que demanda do leitor uma disposição de abertura e educação do olhar, mas que permite captar o passado de outra forma. Criando uma estratégia de abordagem ao mesmo tempo ficcional, “de apresentar uma situação que não foi, mas poderia ter sido”, e contextual, “vinculada ao processo social vivido, sem dele ser o seu simples documento”²⁶, o historiador chegaria próximo de uma abordagem

adequada.²⁷ Este método “estilístico-sociológico”²⁸, contudo, ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento. É relativamente novo, e está se aperfeiçoando. Por isso, Ferreira adverte que o “método será sempre construído pelo pesquisador no contato com seu objeto”.²⁹

Outras fontes

Para colocar em prática a *operação dialética texto-contexto*, busquei melhor compreender o universo em que vivia Bernardo Élis e, de modo particular, a sua militância no Partido Comunista. Em Goiânia, minha primeira parada investigativa, frustração: o arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado foi um dos últimos a ser entregues à sociedade civil, o que ocorreu somente em 1995, através de um convênio estabelecido entre o Estado de Goiás, a Secretaria de Segurança Pública e a Universidade Federal de Goiás (UFG).³⁰ O arquivo, contudo, havia sido substancialmente depurado e a maioria dos dossiês apresentavam somente as páginas iniciais e finais, e pouca coisa pôde ser aproveitada. Na bibliografia perquirida nas livrarias, sebos e bibliotecas de Goiânia, grande parte dos trabalhos versavam sobre aspectos estritamente literários da obra do autor, e os que arriscavam uma cronologia, ignoravam todos os aspectos de sua militância — fato possivelmente explicado por serem obras do período final do regime militar. Por fim, nos contatos estabelecidos na Academia Goiana de Letras, um depoimento abalou minhas convicções iniciais, colocando minha hipótese à prova: disseram-me que a militância atribuída à Élis era um tanto quanto fantasiosa, e que na verdade o autor “nem era comunista nada”. Só depois pude avaliar que a percepção desse meu interlocutor estava intrinsecamente ligada à convivência com o autor já em idade avançada,

quando não tinha mais relações com o Partido³¹ e já apresentava uma visão crítica ao marxismo.³²

Seria no contato com parte do arquivo pessoal de Bernardo Élis — hoje sob a guarda da Universidade Estadual de Campinas, no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) – que um *insight* me arrastaria para uma fonte até então negligenciada por mim: as entrevistas concedidas por Bernardo Élis nas últimas décadas de vida. Esses *relatos de vida* me permitiram acessar uma parte da história do autor que estava praticamente ausente de outros documentos e da bibliografia existente — sua militância política. Reconstruir esse lado de sua vida era agora para mim um *dever histórico*, pois eu percebia que existia ali o risco claro do esquecimento. Restava-me então lidar com esse outro tipo de fonte, tão polêmica quanto a literatura.

Rememorar é sempre um processo fragmentário, traduzido pela constante variação dos tempos e pelo caráter muitas vezes contraditório dos pensamentos. A memória, como propriedade de conservar certas informações, compreende recordação, esquecimento, as manipulações conscientes e inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura provocam. Relatar o vivido inclui a ordenação dos vestígios e também sua releitura; é uma tentativa de organizar memórias de um modo que essa se torne inteligível, razoável do ponto de vista do sentido.³³ Mas o fato de a memória ser um construto (a História, de modo geral, também o é) não invalida seu valor enquanto meio de conhecer o passado. Isso porque também é importante

considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira; [...] o processo de relembrar poderia ser uma meio de explorar significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual. As distorções da memória podiam ser um recurso, além de um problema.³⁴

Seguindo essa direção metodológica, percorri com cautela os depoimentos dados pelo autor a pesquisadores que desenvolviam seus trabalhos de mestrado e doutorado; as inúmeras entrevistas concedidas aos jornais de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; a testemunhos de personagens contemporâneos do autor, que conviveram com ele na militância política ou na vida literária; e em especial a entrevista concedida por Bernardo Élis ao professor Giovanni Ricciardi, da Università Degli Studi, de Bari, na Itália, no final da década de 1980, e que mais tarde seria reunida como uma “autobiografia” no livro *A vida são as sobras*.³⁵ Por último, percorri os jornais nos quais Bernardo Élis atuou enquanto jornalista, onde foi possível encontrar artigos de opinião relacionados a problemas políticos, econômicos, sociais e culturais, e que muito contribuíram para a construção de seu *perfil político*.

Quando, por fim, me coloquei a escrever, percebi que o trabalho tomava ares de biografia — esse certamente não era o *fim*, mas acabou se tornando o *meio* pelo qual pude desenvolver adequadamente meu problema. A biografia, enquanto gênero de historiografia, seria a evidência mais elementar da conexão entre as esferas pública e privada, e somente quando articuladas conseguiriam compor *o tecido de uma vida*. Escrever sobre uma vida implicaria em interrogar o que os episódios de um destino pessoal teria a dizer sobre as coisas públicas, sobre o nosso tempo. Conectar o público e o privado seria a maneira de penetrar em um tempo que não era o do historiador, “abrir portas que não lhe pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas e tentar compreender a trajetória de uma vida no tempo que lhe foi dado viver”. O recurso à biografia me permitiria contemplar conquistas, contradições, vacilações, ambivalências, evitando a armadilha de contar uma história evolutiva, com perspectiva de destino embutida.³⁶

Nesse sentido, busquei construir uma narrativa onde o leitor pudesse percorrer diferentes *camadas existenciais* de Bernardo Élis. No primeiro capítulo, apresentaremos algo da vida e obra do autor, colocando em perspectiva sua formação pessoal e artística, e esboçaremos um contexto histórico e político do centro-oeste, motivo de sua obra literária. No segundo capítulo, acompanharemos o itinerário político do escritor, sua filiação ao Partido Comunista, a militância no campo, o afastamento formal e sua atuação às margens do PCB. No terceiro e último capítulo, vamos analisar a obra de Bernardo Élis no sentido da construção de um argumento próprio sobre a questão agrária, de uma reflexão específica sobre o homem do campo, motivo que a torna objeto deste trabalho.

Capítulo 1 | *Considerações biográficas*

Apresentações e conceitos

Ao tratarmos, neste estudo, de um escritor em certa medida desconhecido, torna-se necessário traçar alguns nortes para o leitor. Lançando mão de um instrumental teórico interdisciplinar, procuraremos clarear alguns aspectos da vida e obra de Bernardo Élis. Apostando em sua filiação como um *intelectual engajado*, apresentaremos alguns dados de sua cartografia intelectual — as redes de sociabilidade, as lógicas dos lugares, dos interesses, contexto de produção de ideias, as correntes de pensamento³⁷ —, sem contudo ser este um trabalho de História dos Intelectuais. Nosso intento é fornecer ao leitor um contexto mínimo para que possamos aprofundar nossa análise.

Para melhor delimitarmos o que aqui chamamos de *intelectual engajado*, traçaremos uma breve explicação sobre o termo.³⁸ O episódio que cristalizou tal vocábulo em nossa cultura política ocorreu em 1898, e ficou conhecido como *caso Dreyfuss*. Quatro anos antes o oficial judeu Alfred Dreyfuss foi acusado de alta traição, julgado a portas fechadas por uma corte marcial e condenado à prisão perpétua. Após cumprir parte de sua sentença, o processo foi reaberto por inconsistência de provas. A sociedade francesa se envolveu visceralmente neste debate, e um novo grupo surgiu em cena: escritores e universitários publicaram o “Manifesto dos intelectuais”, onde exigiam a revisão do juízo pelo qual o oficial havia sido condenado. Segundo o historiador Carlos Altamirano,

Ao colocarem junto de seus nomes os títulos profissionais de que estavam investidos, os signatários deixaram ver que consideravam as credenciais intelectuais uma fonte de autoridade, a autoridade dos homens de saber, que lhes conferia tanto a responsabilidade moral como o direito coletivo a intervir diretamente no debate cívico.³⁹

A figura do intelectual que sai do seu mundo privado para agir na cena pública é neste momento corporificada por Émile Zola, escritor francês que se coloca em posição favorável a Dreyfus na célebre carta endereçada ao presidente da França intitulada “J'accuse...!”.⁴⁰

Desde este episódio, a adoção do termo *intelectual* se estendeu ao conjunto das línguas ocidentais, incorporando características como a crítica radical à ordem estabelecida, e um sentimento de missão para com a sociedade, no sentido de esclarecê-la, guiá-la e reformá-la.⁴¹ No século seguinte, tais enunciados seriam associados a uma figura específica, a do *intelectual engajado*. Esta nova categoria de *ator do político* passou a ser discutida em duas chaves: a primeira, que o contextualiza em um momento histórico datado, referente ao pós-guerra, orientado em grande medida pelas noções radicais de engajamento de Jean Paul Sartre; e a segunda chave, que pode ser entendida como uma possibilidade de engajamento literário trans-histórico, reportando-se aqui às reflexões de Roland Barthes.⁴²

Para Sartre, o que caracterizaria o engajamento seria a recusa da passividade com relação a esse inevitável envolvimento com o mundo, realizando suas escolhas *voluntária e lucidamente*, fazendo “o engajamento passar, para si e para os outros, da espontaneidade imediata ao plano refletido”.⁴³ O intelectual engajado seria o homem de ação, que interferiria diretamente na trama social, responsável não só por examinar criticamente a sociedade em que vive, mas também por alterá-la.⁴⁴ No tocante à literatura, construiu-se o tipo ideal de escritor que, abandonando suas tendências burguesas, criaria uma literatura que partilhasse do real e dos valores de progresso, justiça e liberdade. A resistência passaria a ser o tema das narrativas, e a escrita ficcional seria, com frequência, uma variante do discurso político.⁴⁵

Roland Barthes, por sua vez, verifica em certas obras uma tensão interna que as faz resistentes enquanto escrita, mesmo fora de um contexto de militância política — a resistência seria intrínseca ao foco narrativo e imanente da escrita. Nessa perspectiva, o engajamento se inscreveria na curva da longa duração, e se tornaria uma possibilidade literária fundamental.⁴⁶ Mas a feitura de uma literatura engajada continuaria possível, agora com signos de identidade próprios, assim definidos pelo autor:

1. A literatura não é uma coisa, mas uma relação, uma “mediação entre o homem e o mundo (...) a literatura de esquerda, ou progressista, ou revolucionária, é movimento, superação, questionamento. Em vez de querer estabelecer-se no eterno ou no intemporal, ela se sabe mortal e pode chegar a ponto de se questionar.
2. A literatura de esquerda é uma literatura da inquietação e da recusa. Sua atitude é inconformista ou herética em relação a todas as ortodoxias, até as de esquerda.(...)
3. Literatura de esquerda é aquela que combate todas as violações do direito inalienável à vida (...)
4. A literatura de esquerda dá nova significação à palavra “humanismo” (...)
5. A obra de esquerda, é sempre, (...) descrição e análise profunda de uma situação histórica dada. Ela situa o indivíduo em seu meio, em seu grupo social, na forma de sociedade à qual ele pertence (...)⁴⁷

Ainda que apresentem diferenças importantes, esses três momentos analíticos nos permitem pensar um princípio normativo para o que qualificamos como *intelectual engajado*: é o homem do saber, que enxerga em sua erudição uma fonte de autoridade e responsabilidade, que o permite analisar e interferir na cena pública. No caso específico do *intelectual engajado* que faz uso da literatura como *meio de ação*, ele deve considerar a inteireza da obra literária para este engajamento, valendo-se de todos elementos intrínsecos ao texto.

Bernardo Élis também se convenceu que a arte era um poderoso instrumento de transformação social e que competia ao escritor “participar com suas obras para essas modificações do mundo”.⁴⁸ Percebendo a literatura como meio específico de participar do debate político, Élis buscou descrever em sua obra um universo que não

aceitava mais. Através da ironia, do sarcasmo, do humor negro, o autor impunha um cenário de degradação humana, miséria e violência, negando ao leitor a possibilidade de indiferença. O leitor de Bernardo Élis se perturba, de alguma maneira, diante de imagens como “a mão esbagaçada de Totinha” cujo “diabo de engenho lhe mascara até o punho, deixando dependurada uma pasta sangrenta”⁴⁹, ou a surra recebida por André Louco, “que ficou moído de pau, em petição de miséria, largado na lama”.⁵⁰

Respondendo a perguntas sobre sua literatura, Bernardo Élis a caracterizou como “comprometida ou *engagé*”.⁵¹ Para melhor delimitar o termo, o autor dispôs da definição dada por Vitor Manuel de Aguiar e Silva, em Teoria da Literatura: “Na literatura comprometida, a defesa de determinados valores morais, políticos e sociais nasce de uma decisão livre do escritor”, ao contrário do que ocorre na literatura planificada, quando “os valores a defender e a exaltar e os objetivos a atingir são impostos coativamente por um poder alheio ao escritor, quase sempre um poder político, com o conseqüente cerceamento, ou até aniquilação da liberdade do artista”.⁵²

Élis historiciza o conceito de literatura comprometida remetendo-o ao período da Segunda Guerra Mundial, e o define afirmando que o homem não seria um receptáculo, uma passividade no mundo, mas um *estar-no-mundo*, no sentido de uma presença ativa. Essa relação entre o *existente* e o *mundo* seria uma relação de *compromisso*, de *engagement*, que o autor assumiria através de sua literatura no momento em que se dispunha a “extirpar, minorar ou mostrar o absurdo” das desigualdades dos sertões goianos, e em denunciar as “péssimas condições de vida do homem rural brasileiro”.⁵³

Bernardo Élis, primeira chuva

Cientes que “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório”⁵⁴, e deixando espaço para o *acaso* e para a *fortuna*, empreenderemos aqui a tentativa de esboço biográfico de Bernardo Élis, a fim de vislumbrar — no sentido de conhecer imperfeitamente, entrever — fragmentos da história deste autor.

Nascido em 1915, em Corumbá, Goiás, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado pertencia a uma tradicional família goiana, os Fleury-Curado, descendentes de Inácio Dias Pais, sargento-mor casado com Joana Gusmão, filha do segundo Anhanguera, que fizeram a vida nas bandeiras do centro-oeste.⁵⁵ Os Fleury-Curado organizaram a primeira oligarquia que dominou as províncias de Goiás e Mato Grosso, com participação destacada no poder até 1930. Os pais de Bernardo Élis — Erico José Curado e Marieta Fleury de Campos Curado — no entanto, já viviam um período de decadência, permanecendo do passado glorioso apenas o prestígio do nome. Seu pai era comerciante, mas seu prazer advinha da literatura — foi poeta parnasiano-simbolista, considerado o melhor de seu tempo⁵⁶ —, e sua mãe, mulher letrada e de grande senso poético, fora professora e costureira.⁵⁷ O elevado grau cultural de sua família, item raro naqueles sertões, possibilitou que o menino Bernardo aprendesse cedo as primeiras letras e, inserido em um contexto de constante leitura e resenhas literárias, conhecesse os clássicos da literatura brasileira e europeia. Na primeira década de vida leu, por insistência do pai, José de Alencar, Eça de Queiroz e Machado de Assis, todos os autores o aborrecendo bastante. Mais tarde entraria em contato com autores que o interessariam mais: Shakespeare, Júlio Verne e Chateaubriand.

A partir de 1930, Bernardo Élis passaria a frequentar instituições de ensino tradicionais na cidade de Goiás, até então capital do estado.⁵⁸ No Liceu de Goiás, através de uma antologia de literatura de autoria de Otoniel Mota, aprofundou seu contato com os autores modernistas, iniciado através da leitura dos jornais de seu pai. Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, o convenceram de que uma obra de ficção podia sim dizer do seu tempo. Com os modernistas Élis vislumbrou as interconexões entre literatura e o seu próprio mundo, reconhecendo nas obras cenários, personagens e enredos que lhe eram familiares.

Da infância à vida adulta, Bernardo Élis foi testemunha de grandes acontecimentos e mudanças ocorridas no centro-oeste. A passagem da Coluna Miguel Costa - Prestes pelo estado em 1925 marcou significativamente o autor, que em seu primeiro livro publicado, *Ermos e Gerais*, de 1944, dedica um conto à Coluna Invicta. No conto *O diabo louro*, o personagem principal Chico Brasa tangia a coluna pente-fino — “viajava com um baita piraí na mão e aquele que retardasse, marchava, quisesse ou não, debaixo do seu relho”. Na chapada,

o esturpido de mil patas, num batuque de matraca, acordando montes e matas.

No fundo verde-escuro das perambeiras, os córregos vadios gemiam, recordando as bandeiras que assim em estrepolia os revolveram.

- João Leite Ortiz?

- Marinho?

- Anhanguera?

Nada. Era a coluna invicta dos revoltosos. (...) ⁵⁹

No seu mundo “mais real do que o real”⁶⁰ Élis levou Chico Brasa à cadeia de Corumbá, onde realizou uma ousada ação para libertação de prisioneiros. A lembrança do líder da Coluna, Luís Carlos Prestes, também ficaria impressa na

memória e no coração do autor, que já em sua velhice, quando perguntado dos homens que mais admirava, não tardou a dizer o nome do Cavaleiro da Esperança.

O movimento armado de 1930, liderado por Getúlio Vargas, teve impacto singular no estado de Goiás, pois derrubou a oligarquia dos Caiado⁶¹, e levou Pedro Ludovico⁶² ao poder. No governo deste, estabeleceu-se a mudança da capital de Goiás para Goiânia, cidade que seria construída do zero, mais moderna e capaz de acelerar o desenvolvimento da região. Goiânia teve sua Pedra Fundamental lançada em 1933; em 1937, a transferência da capital do estado foi decretada; e em 1942 foi inaugurada oficialmente.

Em 1950, o estado de Goiás passaria por outra grande transformação. O então presidente Juscelino Kubitschek, orientado por um projeto modernizador e desenvolvimentista, decretou a construção de uma nova capital para o país, a se estabelecer no coração do território nacional. A construção de Brasília movimentou a economia de todo o estado e criou um novo fluxo migratório, fatores que refletiram no progresso de Goiás.

Eventos como estes alteraram a paisagem goiana assim como o espírito de sua gente. Em meados da década de 1930, Bernardo Élis já se interessava por leituras políticas. Informou-se das doutrinas comunista e integralista, numa tentativa de melhor compreender o seu tempo. Quando do Estado Novo, Élis se engajaria no movimento estudantil, tecendo sérias críticas ao governo getulista. O futuro escritor já começava a divisar sua orientação política, ainda que grande parte de seus valores políticos e sociais sucedessem das leituras de autores modernistas. Nas palavras do autor, foi um tempo de muita discussão em torno de novas ideias, seja no ambiente do Liceu, com professores e colegas, seja na redação do jornal *A Voz do Povo*, onde começara a trabalhar.⁶³

Da redação d'*A Voz do Povo*, Bernardo Élis conservou uma forte amizade com o seu antigo professor Venerando de Freitas Borges que, quando nomeado prefeito da nova capital, Goiânia, convidou o jovem escritor para Secretaria de Administração Municipal. Élis se mudaria para Goiânia em janeiro de 1939, assumindo imediatamente o novo cargo. Em 1941, ingressaria na Faculdade de Direito — único curso superior da cidade — mas continuaria a sonhar com a carreira literária.

Em julho de 1942 ocorreria o Batismo Cultural de Goiânia, evento de apresentação da nova capital às lideranças políticas e intelectuais do país. Entre os dias 1 a 11 de julho foram inaugurados o Cine Teatro Goiânia, a Escola Técnica e a Rádio Clube; organizou-se o Congresso Nacional de Educação, a Exposição de Goiânia, a Exposição Pecuária, e o lançamento de uma revista cultural. O evento contou com a presença de representantes da presidência da República, governadores, ministros, artistas e intelectuais.⁶⁴ Na ocasião, a Imprensa Oficial do Estado publicou um livreto com três poemas: *Noturno de Goiânia*, de José Décio Filho, *São João*, de Rosarita Fleury, e *Tocaia*, de Bernardo Élis.

Numa época em que Goiás era “uma terra que ainda é pouco mais do que incógnita em nossa geografia humana”⁶⁵, Bernardo Élis apresentava sua proposta literária, passando a ser considerado o introdutor do modernismo no centro-oeste.⁶⁶ Com Carlos Gomes de Faria, Zecchi Abrão, José Bernardo Félix de Souza, Paulo Augusto Figueiredo e Vasco dos Reis, Élis fundou a revista *Oeste*, que pretendia inaugurar uma nova linhagem literária, levando a Goiás o que houvesse de mais novo no Brasil e no mundo em termos de literatura. Segundo o autor, em Goiânia “não havia nada e nós, jovens, encontramos um campo aberto e interessante. Não havia tradição, não havia nada que nos prendesse, podíamos fazer uma poesia, uma literatura nova aqui. Foi-se criando então um ambiente cultural em Goiânia”.⁶⁷ A

revista, que circulou de julho de 1942 a dezembro de 1944, pretendia reeditar autores da terra que estavam esquecidos, mas também lançar novos talentos literários.

Bernardo Élis compôs o corpo editorial das 23 edições de *Oeste*, e nos números em que escreveu publicou contos, poemas e críticas literárias, sendo este um dos seus únicos recursos de divulgação literária no período.⁶⁸ A partir da 2ª edição da revista, contudo, alguns de seus membros passaram a publicar textos elogiosos ao governo de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, em clara intenção propagandista. O realinhamento da publicação gerou embates entre seus editores, mas como sua emissão era subordinada à Imprensa Oficial do Estado, a revista acabou mantendo seu caráter ambíguo até seu encerramento em 1944.

Por esses tempos Élis preparava o que viria a ser seu primeiro livro, *Ermos e Gerais*. Com a obra pronta, em 1944, seguiu para o Rio de Janeiro, confiante em realizar seu sonho de “escritor de cidade grande”. Nos primeiros dias, contudo, percebeu sua incapacidade de adaptação ao litoral; seu lugar era o sertão. De volta a Goiânia, o prefeito e amigo Venerando de Freitas Borges se interessou em publicar o livro, e para tanto criou a bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos. Bernardo Élis se inscreveu na categoria *contos*, e foi aprovado. No intervalo de tempo entre a admissão de *Ermos e Gerais* e sua publicação, Bernardo Élis realizaria sua opção política radical: filiar-se-ia ao Partido Comunista Brasileiro, acontecimento que lhe marcaria “definitivamente sob o ponto de vista social, sentimental, histórico e político”.⁶⁹ O ano de 1944 seria de grande importância para o escritor.

Bernardo Élis nos caminhos dos gerais

Para alguns críticos Bernardo Élis se tornou, desde a publicação de *Ermos e Gerais* em 1944, vanguardista de um novo ciclo da ficção brasileira: o sertanismo goiano-mineiro. Cronologicamente, foi o primeiro, seguido por Guimarães Rosa (*Sagarana*, 1946); Mário Palmério (*Vila dos Confins*, 1956); e José J. Veiga (*Os Cavalinhos de Platiplanto*, 1959). Bernardo Élis estaria para “este novo ciclo como um marco, uma antecipação, da mesma forma que *A Bagaceira* está para o ciclo nordestino.”⁷⁰

Este novo momento da ficção brasileira dialogava com o Romance de 30⁷¹ ao mostrar um universo de poder e opressão, mas inovava ao deslocar o foco narrativo: do nordeste para o centro-oeste; da terra ignota, da natureza hostil, que dilacera o homem do sertão, para o homem *no* sertão, a indignidade e sub-humanidade a que estava sujeito, em uma visão menos naturalista e determinista. Outra novidade referese à estética; em uma fase de modernismo mais amadurecido, os autores goiano-mineiros se arriscaram em uma elaboração literária a partir da linguagem popular e em novas formas narrativas. Exemplo melhor acabado desta inovação seria *Grande Sertão: Veredas*, publicado em 1956 por Guimarães Rosa.⁷²

Ermos e Gerais foi a obra que iniciou esse novo ciclo. Bem recebido pela crítica nacional, o livro foi motivo de dezenas de resenhas literárias, dentre as quais a de Monteiro Lobato, que se perguntava:

Bernardo Élis... Fico a pensar quem é esse bicho, onde nasceu, onde mora, que idade tem, que apito toca...(...) um talento verdadeiro — uma monstruosidade... (...) se conseguir disciplinar, amansar o cavalo bravo do seu talento; e se admitir que um livro não é escrito para nós mesmos e sim para uns receptores espalhados mundo afora e chamados ‘leitores’, teremos em Bernardo Élis o mais prodigioso escritor do Brasil moderno, o primeiro grande manejador da imensa massa de dores, estupidez crassa e tragédia que é o imenso Brasil analfabeto do interior.⁷³

Mário de Andrade, por sua vez, diria que

são coisas de impregnante força estas que você nos deu (...) Você tem a qualidade principal para quem se aplica à ficção: o dom de impor na gente, de evidenciar a ‘sua’

realidade, pouco importando que esta ‘sua’ realidade seja ou não o real da vida real. Enfim: jamais a gente percebe, nos escritos de você, aquele ranço de ‘documento’, tão prejudicial à ficção legítima. Você pega o documento e com ótima desenvoltura o transfere num elemento seu, como nascido de você, criando aquela ‘realidade mais real do que o real’(...) ⁷⁴

Ildeu Brandão afirmava bastar “um só conto do livro, um só, para consagração deste escritor de talento invulgar”⁷⁵; Antônio Olinto considerou o autor “um dos melhores contistas do Brasil, em qualquer tempo e em qualquer época”⁷⁶; para Alexandre Konder, o livro de Bernardo Élis era “o que de melhor nos tem dado a literatura do conto nacional nos últimos tempos”.⁷⁷

A repercussão de *Ermos e Gerais* fez com que Bernardo Élis percebesse que a literatura significava responsabilidade para com os leitores; fizera até então um trabalho dotado de intuição, mas que fora levado a sério pela “inteligência nacional”. Decidiu olhar o mundo com maior seriedade e profundidade, e para tanto se dispôs a estudar a sociedade que o inspirava. Dedicou-se à economia, sociologia, história, antropologia, além de se aprofundar nos conceitos do marxismo. Se o engajamento contido em *Ermos e Gerais* era fruto dos valores construídos por Bernardo Élis ao longo de sua vida, influenciado pelas leituras modernistas, suas obras deste momento em diante passarão a ter significativa densidade teórica, refletindo também sua opção política.

A ligação que Bernardo Élis estabeleceu com o Partido Comunista foi, pelo menos por dez anos, bastante próxima:

O que me levou a entrar para as esquerdas, participar do Partido, foi essa perspectiva de um mundo melhor (...). No caso de Goiás, nós atrasados de vários séculos, sem nenhuma condição de melhoria, abandonados aqui (...) nós tomamos essa deliberação e entramos de corpo e alma nessa luta (...). Nós passamos por uma série de percalços, de insucessos, mas o fundamental que era esse progresso, eu acho que nós conseguimos e avançamos por ele (...). O que me levou a optar pelas esquerdas, pelo regime socialista, era essa perspectiva de melhoria do ser humano (...) o caminho que nos apresentava mais viável era o socialismo (...) o povo não protestava, não enxergava isso (...), então nós achávamos que nós tínhamos que emocionar este povo, nós tínhamos que balançar essa gente, despertar nela consciência em torno desse problema e de fato isso nós conseguimos, apesar de uma luta muito árdua, mas o PCB-GO teve essa grande virtude (...), fazer com que se conscientizasse de que tinha direito à

liberdade, a uma vida melhor, a ganhar dinheiro (...). Então esse fato, essa inquietação, essa aspiração por um coisa melhor, foi o PC que pregou aqui... (...) eu achava que o socialismo tomaria o poder num prazo de 10, 15, 20 anos (...) eu achava que a solução era essa aí, e lutava por ela de unhas e dentes...⁷⁸

Enquanto quadro partidário, o escritor disputou (sem sucesso) as eleições no período em que o PCB estava na legalidade (1945 – 1947)⁷⁹, como candidato a deputado federal, em 1945, e deputado estadual em 1947; trabalhou na imprensa do partido; advogou em favor de trabalhadores da cidade e do campo; participou de ações de propaganda em zonas rurais; e se envolveu em diversas campanhas do Partido, como a Comissão da família, educação, saúde e cultura, para contribuição à elaboração da Constituição Nacional⁸⁰, Conferência Continental Americana pela Paz⁸¹, Movimento Nacional Popular Trabalhista⁸², Congresso Nacional de defesa do Petróleo⁸³, Campanha do Cruzeiro⁸⁴, e Campanha da Imprensa Popular.⁸⁵

Nesse período Bernardo Élis leu sistematicamente os chamados novos russos, como Vladimir Maiakóvski, Máximo Górkki, Ilya Ehrenburg, Mikhail Sholokov e Boris Polevoi: “era o domínio do Realismo Socialista⁸⁶ que eu quis praticar em Goiás”.⁸⁷ Uma viagem à União Soviética, em 1953, fecharia o ciclo de formação marxista do autor, que sob essa influência publicaria *A Terra e as Carabinas*, *O Tronco*, *Gorinho* (“romance de proselitismo socialista desaparecido, e por isso nunca publicado”⁸⁸), e muitas outras coisas “que se perderam nos pequenos jornais e órgãos do Partido Comunista, após sucessivas devassas, repressões, quarteladas, e por fim com o golpe de 1964.”⁸⁹

Nesta fase de sua produção literária, Bernardo Élis acreditava não só que devia, mas que estava realmente escrevendo para o povo. Só mais tarde viria a perceber o equívoco em que incorrera: “o sectarismo esquerdizante estava isolando minha literatura do povo, que não compreendia nem aceitava os postulados pelos

quais enveredava minha literatura”.⁹⁰ Para Élis, o Realismo Socialista revelou-se antirrevolucionário e tradicionalista, gerando uma literatura pobre, despida de poesia. Adotou então os postulados do humanismo socialista, “nunca perdendo de vista que literatura é alguma ideia, mas é diversão, coisas engraçadas, sugestões de recordação, com algum jogo de palavras e situações. Sobretudo, literatura é sonho.”⁹¹ Nos livros lançados a partir da década de 1960 esta nova disposição já se imporia, evidenciando um autor mais amadurecido política e esteticamente.

O Tronco, romance de 1956, pode ser entendido como obra intermediária deste processo de maturação do autor. Inspirado em uma história real, ocorrida em Goiás nos idos de 1917 e 1918, o livro foi dedicado “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura.”⁹² Em Goiás o livro foi lido, comentado, discutido e combatido. Para a época, sua vendagem foi expressiva: “Está se verificando, nestes dias, por parte do público leitor desta Capital uma corrida ao Bazar Oió. Foram vendidos em poucos dias 300 volumes do romance goiano de Bernardo Élis, *O Tronco*”; “Continua a fazer sucesso o primeiro livro em prosa de Bernardo Élis [...] o livro do consagrado escritor está em 1º lugar na lista dos mais vendidos no Bazar Oió”.⁹³ Muitos se viram representados nas páginas do romance, episódio recorrente na vida literária do autor:

desde meus primeiros livros fui acusado de me valer de fatos familiares para sobre eles construir minha obra. Isso não é verdade. O que ocorre é que até o começo de 1970 a sociedade goiana era muito homogênea, pelo seu isolamento e por sua intenção familiar. Assim, os protótipos por mim criados identificam-se com os próprios representantes desses protótipos...⁹⁴

Para a historiadora Lena Castello Branco, a confusão dos leitores de Bernardo Élis quanto à separação entre história e ficção também pode ser atribuída à propriedade com que o autor falava das coisas de seu estado, pois “conhece em

profundidade a história de Goiás. (...) Bernardo foi professor de história, geografia, línguas, literatura, proferiu palestras, perquiriu documentos, vasculhou os desafiantes arquivos regionais, percorreu livros de difícil acesso”.⁹⁵ Além d’*O Tronco*, escreveu o romance histórico *Chegou o governador* (1987); biografou seu antepassado, marechal Xavier Curado (*Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional*, 1973), o primeiro poeta goiano Bartolomeu Antônio Cordovil (*Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil*, 1980), e o escritor regionalista Valdomiro Silveira (*O mundo caboclo de Valdomiro Silveira*, 1974); publicou ensaios sobre Goiás, como *Vila-Boa de Goiás, aspectos turístico-históricos* (1979), *Goiás em sol maior, estudos de história, sociologia e literatura sobre Goiás* (1985) e *O Centro-Oeste* (1986).

Bernardo Élis também se interessou pelas questões da fala regional goiana. Parte de sua biblioteca era dedicada aos estudiosos da “língua popular”, e continha livros como *O dialeto caipira — Gramática e Vocabulário* (Amadeu Amaral, 1955), *Estudos de Dialectologia Portuguesa — Linguagem de Goiás* (1944, José d’Aparecida Teixeira), e *A Língua popular* (1958, Herbert Palhano).⁹⁶ Partindo desses estudos, Élis criou ao longo de sua obra um *novo falar*, o *coloquial médio goiano*, ou *dialeto caipira*. Este não seria uma reprodução exata da fala sertaneja, mas uma elaboração literária a partir dela, onde o escritor evitaria o paralelismo entre o narrador culto e o personagem, fundindo a expressão erudita e a popular.⁹⁷ Em *Veranico de Janeiro*, as elaborações da fala caipira ficam claras:

— Uai! Ocê é dos Araújo? Pois conheço demais! Ocê foi que casou com a Miliquita, que mal pergunte?

— Nhora não – informava sério o carreiro, com seu ar enfezadão. — Casei foi com a Nhana, Nhana da Rita da Rabuleira de Trás.

— Ara, de vera, que bestage essa minha, nós até que semo parente...

Valendo-se da pequena pausa, Liduvino, paciencioso, explicou novamente o causo por inteiro: que era um homem assim, que não pissuía famiação nem amigos, nem parentes...

— Parente é os dente.

— Tal e qual: parente é os dente, olha aí.⁹⁸

A forma narrativa de Bernardo Élis também se singulariza no momento em que despreza os períodos longos e os vocábulos raros. Seu recurso estilístico mais manifesto é o realismo — ou neorealismo, ou realismo crítico —, embora introduza também o extraordinário, o estranho, o fantástico; utiliza largamente o humor negro, a ironia, sátira, o tom macabro, grotesco, lançando mão de situações amargas e ao mesmo tempo ridículas, “que são, afinal, a marca pessoal do estilo de Bernardo Élis.”⁹⁹

Analisando a obra bernardiana é possível ver um “gráfico ideológico ascendente”.¹⁰⁰ Há um amadurecimento político e estético do autor, e mesmo que seu momento de maior militância no Partido Comunista Brasileiro tenha sido nas décadas de 1940 e 1950, são nas obras da década de 1960 que vemos um Bernardo mais afinado com seu tempo. Em *Ermos e Gerais* percebemos uma postura fortemente contestatória, mas ainda ingênua; em *As Terras e as Carabinas* e *O Tronco*, temos um autor bastante influenciado pelas balizas do Realismo Socialista; já em *Caminhos e Descaminhos* e *Veranico de Janeiro*, temos obras de profunda verdade social e alto valor literário. Vale citar a entrevista dada por Bernardo Élis a Euler Belém, em 1991, onde o autor afirma que mesmo sem militância ativa, “lia todos os documentos do Partido, e me julgo a pessoa mais informada em todo centro-oeste a respeito do assunto”.¹⁰¹

Enquanto escritor, Bernardo Élis dedicou-se às mais variadas atividades culturais. Em 1945, participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, convocado pela recém-formada Associação Brasileira de Escritores (ABDE). O evento ganhou foro de acontecimento histórico ao estabelecer um claro posicionamento contra a ditadura do Estado Novo e ao oficializar um posicionamento

político por parte dos literatos brasileiros. Élis estava certo que esta também deveria ser a orientação dos escritores goianos, mas divisava dificuldades:

Em Goiás, onde o clima intelectual é ainda incipiente e desarticulado, onde o jornalismo é pobre e mirrado, constituindo quase um diletantismo luxuoso, circunscrito à esfera local, os afazeres cotidianos não permitem que se dispensem maiores cuidados a essa reunião de literatos. O intelectual brasileiro parece vedado ao goiano, que se mantém num isolamento feroz, muito mais feroz que o conservantismo e o retraimento mineiros, tão fustigados pela crítica dos últimos tempos.¹⁰²

Aspirando criar em Goiânia uma situação cultural mais favorável, fundou a Associação Brasileira de Escritores, Seção de Goiás (ABDE-GO), que funcionaria como polo dinamizador da literatura goiana.

Nos anos seguintes Bernardo Élis estaria presente nos principais eventos culturais do Brasil, como o II Congresso Nacional de Escritores, Congresso de Escritores de Porto Alegre, Congresso de Jornalistas em Recife, ocasiões em que expandiu sua rede de sociabilidade. Graças a esses encontros, Élis estabeleceu contato com intelectuais como Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Jorge Amado, James Amado, Dalcídio Jurandir e João Acioli.

Fundamental, contudo, para ampliação dos horizontes do escritor foi o I Congresso Nacional de Intelectuais, realizado em Goiânia, de 14 a 21 de 1954. Pela primeira vez um evento de porte nacional e internacional ocorria fora do eixo Rio-São Paulo, e em sua organização estavam empenhados os mais notáveis intelectuais do país, inclusive Bernardo Élis. Reunindo cerca de 300 intelectuais brasileiros e “brilhantes figuras da cultura de outros países” (Pablo Neruda, Baltazar Castro, Jesualdo, Asuncion Flores, Alfredo Varela, René Dépestre), o Congresso tinha como objetivo “incorporar à nossa cultura milhões e milhões de brasileiros”.¹⁰³ No temário geral foram debatidos problemas culturais e políticos, como a valorização dos temas nacionais, salvaguarda das fontes e dos elementos populares da cultura, liberdade de criação e de crítica, liberdade de associação cultural e profissional.¹⁰⁴

Ao final do Congresso, quatro resoluções foram aprovadas:

1. afirmamos que o povo brasileiro possui uma cultura nacional característica e vigorosa, suscetível de desenvolvimento ilimitado, que deve ser preservada das influências desvirtuadoras que a ameaçam; 2. afirmamos que o intercâmbio cultural com todos os povos é fator básico de enriquecimento da cultura brasileira, além de contribuir para criar relações amistosas entre todos os países e por isso deve ser cada vez mais intensificado, sem restrições e discriminações; 3. afirmamos que a defesa das liberdades democráticas é condição indispensável ao desenvolvimento da cultura, e repudiamos todas as leis que restrinjam as garantias democráticas; 4. reclamamos dignas condições de vida e meios materiais necessários à expressão e divulgação do pensamento e cultura.¹⁰⁵

Marcado por reivindicações democráticas e populares, o Congresso foi um espaço para germinação de ideias nos diferentes campos criativos, apontando novos caminhos para atuação cultural e deixando importantes legados para o estado de Goiás.¹⁰⁶

Outro polo cultural importante ao qual Élis esteve vinculado foi o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Universidade Federal de Goiás. Criado em 1962, o CEB tinha como objetivo “estudar, pesquisar e planejar a realidade nacional em todos os seus ângulos” e tinha “como novo dever funcional formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade onde vivem e vão atuar”.¹⁰⁷ Bernardo Élis lecionava Geografia Econômica e Humana do Brasil; outras disciplinas ofertadas pelo CEB eram História Política, Econômica e Social do Brasil; Antropologia Cultural do Brasil; Cultura Brasileira; História da Arte no Brasil; Literatura Brasileira; Estatística; Sociologia Brasileira e História Política Brasileira. Esse rol de humanidades tinha por fim apresentar a realidade brasileira aos alunos, assim como propor meios para alterá-la. Este era o ponto forte e singular do Centro, que reuniu importantes intelectuais nessa empreitada. No final do ano de 1964, já no governo ditatorial, o CEB seria fechado pela via de um Inquérito Policial Militar (IPM), e muitos de seus professores – dentre eles Bernardo Élis – seriam demitidos.

Dos muitos jornais para os quais Élis escreveu, o *Jornal Oió* pode ser destacado pela sua importância para a literatura goiana. Fundado por Olavo Tormin¹⁰⁸ em 1956, o jornal foi um veículo catalisador de ideias literárias em Goiás, abrigando em suas colunas escritores de variados movimentos. No editorial de apresentação do mensário, seu programa de atividades era pensado no sentido de

retratar o movimento literário em Goiás. Abrigará em suas páginas produções dos homens de letras do Estado (...) receberá indistintamente colaborações de todos, desde que respeitem as normas que nortearão a nossa conduta de ação e apresentem indispensável valor literário.¹⁰⁹

Eram de Bernardo Élis e de Domingos Félix de Sousa as principais ideias para a dinamização do jornal, para que ele fosse de fato um meio de criação de uma nova mentalidade político-literária em Goiás. A repercussão do movimento em torno do *Jornal Oió* foi significativa em todo o país, e rendeu uma edição exclusiva dedicada à cultura goiana no jornal *Para Todos*, quinzenário cultural sob direção de Jorge Amado.¹¹⁰ O *Jornal Oió* circulou até novembro de 1958, em 21 números.

O compartilhamento de ideias socialistas e a manutenção de uma rede de sociabilidade comunista teria, contudo, implicações graves na vida de Bernardo Élis quando do golpe civil-militar de 1964. O autor seria demitido de seus cargos públicos, proibido de publicar em jornais, e sua obra seria considerada nociva à sociedade e imoral. Alvo de inúmeros inquéritos policiais, Élis foi fortemente perseguido, condição que afetou toda sua família. Semeão Curado, filho mais velho do escritor, se recorda que a posição política assumida abertamente pelo pai marcou profundamente a relação da família com a sociedade; lembra-se de ter sido expulso do colégio católico ainda no primário, sob alegação de que “comunista vai para o inferno”.¹¹¹ Os filhos de Bernardo Élis saíram ainda cedo de Goiás; ele e a esposa se mudariam para o Rio de Janeiro no final da década de 1960, a fim de manterem-se afastados dos órgãos de segurança goianos.

A distância, contudo, não seria suficiente para manter Bernardo Élis fora do radar da repressão. Um episódio ocorrido nos idos de 1970 marcaria profundamente o autor: ele havia realizado uma palestra na Universidade Católica de Goiás, depois de muita insistência dos estudantes que, embora advertidos pelo escritor do perigo do evento, o mantiveram. Élis cuidou de não dizer nada que pudesse gerar polêmica ou ser mal interpretado; terminou a palestra e no imediato regressou ao Rio de Janeiro. Meses depois retornaria à Goiás, para uma rápida estadia. No mesmo dia, recebeu uma ligação exigindo sua presença no quartel às seis da manhã do dia seguinte. O escritor sabia dos casos de tortura, dos comunistas obrigados a se declararem não comunistas, e outras tantas violações. Decidira que não passaria por tais humilhações. Pegou então lâminas de gilete e colocou na bainha da camisa, do paletó, da calça e até na cueca: “se me amolarem eu me corto, eu corto o meu pulso...”.¹¹² Após esperar quase 12 horas no quartel, foi ouvido e liberado.

O estudo dos documentos dos órgãos de informação e segurança confirmam a vigilância constante sobre o autor. Em um relatório secreto do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 31 de maio de 1971, intitulado “Manifestações de intelectuais visando a motivar pessoas e grupos para problemas de caráter político”, a descrição sobre o movimento intelectual em Goiás inicia-se da seguinte maneira:

- 1) Em Goiás, grande parte do movimento literário vem se concentrando em torno de Bernardo Élis Fleury Curado, atingido pelas sanções do AI nº 1, e de outros antirrevolucionários.
- 2) Dessa forma os órgãos de segurança da área de Goiás estão preocupados com a influência que elementos esquerdistas vêm exercendo no Departamento Estadual de Cultura, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás.
- 3) Dentre os setores daquele órgão o que evidencia ser mais influenciado pelos antirrevolucionários é a Divisão do Livro (...), cuja atividade editorial é representada pela edição de obras na maioria de escritores contrários ao Governo e ao regime, contendo inclusive matérias ofensivas à ordem revolucionária.
- 4) Os concursos literários são conduzidos por esquerdistas e comunistas, como Bernardo Élis (...)

- 5) Obras de discutível gosto e interesse literário são editadas apenas porque em seu bojo contém mensagem subliminar ou ostensiva contra o regime revolucionário.¹¹³

Importante notar que alguns anos depois, em 07 de maio de 1976, Bernardo Élis seria nomeado Assessor Especial da Secretaria de Educação e Cultura de Goiás pelo deputado federal José de Assis, Secretário da Educação e Cultura, e sua designação seria revogada pelo mesmo deputado menos de três meses depois, evidenciando que, mesmo com o início da abertura política, o escritor continuava a ser perseguido.¹¹⁴

Outro documento, agora do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Goiás, de 26 de abril de 1974, revela que os agentes investigavam a nova diretoria da União Brasileira de Escritores de Goiás (UBE-GO), da qual Bernardo Élis fazia parte e era assim descrito:

- Membro efetivo do Comitê Estadual do PCB. (...)
- Em artigos assinados e publicados em várias revistas, assim como no exercício da cátedra, prega abertamente a subversão e difunde a teoria leninista-marxista. (...)
- Aplicando a técnica explorada pelos comunistas, escreveu artigo no jornal *Cinco de Março*, com críticas veementes ao Governo Revolucionário, colocando em realce os seguintes tópicos: “alimentação” —“IPMs” — e os “dedos duros”.
- Tentou juntamente com o comunista Aluisio Sayol, movimentar o meio estudantil da UFG (...)
- Promovem em sua residência, uma reunião, com a participação de estudantes, presidentes de Centros Acadêmicos e intelectuais goianos com a finalidade de discutir a decretação de greve geral no Brasil em solidariedade ao Movimento de Brasília. (...)
- Um dos signatários do manifesto publicado no jornal *Cinco de Março* em sinal de protesto contra a prisão do jornalista Flávio Tavares, implicado no IPM Guerrilhas Uberlândia. (...)
- Foi responsável pelo suplemento de *O Popular*, com publicações hostis à Revolução.¹¹⁵

A estreita relação que Bernardo Élis manteve com o movimento estudantil desde a época em que lecionava também não escapou aos olhos da repressão. Uma correspondência enviada à Bernardo Élis por Félix Valois Guará Bezerra (ex-presos político exilado no Chile) foi interceptada pelos órgãos de segurança, que identificaram elementos do movimento estudantil goiano envolvidos com o movimento armado¹¹⁶; em um relatório da Divisão de Segurança e Investigação,

esquadrinharam a formação da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, supostamente sob coordenação do estudante Pedro Torres e dos professores Manoel Jesus de Oliveira e Bernardo Élis.¹¹⁷

Espreitando também as publicações do escritor nos jornais de Goiás, o Serviço Nacional de Informações relacionou artigos tidos como “criminosos”:

Fez declarações no dia 9 Set 68, ao *Cinco de Março*, órgão da imprensa goiana, onde, condenando ato do Secretário da Educação que determinara o fechamento de grêmios estudantis, aduziu as seguintes afirmações:

— “...É profundamente humilhante e entristecedor reconhecer o agravamento constante do chamado terrorismo cultural implantado no Brasil a partir do movimento de 1964 e configurado na supressão da livre manifestação do pensamento, posta em prática através da perseguição e assassinato de escritores, artistas, jornalistas, pensadores, professores, religiosos e estudantes...”

— concitou os intelectuais a se organizarem para fazer sentir às autoridades brasileiras “a nossa mais enérgica repulsa à violência e ao terror que se instalaram neste País...”¹¹⁸

Os apontamentos diziam respeito aos artigos de denúncia escritos por Bernardo Élis no período, e publicados principalmente no jornal *Cinco de Março*. No texto *Primeiro de Abril*, publicado em cinco de abril de 1965, o autor festeja ironicamente o aniversário de um ano de aparecimento da repugnante figura do dedo-duro, “que tem um ano mas já fez tanto mal quanto uma guerra ou uma peste. Se você percorrer os cemitérios do país em muitos encontrará vítimas do aniversariante”; em outro artigo, chamado *Literatura*, Élis comenta a apreensão do livro *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, se posicionando contra a censura artística em qualquer uma de suas formas de manifestação.¹¹⁹

Perseguido pela repressão, constrangido em seu direito de lecionar, advogar e escrever, Bernardo Élis passou a viver com grande dificuldade financeira. Até o final de sua vida o autor se ressentiria pelos empregos perdidos durante o período militar, situação que impôs a toda a sua família uma vida de privação. Mesmo após a Anistia, Élis não conseguiu se recompor economicamente, contando, para muito de seus gastos, com auxílio de amigos.

A contínua censura também obrigou o autor a se afastar temporariamente da literatura. Depois da publicação de *Veranico de Janeiro*, em 1966, Bernardo Élis só voltaria a publicar um livro em 1973, o ensaio *Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional*. Nesta obra Bernardo Élis narra a vida do general que dá nome ao livro, considerado por alguns autores o primeiro militar nascido no Brasil a alcançar altos postos no exército colonial¹²⁰, atingindo “todas as honrarias no Exército português, bateu-se pela Independência do Brasil e morreu com o título de barão com grandeza e conde de São João das Duas Barras.”¹²¹ O personagem era um antepassado do escritor; este, por sua vez, orgulhava-se enormemente de sua nobre árvore genealógica e, para homenagear o parente, lhe dedicou uma biografia entusiasmada.¹²² Em tempos de ditadura, no entanto, a temática militar despertaria a desconfiança de alguns. Quando em 1975 Bernardo Élis se candidatou pela terceira vez¹²³ a uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), jornais cariocas e paulistas, ignorantes da militância comunista do escritor, consideraram-no suspeito.

A disputa de 1975 estava bem estruturada, e Élis contava com o apoio de importantes amigos — Aurélio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Herberto Sales, Tristão de Athayde, Hermes Lima. Contudo, seu adversário era Juscelino Kubitschek, ex-presidente que teve seus direitos políticos cassados pelo governo ditatorial, e era tido à época como símbolo de oposição ao regime militar.¹²⁴ Nesse cenário, notícias de que Bernardo Élis era o candidato dos militares, apoiadas na recente publicação do autor, em que enaltecia uma figura do Exército Nacional, tiveram terreno fértil para proliferar. Segundo seu filho

dois episódios marcaram, profundamente, a vida de Bernardo Élis. Uma foi a chamada Revolução de 64, não só por suas privações, mas sobretudo pela aposentadoria compulsória dada a ele, o que o levou a uma situação financeira desconcertante (...) O outro foi a campanha que amigos e correligionários de Juscelino — talvez à revelia do próprio Juscelino — moveram contra a candidatura dele à Academia Brasileira de Letras.¹²⁵

Prevaleceu a vocação literária, e Bernardo Élis venceu o pleito se tornando o primeiro goiano a ocupar uma cadeira na Casa de Machado de Assis.

Bernardo Élis, caminhos e descaminhos

Em 1994, no cinquentenário de *Ermos e Gerais*, inúmeras homenagens foram prestadas à Bernardo Élis. Conferências, mesas redondas, bailes, lembraram e rediscutiram a obra do escritor. Em um balanço de sua carreira literária, a conta das publicações se resume a três livros de romance, um de poesia, um de crônica, sete de contos e sete ensaios¹²⁶; traduções para o alemão e para o inglês¹²⁷; e quase uma dezena de antologias literárias.

Bernardo Élis participou de inúmeras Academias literárias, como a Academia Goiana de Letras, Academia Brasiliense de Letras, e Academia Brasileira de Letras. Fundou e manteve diversos órgãos literários, como a *Revista Oeste, Agora, Caçimba, Seara, Jornal Oió, Letras de Goiás, Caderno de Estudos Brasileiros, Goiás-Agora, Leia Agora, Suplemento Literários de O Popular, Jornal de Notícias, Diário da Tarde, Quarto Poder, Reportagem, Folha de Goiás e Cinco de Março*. Recebeu por *O Tronco* o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro; por *Caminhos e Descaminhos* recebeu o Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras; e por *Veranico de Janeiro*, o Prêmio José Lins do Rego da Editora José Olympio e o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro.

A literatura bernardiana ganhou também as telas do cinema e da televisão. Das adaptações feitas de obras do autor para o cinema, destacamos *Índia, a filha do sol*, de Fábio Barreto, baseado no conto *Ontem, como hoje, como amanhã, como depois*,

estreado por Glória Pires, com música de Caetano Veloso; *André Louco*, de Rosa Bernardo, selecionado para o Rio Cine Festival onde, concorrendo com mais de 400 produções internacionais se classificou entre os dez melhores; *A enxada*, de Iberê Cavalcanti, com elenco de Stepan Nercessian e Lucélia Santos; e *O Tronco*, de João Batista de Andrade.¹²⁸ Na televisão, contudo, Bernardo Élis experimentou um controverso episódio: em 1978, a Rede Globo de Televisão havia feito uma adaptação do conto *A Enxada*, narrativa densa e dramática do livro *Veranico de Janeiro*. Anunciada com destaque pela emissora durante um mês, a exibição da história foi proibida quatro horas antes de ir ao ar.

Dos anos que passou no Rio de Janeiro, buscando escapar das perseguições militares, o autor guardaria a saudade de sua terra. Após a Anistia de 1979, Bernardo retornaria a Goiás, e aos sessenta e quatro anos de idade aceitaria novos desafios. O maior deles, certamente, foi a presidência da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, assumida em 1995. Como é sabido, nem sempre o artista talentoso é bom gestor de política cultural. As inúmeras disputas em torno do que a Secretaria deveria apoiar colocou Bernardo Élis no centro de um delicado conflito, de ânimos exaltados, inclusive o seu próprio. Por essa época o escritor já estava com um grave câncer intestinal, doença que o levaria à morte em 1997.

Capítulo 2 | *O intelectual e o partido*

Bernardo Élis, o bom partido

Em 1944, Goiânia era uma capital jovem com menos de 50 mil habitantes e raras instituições culturais e de ensino. Ainda assim, para o jovem Bernardo Élis, era um oásis no meio do sertão: representava o progresso, a possibilidade de um mundo novo, autônomo mas integrado, produtor de sua própria riqueza e cultura. Com 29 anos, 1,82 metros de altura, 70 e poucos quilos, um vasto bigode e uma incorrigível timidez¹²⁹, Bernardo Élis era, certamente, um dos homens mais cultos da capital. Em sua diversificada biblioteca era possível encontrar obras de José Lins do Rego, Manuel Bandeira, João de Minas, Eça de Queiroz, Balzac, Flaubert, Dickens¹³⁰; parte importante era dedicada aos escritores russos, como Máximo Gorki, Fiódor Dostoievski, Vladimir Maiakóvski, Ilya Ehrenburg, Mikhail Sholokov, Boris Polevoi; além de uma incomum bibliografia comunista.

Ainda no início da década de 1930, quando as discussões sobre comunismo surgiram em Goiás, Bernardo Élis iniciou sistemáticas leituras sobre o tema, através de traduções de escritores como Plekhanov, Rosa Luxemburgo, M. Rosental, P. Ludin, Max Beer e August Thalheimer. Mas ironicamente foi uma obra anticomunista que o convenceu da justeza dos postulados de Marx: a *Súmula católica contra os sem Deus*. O livro, emprestado por um tio padre preocupado em orientá-lo em meio às “contradições do mundo”, apresentava os principais pontos da doutrina marxista, para em seguida contestá-los segundo os preceitos da Igreja Católica. Bernardo Élis, contudo, leu a *Súmula* “às avessas”, simpatizando com os princípios que eram atacados.

O acesso a obras sobre o pensamento de esquerda, contudo, seria enormemente dificultado durante o Estado Novo. Sob pretexto de ameaça de golpe comunista, o governo de Getúlio Vargas impôs uma forte censura às publicações e à circulação de livros no país. Somente em 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha nazista, se colocando ao lado dos países Aliados, entre eles a URSS, é que os ventos liberalizantes tornariam a soprar no país. É deste momento a obra que se tornaria referência para toda a esquerda brasileira da década de 1940, inclusive para Bernardo Élis.

O poder soviético foi escrito na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, por Hewlett Johnson, padre anglicano simpatizante do comunismo. Traduzido e publicado no Brasil em 1943 pela Editora Calvino, o livro trazia uma leitura otimista e elogiosa do experimento soviético, louvando seu modelo econômico e sua atuação na guerra.¹³¹ Após anos de intensa propaganda anticomunista, a obra de Johnson causou surpresa e assombramento. *O poder soviético* é citado por muitos intelectuais e militantes de esquerda como fundamental para a formação política daquela geração¹³²; para Bernardo Élis, o livro foi capaz de convencê-lo que “o marxismo, o comunismo, seria uma renovação para a humanidade”.¹³³ Seu impacto pode ser estimado por sua expressiva vendagem: em apenas dois anos, foram produzidas sete edições de *O poder soviético*.¹³⁴

Nesta fase de sua formação política, Bernardo Élis aprofundou seus estudos em filosofia, economia e sociologia¹³⁵ — instigado pela ausência dessas disciplinas na Faculdade de Direito, cursada desde 1941 —, e pôde aplicar à sua realidade como técnico cooperativista importantes elementos da teoria marxista, como cálculos de lucro, composição de preços e a mais-valia.¹³⁶ Élis afirmava que desde a década de 1930 alimentava grande simpatia pelo Partido Comunista Brasileiro e pelas ideias

socialistas que lhe pareciam muito progressistas, mas era difícil encontrar interlocutores em Goiás; poucos conheciam a fundo o assunto, e ainda menores eram os dispostos a falar em tempos de ditadura. Bernardo Élis conseguiu estabelecer certo diálogo com Cristiano Cordeiro, comunista histórico e um dos fundadores do PCB, que há alguns anos viva em Goiás; em outro polo, debatia o assunto em um restrito círculo de amigos, como José Godoy Garcia, José Décio Filho, Frederico de Medeiros, Sebastião de Barros Abreu e Haroldo de Brito.¹³⁷

Um mistério, contudo, cercava o jovem autor: onde estava o Partido Comunista Brasileiro? Élis dizia que apesar de já ter contato com pessoas ligadas às esquerdas e mesmo com membros do chamado Partidão,

não conseguia encontrar essa organização (...), à qual se atribuíam todas as virtudes imagináveis e inimagináveis da face da terra. Para começar, o homem de maior prestígio e que maior soma de respeito reunia sobre si — Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança —, era seu chefe como secretário geral.¹³⁸

Na realidade, o PCB já existia em Goiás desde 1936, mas com o registro nacional cassado desde 1927, funcionava na ilegalidade.

Após o Levante Comunista de 1935 — tentativa do Partido Comunista Brasileiro de derrubar o governo autoritário de Getúlio Vargas — é desencadeado uma forte repressão aos comunistas, com centenas de militantes presos. Muitos se refugiaram em Goiás, uma vez que Pedro Ludovico, interventor nomeado por Vargas, era conhecido por sua tolerância com os militantes de esquerda.¹³⁹ Não em razão direta desses “exílios”, mas com implicações, poucos meses depois surgiria o Partido Comunista Brasileiro seção Goiás.

Nesse momento o contexto mundial já se dividia entre duas propostas políticas radicais, esquerda ou direita, e em Goiás essa discussão não passou ao largo. Por um lado, o movimento integralista ganhava força no estado, com a criação de sedes em

muitos municípios; por outro, as críticas ao governo Vargas já tomavam corpo, formuladas principalmente por estudantes da Faculdade de Direito¹⁴⁰, e aumentavam o interesse pelo tema do comunismo. O *prestismo* naquela região também era algo notável, graças à passagem da Coluna Miguel Costa - Prestes por Goiás em 1925. Esses fatores, combinados com o apoio do Partido Comunista Brasileiro seção Minas Gerais (PCB-MG)¹⁴¹, possibilitaram a fundação do Partido em Goiás. Mesmo com a indulgência de Pedro Ludovico, a atuação do PCB no estado era clandestina, o que significou a interdição de formas mais incisivas de militância; as ações ficaram, na maior parte do tempo, restritas ao proselitismo e à formação de quadros.

Essa situação só iria se alterar com o início do processo de democratização em 1942. O Partido Comunista, com grande esforço, se reorganizava. Em agosto de 1943, em sua II Conferência Nacional, mais conhecida como Conferência da Mantiqueira, estabeleceu uma nova linha política, de apoio incondicional à Vargas no combate ao nazi-fascismo, numa tática definida como de União Nacional interna e externa. Esta posição serviria a objetivos práticos definidos: os comunistas pretendiam voltar à cena política e libertar sua principal liderança, Luís Carlos Prestes.

Quando Bernardo Élis filiou-se ao PCB-GO, em 1944, essas mudanças já estavam em curso. Houve, por um lado, o afastamento voluntário ou compulsório de antigos militantes¹⁴²; por outro, a crescente mobilização pelo retorno das liberdades democráticas e o prestígio recém-adquirido pela União Soviética fizeram engrossar as fileiras do Partido. Após anos de ditadura, a esperança de participar do jogo político renovou o ânimo da sociedade em geral, e aos olhos desses novos — ou recém integrados — atores políticos, o PCB aparecia como uma nova via política, não comprometida com o *status quo* anterior.

Bernardo Élis iniciou sua militância política no Partido Comunista organizando em Goiânia uma bem sucedida Campanha pela Anistia. Neste primeiro momento, seu engajamento não deixava de ser ambíguo, visto que o escritor trabalhava no Departamento Estadual de Assistência ao Cooperativismo e na revista *Oeste*, ambos sob ordens de Pedro Ludovico, homem de confiança de Getúlio Vargas. Élis deixaria esses dois postos em 1945, assumindo com maior radicalidade sua opção política. O autor, que já era relativamente conhecido entre os homens de esquerda do estado — seja por suas publicações em jornais e revistas de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, seja por sua rede de sociabilidade, comum às de muitos militantes do PCB —, foi rapidamente incorporado ao aparelho partidário, participando de reuniões, congressos, comissões e organizações.¹⁴³

Nesse movimentado cenário Bernardo Élis lançou seu primeiro livro, *Ermos e Gerais*, acolhido com entusiasmo pela crítica nacional. O PCB, contudo, tinha ressalvas quanto à literatura feita pelo autor:

O Partido achava minha literatura pequeno burguesa, eles achavam que as minhas pregações eram mais anarquistas, era como se eu fosse um filho de fazendeiro que saísse pelas ruas jogando pedras nas lâmpadas elétricas porque estava acobertado pelo Estado (...) tinha status, então tinha liberdade de fazer aquelas coisas e fazia impunemente.¹⁴⁴

Ermos e Gerais, inclusive, foi tema de uma sessão de autocrítica dentro do Partido. A obra foi considerada literatura pequeno burguesa por não conter conflito social, greves, confrontações diretas, protestos. Apesar da defesa de alguns militantes — que alegavam que em Goiás não havia greves nem protestos coletivos pela inexistência de fábricas, e que o espaço majoritariamente rural permitia, por hora, apenas o protesto individual, como indicava o autor em sua obra — Élis se convenceu do reacionarismo do livro e registrou sua autocrítica no estudo de interpretação literária intitulado *Ermos e Gerais, um passo atrás na Literatura Goiana*.¹⁴⁵

Em certa ocasião, perguntado se, assim como acontecera com Carlos Drummond de Andrade e Raquel de Queiroz, o Partido havia tentado influenciar sua obra, Bernardo Élis afirmaria que não, que seu contato havia sido com grupos mais abertos, como Jorge Amado, James Amado e Gianfrancesco Guarnieri.¹⁴⁶ O que percebemos, contudo, é que após *Ermos e Gerais* (e seu passo atrás na literatura goiana), suas publicações assumem um formato mais reivindicativo, em alguns momentos se aproximando, inclusive, do panfleto político.

Campanha Eleitoral

A mobilização nacional pelas eleições diretas em 1945 era a maior de que se tinha notícia na história do país. Com a Anistia concedida em 18 de abril, o Partido Comunista Brasileiro atuava na legalidade de fato¹⁴⁷, organizando, inclusive, grandes comícios com a presença de Luís Carlos Prestes. Os comícios-monstro, como ficaram conhecidos pelo número de espectadores que recebeu, aconteceram no Rio de Janeiro, no Estádio de São Januário, em 23 de maio (aproximadamente 100 mil pessoas); em São Paulo, no Estádio do Pacaembu, em 15 de julho (aproximadamente 100 mil pessoas); Salvador, na Praça da Sé, em 24 de novembro (aproximadamente 70 mil pessoas); e em Recife, no Parque 13 de maio, em 26 de novembro (aproximadamente 70 mil pessoas).¹⁴⁸ Os comunistas passaram a desenvolver uma intensa atividade política, dispostos a conquistar as massas para os propósitos da revolução.

Em comícios por Goiânia e cidades do interior, Bernardo Élis (assim como os outros candidatos comunistas) tentavam afastar as desconfianças que pairavam em relação ao Partido, que se apresentava — ou reapresentava — para a sociedade goiana. A intenção era expor o programa do PCB de maneira clara e objetiva, com

uma linguagem acessível. Não raro os militantes utilizavam exemplos reais, do próprio lugar em que estavam discursando, para esclarecer os eleitores sobre as principais diferenças entre as propostas dos comunistas e a dos partidos tradicionais. A brecha democrática aberta no país era inédita, e os comunistas a exploraram ao máximo: fizeram denúncias, levantam questões polêmicas, reivindicações, e falaram abertamente de um dos maiores tabus do país: reforma agrária.

A essa altura, os discursos de Prestes eram irradiados pelas rádios e em alto-falantes, e publicados na íntegra nos maiores jornais de Goiás. A imprensa partidária, fortalecida pelo respiro democrático, se tornou fundamental na divulgação da nova *persona* democrática do Partido. *O Estado de Goiás*, jornal oficial do PCB-GO, aumentou consideravelmente sua circulação, e passou a publicar programas partidários, textos teóricos, artigos de opinião, além de realizar intercâmbio de matérias com jornais e revistas de todo o país.¹⁴⁹

Foi n’*O Estado de Goiás* que Bernardo Élis desempenhou sua principal atividade dentro do PCB: como *escritor*, atuou como “reforço a um setor cultural ainda incipiente”.¹⁵⁰ Nas publicações, atas de reuniões e abaixo-assinados do Partido, Élis era sempre identificado como escritor, e foi como tal que se tornou candidato da intelectualidade comunista nas eleições de 1945. Como atividades de campanha, realizou comícios, marchas, trabalho de proselitismo pessoal, “andando em cima de caminhões com faixas, fazendo inscrições nas ruas”; “fui um militante fiel e dedicado”.¹⁵¹ Quando as manifestações públicas não eram possíveis, eram feitas reuniões menores, em casas de militantes e até em cinemas: “(em Caldas Novas) foi feito no cinema, uma palestra muito boa, inclusive, com fazendeiros, com comerciantes, pessoas que eram até contrárias, mas foram lá ouvir, dada a uma certa regionalidade da minha pessoa...”.¹⁵²

Apesar da intensa mobilização popular, as eleições de 1945 ainda não haviam sido marcadas; somente com a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, é que seriam confirmadas para dezembro. Com o registro oficial concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 10 de novembro, o Partido Comunista Brasileiro participou das eleições e obteve bons resultados. Yedo Fiuzza, candidato à presidência da República, obteve 10% dos votos válidos, e Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal em três estados, se tornando o parlamentar mais votado do país.¹⁵³ Em Goiás, foram apurados 79.293 votos, conseguindo os comunistas um insuficiente quociente eleitoral de 6.809.¹⁵⁴ Bernardo Élis foi o quarto candidato comunista mais votado, resultado notável para um militante recém filiado.¹⁵⁵

Após as eleições, o PCB goiano continuou com intensas atividades. Em março de 1946 realizou o Pleno Ampliado do Comitê Estadual, dando continuidade à política de reestruturação do Partido. O Comitê Central, antes sediado em Anápolis, foi transferido para Goiânia; os Comitês Municipais passaram por diversas modificações; e a liderança partidária passou para as mãos do jornalista Abraão Isaac Neto. Houve nesse momento uma verdadeira tentativa de refundação do PCB-GO, e não raro uma tendência a negar a experiência anterior.¹⁵⁶

A verdade é que de um pequeno partido radical, o PCB rapidamente se transformou em um partido de massas. Neste período de “maré enchente”¹⁵⁷, o Partidão saltaria dos 6.800 membros, em 1945, para aproximadamente 200 mil em 1947.¹⁵⁸ Esse número exclui os muitos simpatizantes que seguiam as diretrizes do Partido e que contribuía com ele logística e financeiramente. Notável ainda é a grande adesão de intelectuais e artistas como Cândido Portinari, Di Cavalcante, Nelson Pereira dos Santos, Carlos Drummond de Andrade e Lasar Segall.¹⁵⁹ Em

Goiás a arregimentação partidária também foi grande: dos 60 a 80 militantes estimados na época da ilegalidade, para aproximadamente 1.000 militantes neste período.¹⁶⁰ O PCB também granjeou a simpatia de intelectuais goianos, como José Godoy Garcia, Carmo Bernardes, Alberto Xavier de Almeida e José Décio Filho. Segundo Bernardo Élis,

houve uma ocasião em que nós nos reunimos, alguns grupos que moravam então no Hotel Manduca. Éramos eu, Zé Godoy Garcia, Alberto Xavier de Almeida, Zé Décio, e nós demos o balanço e vimos assim que uma posição útil para o Estado e também útil para nós como ser humano e como pessoa interessada pela cultura era nos colocarmos numa linha de progresso, e essa linha de progresso tinha que ser uma linha socialista. Então nós tomamos essa deliberação e nós entramos de corpo e alma nessa luta...¹⁶¹

A formação política do quadro partidário goiano era feita através de leituras, palestras, sabatinas, com a crítica e a autocrítica. Cursos também foram organizados, como relembra Élis:

Logo no início tentou-se fazer uma espécie de curso para instruir os elementos novos que estavam entrando para o Partido, que era um grande número de jovens. Os cursos eram realizados aos domingos em um salão na Avenida Goiás. Os documentos que o Partido encarregava a gente de ler, estudar, examinar, e debater, eram os mesmos documentos emanados da direção nacional do Partido, ou então documentos de resoluções internacionais do Partido. Havia várias publicações, revistas muito volumosas, trazendo estudos longuíssimos, exaustivos. Artigos que faziam exames da situação do mundo. Esses documentos eram lidos, a gente lia, estudava e retransmitia para os grupos. Eu estive à frente desses cursos muitas vezes.¹⁶²

Gregório Bezerra, em sua passagem por Goiás, também se lembra da organização de um “curso Stálin”, que pretendia melhorar o nível teórico dos quadros do Partido.¹⁶³ Os altos quadros, diga-se de passagem. A formação dos militantes funcionava como um fluxograma: os membros considerados “mais capazes” participavam dos cursos, recebiam instruções de militantes mais experimentados¹⁶⁴, e estudavam o material teórico; esses, por sua vez, repassavam as diretrizes para militantes da prática partidária, que, por fim, repassavam as orientações para as bases. Esse modelo refletia, por um lado, o caráter autoritário das lideranças comunistas, assim como uma

clara separação entre a direção e as bases. Por outro, exprimia a realidade de parte dos militantes do PCB-GO: o quadro partidário era composto por um número considerável de analfabetos e semianalfabetos, muitos dos quais aprenderiam a ler e a escrever dentro do Partido.¹⁶⁵

Em janeiro de 1947 o PCB participaria de novas eleições, desta vez com candidatos à Governadoria e Assembleia Legislativa. Em Goiás, o Partido apoiaria Juca Ludovico, do Partido Social Democrático (PSD), para governador, lançando candidatos próprios apenas ao Legislativo. Foram ao todo 32 candidatos pecebistas, Bernardo Élis inclusive. O autor destaca as diferenças entre as campanhas de 1945 e a de 1947:

Mas, quando foi da segunda vez (na segunda eleição que disputou), já nem se conseguiu isso (realizar comícios, reuniões, fazer uma campanha mais aberta). Então, já havia muita pressão, na segunda vez. (...) o trabalho era feito mais de pessoa para pessoa, de grupinho em grupinho de cinco pessoas, nós tínhamos que percorrer casa por casa, fazenda por fazenda. Porque o pessoal tinha medo, tinha um medo pavoroso de sair à rua e enfrentar o assunto, principalmente de falar que estavam ligados àquilo...

... havia muita ameaça, inclusive particular. (...) Havia atritos, pessoas acapangadas, pessoas que agrediam a assistência aos comícios, ameaçavam, davam tiros, havia um ambiente muito carregado, de medo. Muitas pessoas não iam aos comícios porque eram empregados, agregados, pequenos funcionários, e eles tinham medo de comparecer ali, porque eram apontados. Assim, a dificuldade de campanha era enorme; geralmente tínhamos que nos reunir em recinto fechado, porque o medo de comparecer em praça pública era enorme.¹⁶⁶

Nestas eleições foram apurados 78.621 votos para a Assembleia Legislativa, sendo 6.745 votos para o PCB — 8,57% da votação total. Bernardo Élis recebeu 128 votos — nenhum em sua cidade natal, Corumbá, fato que diz da extensão da ruptura familiar realizada pelo autor ao se tornar comunista. Nacionalmente foram eleitos 46 deputados em 15 estados, dois em Goiás.

Os parlamentares goianos Abraão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa¹⁶⁷ apresentaram propostas ligadas aos interesses populares, como escolas, saúde, alimentação e habitação. O ponto alto desta atuação, contudo, foi a aprovação do

artigo que proibia que a taxa de arrendamento excedesse 20% da produção do trabalhador rural.¹⁶⁸ Em um contexto de ausência de regulamentação trabalhista no campo, a cobrança dessa taxa chegava a consumir 50% da lavoura. Com o novo dispositivo legal, o Partido Comunista passou a estimular os agricultores a reivindicarem seus direitos frente a seus patrões, publicitando o artigo na imprensa partidária, distribuindo cópias da legislação estadual nas fazendas e disponibilizando apoio jurídico aos camponeses. Abria-se assim uma nova brecha de atuação no campo.

Neste período, Bernardo Élis esteve bem próximo dos deputados comunistas: “eu tinha muito contato com os elementos, Abraão Isaac já estava aqui, tinha muito contato com o Paulo Alves (...) Então eu tava sempre nessa cúpula aí (...) ligado a esses conchavos, né?” Na avaliação do escritor, apesar do alto investimento do Partido na atuação parlamentar, os resultados obtidos foram limitados pelo caráter reacionário da sociedade goiana:

Não havia pretensão de medidas socialistas, mas mesmo as medidas dentro do âmbito capitalista eram muito agressivas para o domínio absoluto do latifúndio, dos proprietários de terra aqui em Goiás. Eram medidas quase impossíveis. Mas de qualquer maneira eles se posicionaram lá, contra determinadas medidas de violências policiais contra posseiros, etc. Mas de modo geral foi uma experiência bastante positiva, considerando que o programa do partido era bastante avançado.¹⁶⁹

Primeiros passos rumo ao campo

A segunda metade da década de 1940 é marcada por uma tentativa do Partido Comunista Brasileiro de estender suas ações para o campo, a fim de consolidar a aliança operário-camponesa. Atuando pela primeira vez ao lado aos trabalhadores rurais, o PCB traduziu em uma linguagem própria as condições de vida e trabalho desses novos atores políticos. Mesmo considerado “ainda sem organização, sem expressar-se como força política, sem ser reconhecido em suas especificidades pelos

mediadores que se colocavam em cena”, o camponês passou a ser um importante elemento na revolução que estava por vir.¹⁷⁰

Na III Conferência Nacional do Partido, em 15 de julho de 1946, seriam reafirmadas as orientações pela união de forças, pelo caminho pacífico e pelas saídas legais. No campo, a luta por reivindicações imediatas substituiria o chamado à revolução:

A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses. É, pois, da maior importância saber levantar as reivindicações, como as de melhores condições de trabalho e contrato de arrendamento, a abolição dos vales e barracões (...), diminuição de impostos e frete, crédito barato, além de outras (...)¹⁷¹

Destacava-se também a importância da organização dos camponeses em associações capazes de unificar suas demandas, encaminhar suas solicitações e orientá-los em torno dos seus direitos. Nessa direção, surgiria uma das mais importantes formas de organização no campo nas décadas de 1940 e 1950: as Ligas Camponesas comunistas.

A primeira Liga Camponesa de que se tem registro, ainda em 1945, é a de Dumont, no distrito de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Nos anos seguintes centenas surgiram em Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Goiás.¹⁷² As Ligas eram entidades de caráter civil que congregavam “todas as pessoas que tivessem como fonte de renda a exploração agrícola e pastoril, (...) não sendo contra o fazendeiro”.¹⁷³ Cada associação dirigia suas ações para as necessidades específicas dos camponeses de cada região: pela baixa do arrendo, melhorias de condições de trabalho, aplicação da legislação trabalhista no campo, atendimento médico, disponibilização de remédios e construção de escolas. As Ligas também prestavam assistência jurídica a seus associados, além de representá-los

frente ao poder público. Realizavam ainda conferências, assembleias, feiras, estabeleciam alianças externas à comunidade e formavam quadros para o PCB.¹⁷⁴

Em Goiás as primeiras Ligas surgiram em 1945, ao sul do estado, sob influência das organizações existentes no Triângulo Mineiro. Em pouco tempo se espalharam por todo o território, protagonizando experiências inéditas e diversificadas. Na região de Pires do Rio e Orizona, onde o Partido Comunista atuava desde 1945, o arrendo cobrado nas grandes fazendas produtoras de arroz chegava a 50% da produção. Apoiando-se no artigo 138 da recém aprovada Constituição Estadual, que garantia uma taxa máxima de arrendo de 20%, a Liga Camponesa de Pires do Rio organizou os arrendatários da região e, durante a colheita de 1950, fizeram valer a taxa estipulada, causando o descontentamento dos fazendeiros. Na safra seguinte os camponeses reiteraram o pagamento de 20%; os fazendeiros, por sua vez, se articularam com políticos locais e, dispondo de força policial, reprimiram os arrendatários. Julgando o momento oportuno, militantes do Partidão propuseram que os trabalhadores se apossassem das terras, o que causou uma cisão no grupo organizado em torno da Liga: parte deles condenavam a ocupação, uma vez que suas demandas diziam respeito somente ao cumprimento da lei. Desunidos e desorganizados, os lavradores foram duramente reprimidos, e muitos foram obrigados a migrar.¹⁷⁵

Na Fazenda Brasil, no município de Itumbiara, instalou-se o primeiro Comitê Democrático Rural em Goiás, e a associação de lavradores que ali se formou expandiu sua atuação para outras fazendas da região. A principal reivindicação dos trabalhadores da Fazenda Brasil era em relação a um maior tempo nos contratos de arrendamento. Com a expansão da pecuária pelo estado de Goiás, tornou-se muito comum a fixação de um contrato de três anos, com a entrega de capim plantado no

último ano. Roberto Margonari, militante comunista que atuou na Fazenda Brasil, explica que o latifúndio pertencia “ao imperialismo americano e inglês”, que estabelecia a seguinte base de trabalho para os camponeses:

entregava a terra por 3 anos a 20% (de taxa de arrendo). E no fim dos 3 anos, o camponês era obrigado a devolver a terra plantada com colônão, o pasto que engorda boi na época. O 1º ano, as terras bravas, virgens, devido a outros problemas, ela produzia pouco; o 2º ano, um pouco mais, e no 3º ano então, é que ela dava uma produção completa. (...) Mas nesse ano ele tinha que entregar as terras plantadas com capim pra boi, porque era o objetivo, era o que eles queriam, e não a produção de alimentos. Então levantamos uma luta lá. Pelo rebaixamento das terras, e invés de dar 3, dar 4 anos no contrato. Os ingleses tiveram na fazenda e confirmaram os 4 anos de contrato (...) Mas eles tinham organizado um grupo de jagunços e a polícia mineira (...) e de repente eles avançaram com tiro de metralhadora e coisa, os camponeses tinham armas rústicas, assim mesmo lutaram. (...) Ali organizamos escola de alfabetização. Ali fizemos um verdadeiro esclarecimento dos camponeses, dirigidos por uma mulher extraordinária (...) Maria Pimenta (...). Apanhamos muito ali, mas conseguimos organizar os camponeses em ligas camponesas. Dali fizemos uma grande reunião onde unificamos todos aqueles camponeses num centro (...) num congresso que organizamos aqui e participou todos os camponeses, mais de 2000 juntos (...)¹⁷⁶

Foi em fazendas como a Fazenda Brasil que Bernardo Élis estabeleceu um diálogo mais próximo com os trabalhadores rurais, colhendo informações e impressões sobre aqueles que pretendia retratar:

Naquele tempo Goiás se abriu para o Brasil, então as pessoas vieram pra cá plantar...plantava aquilo e fazia as primeiras roças para o arroz, milho, feijão, e então durante dois ou três anos eles tinham o direito de usufruir daquilo, depois então entregava a terra com capim plantado. Então nessa ocasião havia grandes concentrações de pessoas que estavam trabalhando ativamente nas lavouras e o Partido Comunista tinha proselitismo nessas turmas. Então eu muitas vezes fui, muitas vezes fui até o pessoal que estava plantando ou colhendo arroz ou fazendo outra coisa qualquer e num momento de almoço, num momento de parada, de descanso, eu lia para eles um conto curto...Então a gente lia para o pessoal ouvir aquilo e eles davam palpite, riam, achavam engraçado, outros contavam contos iguais e essas coisas. Então com isso eu adquiri muito conhecimento, adquiri muito mais conhecimento da linguagem popular e dos hábitos populares naquelas ocasiões. Isso foi na década de 1950, fim de 48, 49 até 55 mais ou menos...¹⁷⁷

Nesse período Élis advogava a favor dos sindicatos urbanos e associações rurais¹⁷⁸, mas sua principal função dentro do Partido era “de divulgação das lutas, por exemplo, no caso de todas as lutas que havia de perseguição aos camponeses, eu fazia então a comunicação, não só aqui para Goiás, pro jornal de Goiás, como também para os jornais de fora de Goiás”.¹⁷⁹

Já na década de 1940 a imprensa comunista dedicava um espaço à “descrição, interpretação e crítica” das relações de trabalho no campo, construindo narrativas comuns, expondo casos reais, compartilhando experiências. Dessa maneira, o PCB iniciou um processo de “ruptura com as imagens dominantes sobre o campo”, contribuindo para a “construção de uma nova imagem pública do trabalhador rural (...) com relevo às formas características de exploração e opressão”.¹⁸⁰

A atuação do Partido junto ao campo seria, contudo, interrompida em 1947. A relação do presidente Dutra com os comunistas nunca havia sido amistosa; com a virada política da Guerra Fria e o rompimento das relações entre as potências ocidentais com a União Soviética, a perseguição aos comunistas passou a ser declarada. Em maio de 1947 o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou o registro do PCB e, meses mais tarde, os deputados, vereadores e senadores comunistas perderam seus mandatos.¹⁸¹ Novamente na ilegalidade, o Partidão revê sua plataforma de coexistência pacífica, fazendo uma inflexão total à esquerda.¹⁸²

Os Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950 marcariam essa virada, fazendo um chamado à luta e à reação. De seus muitos pontos em comum, a ambiguidade presente em ambos seria de grande importância política: embora reivindicassem a revolução aberta com a derrubada do governo, admitiam também a luta por conquistas parciais, consubstanciadas nas leis trabalhistas e no Código Civil. Seria justamente essa “brecha” que possibilitaria a sobrevivência de alguns movimentos sociais, como os sindicatos e Ligas Camponesas.¹⁸³

Em Goiás, a sede do Comitê Estadual do Partido foi fechada, mas os militantes não foram imediatamente perseguidos. O que houve, segundo Bernardo Élis, foi uma “perseguição velada”, um “controle social”, um policiamento da própria sociedade: “qualquer palavra de que eu dissesse, qualquer medida que eu quisesse

tomar, era sempre tida como uma manifestação do Partido Comunista. A gente era profundamente marcado.”¹⁸⁴

Nas células e comitês distritais e municipais do interior goiano, contudo, a repressão foi mais explícita e contou com a ajuda dos latifundiários, que colocaram suas milícias particulares à caça dos comunistas. O medo rapidamente se alastrou entre os militantes, causando uma quase total desarticulação do Partido no interior. O envio de Gregório Bezerra para Goiás, em 1949, teve o claro objetivo de

reorganizar o Partido em todos os municípios onde tivesse havido um comitê municipal ou distrital, tivesse existido uma organização de base ou existisse um grupo de militantes, recuperando todos os militantes flutuantes e recrutando novos para o Partido, à base de lutas em defesa dos interesses populares em cada região...¹⁸⁵

Gregório Bezerra percorreu dezenas de cidades goianas, utilizando como pretexto de aproximação as campanhas pela paz mundial, contra a guerra e a bomba atômica. Em torno dessas palavras de ordem muitos comícios foram organizados, contando com o apoio das comunidades espírita, maçom e protestante. Aos poucos a rede partidária comunista se recompunha no interior goiano, possibilitando a retomada do trabalho junto aos trabalhadores rurais.¹⁸⁶ Bezerra lamentava, contudo, a dificuldade de encontrar quadros dispostos a militar no campo: “infelizmente não havia quadros para este trabalho e, quando havia, eles não queriam sair do asfalto, não queriam embrenhar-se nos caminhos lamacentos dos canaviais e perder-se na escuridão da noite.”¹⁸⁷ Geraldo Marques, outro quadro importante do Partido no campo, revela que “quando era para levar um elemento daqui pro campo era a mesma coisa que levasse pro Cebaigo (a penitenciária estadual), ele achava melhor (risos) (...) A luta de campo é dura mesmo, é dura mesmo. Só quem já passou por ela é que sabe viu?”¹⁸⁸

A partir da década de 1950, em um período de menor repressão política, o Partido Comunista Brasileiro pôde aprofundar seu trabalho no campo. Bernardo Élis se recorda que nesta fase o PCB estava muito unido e coeso; eram realizados “leilões, bailes, festas, piqueniques, passeios, então o grupo tava muito unido e, tudo isso favorecia a difusão da ideia, a discussão de princípios sabe?”¹⁸⁹ Esses eventos também serviam como pretextos para uma aproximação com a classe trabalhadora, com a distribuição de boletins, jornais e panfletos. A circulação desse material divulgador e informativo, apesar de nem sempre fácil, foi praticamente constante. Nos depoimentos e memórias dos militantes, assim como na bibliografia, foi possível identificar alguns jornais que circularam em Goiás e que foram de grande importância para a formação de militantes e simpatizantes, como *O Estado de Goiaz* (Goiás), *A Classe Operária* (Rio de Janeiro) e *Tribuna do Povo* (Minas Gerais).

Seria, contudo, um jornal de proposta gráfica simples e linguagem adaptada o grande articulador entre militantes comunistas e trabalhadores rurais. O jornal *Terra Livre* foi o primeiro órgão da imprensa comunista voltado para o campo, e surgiu com o intuito de “denunciar os crimes contra os trabalhadores rurais, orientá-los em suas lutas e espalhar suas experiências por todo o país”.¹⁹⁰ Sua primeira edição circulou em maio de 1949 e a princípio sua periodicidade seria quinzenal. As limitações financeiras e alguns picos repressivos, contudo, fizeram com que o jornal tivesse edição irregular. Contando com o auxílio de camponeses, operários, e de um grupo de intelectuais, o jornal sobreviveu com dificuldades, mas se transformou em um dos principais meios de contato do Partido com os trabalhadores do campo.

De suas seções mais importantes, destacamos a *Conheça seus direitos*, regular no jornal desde 1956. Nela procurava-se afirmar, com base na legislação existente, os direitos que se considerava que os trabalhadores rurais tinham mas lhes eram negados.

Citando decretos, artigos e portarias, indicavam brechas legais que serviriam como base para reivindicações como férias, salário mínimo, descanso remunerado, direito de organização, e outros.¹⁹¹ O *Terra Livre* também foi responsável por publicitar a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, lançada pelo Partido em 1954. A meta era colher 5 milhões de assinaturas num memorial a ser encaminhado ao Congresso Nacional reivindicando “uma reforma agrária democrática, reconhecida por lei, que entregue a terra dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de pouca terra, com garantia legal de sua posse”.¹⁹²

Visto que o público a quem se dirigia o jornal era majoritariamente analfabeto, estimulava-se a leitura em pequenos grupos, onde os camponeses alfabetizados liam em voz alta para os demais. A tiragem do periódico chegou a trinta mil exemplares, e sua distribuição era realizada quase sempre clandestinamente por quadros do PCB. Funcionando como lugar de disseminação de novas matrizes discursivas, o *Terra Livre* estimulou determinadas práticas e comportamentos, mas também atuou como espaço de expressão das experiências dos trabalhadores.¹⁹³

Para além da imprensa comunista, os congressos, encontros e conferências podem ser pensados como espaços de discussão, de tomada de decisões, produção de demandas, socialização de conhecimentos e palavras de ordem, e momentos de atividade coletiva, “produtora de um nós”.¹⁹⁴ Os encontros regionais de trabalhadores do campo já eram regulares no início da década de 1950; em Goiás, o I Congresso Camponês ocorreu em 10 de março de 1951; a I e II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizadas pelo PCB, ocorreram em 1953 e 1954, respectivamente. Em comum, esses eventos encaminhavam suas demandas para a resolução de problemas imediatos, e se referiam em grande medida à ausência de uma legislação trabalhista para o campo. Mas a experiência particular de uma associação

de lavradores levaria o Partido a rever suas orientações pacíficas para o campo: a Associação Camponesa de Formoso e Trombas.

A “Marcha para o Oeste” iniciada por Getúlio Vargas em 1937 pretendia expandir a fronteira agrícola e ocupar os “vazios demográficos” enxergados em estados como os de Goiás e Mato Grosso. Para tanto criou-se, a partir de 1942, as Colônias Agrícolas, que disponibilizavam para os agricultores sem terra um lote de 30 hectares, condições de trabalho e moradia. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), uma das primeiras a serem instaladas pelo governo, atraiu milhares de migrantes e, em pouco tempo, esgotou sua capacidade de receber novos camponeses.¹⁹⁵

Como os lavradores continuavam a chegar na região, passaram a ocupar as faixas de terras devolutas no entorno da Colônia. Uma dessas ocupações se deu na região de Formoso e Trombas, a 300 km da capital Goiânia. Apesar de a região ser de mata fechada, infestada de animais selvagens e sem qualquer infraestrutura, os camponeses abriram picadas, construíram seus barracos e plantaram suas roças. Em pouco tempo, contudo, os poucos fazendeiros que lá habitavam — e que não eram os proprietários das terras ocupadas — começaram a exigir dos posseiros uma parte da produção, o que foi negado.

A pressão sobre os lavradores se agravaria com construção da rodovia Belém-Brasília e com a transferência da capital federal para o sertão goiano; as terras se valorizaram de súbito, e a região infestou-se de grileiros. Homens ligados ao poder — financeiro, político, ou a ambos —, os grileiros que se dirigiram para Formoso e Trombas valeram-se da conivência de cartórios, advogados e juizes da região para exigir a retirada imediata dos posseiros, além de utilizarem-se da violência, com espancamento dos lavradores, suas esposas e filhos.¹⁹⁶

Os posseiros, por sua vez, tentavam obter o registro das terras ocupadas recorrendo a mecanismos jurídicos e aos governos estadual e federal. José Porfírio, camponês que se tornaria o principal líder do conflito, foi à Goiânia reiterada vezes em busca de uma solução legal para questão das terras; em sua última tentativa, teve do Procurador do Estado a indicação da única saída possível: “Tem grota na região? Porque pode haver processo contra um, dois, três, mas não tem processo para 500 pessoas, nem crime, nem cadeia”.¹⁹⁷ No retorno desta viagem, Porfírio encontrou sua posse queimada; sua esposa, Rosa Amélia de Farias, de 28 anos de idade, morreria pouco tempo depois de problemas respiratórios decorrentes deste episódio.¹⁹⁸

Em 1954, após quatro anos de reiteradas violências, os posseiros decidiram pegar em armas para defenderem suas terras. Apoio fundamental para colocarem tal plano em prática foi a chegada do Partido Comunista Brasileiro na região. A presença dos comunistas significou para os posseiros um salto qualitativo no processo de organização e resistência, e marcou o início da fase de luta e enfrentamento direto entre posseiros e grileiros, jagunços e tropas do governo.¹⁹⁹

A luta de Formoso e Trombas acabou por angariar a simpatia de largos setores sociais, graças à rede de solidariedade articulada e impulsionada pelo PCB. Além do apoio irrestrito dos militantes, os posseiros receberam ajuda de parlamentares estaduais e federais, e de setores da burguesia e do judiciário, que formaram a Comissão de Apoio aos Lavradores de Formoso, da qual Bernardo Élis participou “arrecadando dinheiro, mandando roupas, armamento, pessoas”.²⁰⁰

Em 1958, por fim, o governo de Goiás decidiu intervir em favor dos posseiros e iniciar o processo de entrega dos títulos de propriedade. Essa foi uma fase de relativa tranquilidade para os lavradores, que puderam se dedicar às suas posses, fazendo a região progredir e prosperar. As lideranças de Formoso e Trombas também

firmaram alianças políticas que possibilitaram a eleição, em 1962, de dois vereadores comunistas, representantes de Formoso e Trombas, e de José Porfírio, primeiro deputado camponês da história do Brasil.²⁰¹

Depoimentos de militantes que estiveram presentes nas lutas de Formoso e Trombas indicam que Bernardo Élis e José Décio Filho trabalharam junto à José Porfírio, orientando-o durante seu mandato em Goiânia:

Em qualquer reunião que comparecia, a sua maneira simples e espontânea de falar cativava a todos. Os intelectuais, entusiasmados, se prontificavam a suprir as deficiências culturais do líder dos posseiros, organizando uma assessoria parlamentar que era integrada pelos mais expressivos representantes da inteligência goiana, como o escritor Bernardo Élis e o saudoso poeta José Décio Filho.²⁰²

Élis esteve em Formoso e Trombas, ao que tudo indica, por volta de 1958, quando já havia “passado a primeira fase da luta, quando já estava mais calmo.”²⁰³ Sua principal motivação ao visitar a região foi recolher material para a feitura de um livro, projeto que acabaria engavetado. Dessa viagem subsistiriam cadernos preenchidos com informações sobre o lugar, os posseiros, aspectos da luta e atuação do PCB.²⁰⁴

Algumas de suas impressões, no entanto, não deixavam de carregar certo preconceito intelectual:

Eu, quando fui a Formoso encontrei lá os dirigentes, inclusive o próprio Porfírio, falando um linguajar que era jargão, um jargão comunista antiquado já... que ele mesmo não percebia o que era aquilo, né? Uma porção de informações assim, frases, de sintagmas e coisa... que num exprimiam nada, não percebiam.²⁰⁵

Bernardo Élis avaliava que devido ao baixo nível cultural de boa parte da militância comunista, criava-se uma série de mitos, compreensões falsas, clichês, e que as pessoas “não tinham compreensão daquilo”. Mas “apesar de tudo isso”, havia, com o tempo, uma mudança de perspectiva por parte dos militantes mais “atrasados”:

(...) eles começaram a se interessar pelos movimentos internacionais, nacionais. Então eles ouviam rádio, eles ouviam um comentário, eles liam as manchetes de jornais,

muitos aprenderam a ler e escrever dentro do Partido (...) Então despertava nele, quer dizer, criava consciência, não só consciência da situação do país, que nós éramos um país em desenvolvimento (...) que nós estávamos submetidos a pressões e explorações (...), como também uma certa consciência da dignidade humana, de personalidade humana, de ser humano digno, detentor do direito, de liberdade, de participar da vida atual. Então isso era muito interessante. Apesar de todas as limitações, criava-se essa mentalidade.²⁰⁶

A figura do posseiro, de modo particular, despertou grande interesse em Bernardo Élis. Para o autor eles eram “novos tipos humanos”, sem a passividade e o fatalismo conformista, o espírito de renúncia e servilismo dos roceiros descritos por Monteiro Lobato, Afonso Arinos, Carvalho Ramos e Lopes Neto. Convictos de que a terra deveria pertencer a quem nela trabalhasse, os posseiros se dispunham a pegar em armas na defesa do que julgavam um direito. Confiantes em si mesmos e nas suas organizações, guardavam uma altivez que os faziam negar a tutela dos patrões, e investir contra aqueles que os queriam subjugar e explorar. Os posseiros seriam, para Élis, o germe capaz de corroer o latifúndio e realizar uma reforma agrária radical.²⁰⁷

As experiências das Ligas Camponesas, assim como as de Formoso e Trombas, foram abordadas por Bernardo Élis na novela *A Terra e as Carabinas*, publicada de 1952 a 1953 no jornal *O Estado de Goiaz*. Tomando como tema de sua obra “os problemas, as lutas, e a vida de nosso povo, principalmente da grande massa camponesa”²⁰⁸, o escritor chamou a atenção para o trabalho da militância comunista entre os trabalhadores rurais, e a crescente organização política desses novos atores.

O Tronco, romance publicado três anos depois, também seria marcado por certo proselitismo. Influenciado pela recente viagem realizada à União Soviética — compondo a Delegação de Intelectuais Brasileiros enviada pelo Partido para a comemoração do 1º de maio em Moscou²⁰⁹ —, Bernardo Élis recorreu a um evento histórico ocorrido nos sertões goianos para “denunciar o abandono em que jaziam as populações sertanejas”²¹⁰, expondo o histórico mandonismo dos coronéis. Bem aceito pela crítica comunista, *O Tronco* foi assim resenhado na revista *Para Todos*:

A paisagem dos pequenos povoados, os quadros estreitos de uma vida que flui com lentidão, marcada entretanto de violência e injustiça, são criados com precisão e propriedade. No seu jeito simples, aparentemente descuidado, o romance convence e comove (...) O romance de Bernardo Élis representa uma tentativa de literatura popular.²¹¹

É provável, contudo, que Bernardo Élis tenha se distanciado do Partido pouco tempo depois da publicação de *O Tronco*. Apesar de em seus depoimentos constarem duas datas de seu afastamento, 1954²¹² e 1956²¹³, o cotejamento de informações biográficas, bibliográficas, suas publicações nos órgãos do Partido, e o depoimento de outros militantes, nos levam a crer que sua militância se estendeu até 1956.²¹⁴ Após esse período, até pelo menos os anos 1990, Bernardo Élis se tornou um *compagnon de route* do Partido, um simpatizante que compartilhava de algumas informações, participava de eventos, partilhava da convivência de comunistas, mas que não fazia mais parte do quadro partidário.²¹⁵

Por essa mesma época o debate sobre a questão agrária se expandiu e diversificou: a extensão da legislação trabalhista para o campo, a luta pelo reconhecimento sindical e a democratização da propriedade fundiária ganharam uma nova dimensão com as ações do Estado, da Igreja Católica, das Ligas Camponesas do nordeste²¹⁶, do Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER)²¹⁷ e da Ação Popular (AP)²¹⁸. Para essas instituições e organizações políticas, a reforma agrária — mesmo que em termos absolutamente distintos — era condição para que o país removesse seus “obstáculos estruturais de desenvolvimento”. Em pouco tempo, as divergências entre os projetos de reforma agrária ficariam evidentes, acirrando a disputa pela hegemonia no meio rural.

Expressão maior dessa disputa foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em novembro de 1961. Reunindo as

principais forças políticas atuantes no campo, as discussões realizadas no Congresso acabaram se polarizando em reforma agrária por vias legais — posição defendida pelos comunistas —, e reforma agrária *na lei ou na marra* — proposta de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Com o apoio da maioria, Julião conseguiu impor suas orientações no documento final do Congresso. Na *Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária* decidiu-se pela completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio e no estabelecimento do livre e fácil acesso à terra pelos camponeses.

Acompanhando à distância os acalorados debates do Congresso, Bernardo Élis defendeu as diretrizes estabelecidas na *Declaração*, se colocando a favor de uma luta revolucionária capaz de transformar profundamente a estrutura agrária, eliminando o latifúndio e entregando terra aos camponeses. O escritor alertava para os projetos de reforma agrária “de fachada”, que mantinham os privilégios das classes dominantes; para o escritor, o único caminho que “corresponderia aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro” era o da revolução.²¹⁹

Nesse contexto de intensa agitação social o golpe civil-militar seria deflagrado, depondo o presidente João Goulart, suprimindo as liberdades democráticas, e aprofundado a situação de clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro. Bernardo Élis também foi alcançado pelos *atos da revolução*: foi “demitido do cargo de instrutor de Ensino Superior, nível 19, da Universidade Federal de Goiás”; e aposentado “no cargo de Professor de Ensino Industrial Técnico, nível 17, da Escola Técnica de Goiânia”.²²⁰ Seu livro de contos *Caminhos e Descaminhos*, que estava sendo editado pela tipografia do Estado de Goiás, teve sua impressão suspensa e foi submetido a diversas comissões de censura²²¹; sua obra, como um todo, foi classificada como “deletéria dos bons costumes e perniciososa”.²²² Os vinte e um

anos que se seguiram foram de intensa perseguição para autor, obrigado a se auto-exilar no Rio de Janeiro. Bernardo Élis só retornaria a Goiás após a Anistia, em 1979.

Dois Brasis: a reforma agrária nas reflexões teóricas

Nas páginas da imprensa comunista desenrolou-se uma das principais polêmicas teóricas dentro do Partido Comunista. A estrutura agrária brasileira desenvolvida na colonização teria origens no feudalismo ou no capitalismo? Muitos intelectuais de esquerda se dedicaram a essa questão. Caio Prado Júnior certamente foi o militante que mais contestou academicamente as teses do Partidão, defendendo em várias obras a origem capitalista da nossa economia agrária. O emprego da designação feudal ou restos feudais atribuída às relações de trabalho na agropecuária brasileira daria a entender que se tratava de situações institucionais e jurídicas, de estatutos pessoais distintos, de tradições enraizadas. Este, contudo, não era o caso do Brasil, onde as relações de servilismo estavam ligadas ao fim da escravidão e à incompletude da transição do trabalho escravo para o livre, o que perpetuava o estatuto social e econômico herdado do passado colonial e escravocrata do país. Para Caio Prado seria, então, mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e em relações semi-escravistas ou semi-servis.²²³

Considerando como objetivo central da reforma agrária a “elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida”, Caio Prado propunha dois caminhos para sua concretização: a extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural, no sentido de corrigir sua extrema concentração.²²⁴ O primeiro caminho deveria ser pensado levando em consideração a heterogeneidade da população do campo,

assim como a diversidade e complexidade de relações trabalhistas ali existentes. O segundo caminho, múltiplo, deveria utilizar sistemas já existentes para o encaminhamento da reforma agrária, como, por exemplo, a parceria e o arrendo. Caio Prado sugeria também uma intervenção legal no disciplinamento das atividades rurais e à destinação a ser dada a terra, assim como a criação de níveis mínimos de aproveitamento e produtividade. A correção da tributação territorial, por sua vez, forçaria o retalhamento e venda das grandes propriedades, e com maior oferta de terras, menor seria o preço, evitando a especulação.²²⁵ Para o autor, contudo, essas muitas etapas eram desconsideradas pelo PCB, que faziam do chamado pela reforma agrária

um simples pretexto de agitação política de cúpula, traduzida em slogans que não atingem a massa trabalhadora rural. (...) Decalcou-se simplesmente e sem maior espírito crítico e científico, o inaplicável modelo da reforma e revolução agrária dos países europeus. E se transportou para cá, encaixando arbitrariamente na evolução histórica, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo.²²⁶

Negando a universalidade da luta pela posse de terra, Caio Prado indicava que não havia propriamente uma, mas várias questões agrárias, e que a desatenção a essa particularidade poderia desorientar e esmorecer a ação do Partido Comunista Brasileiro.²²⁷

Em um campo teórico oposto, Alberto Passos Guimarães, um dos principais intelectuais do Partido Comunista, afirmava que o debate feudalismo *versus* capitalismo não era meramente acadêmico, desligado de sentido prático. Nele estavam envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como interesses políticos da maior importância. Supondo-se inicialmente capitalista o regime econômico implantado no Brasil colônia, estaria implícita uma solução inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária: se a estrutura agrária brasileira sempre foi capitalista,

por que revolucioná-la? Por que reformá-la? Nessa perspectiva, bastaria acrescentar à estrutura agrária mais capital para que ela se desenvolvesse e progredisse, dispensado reformas e revoluções mais profundas em sua estrutura. Segundo Guimarães, a teoria do capitalismo agrário era capciosa, conservadora e reacionária, e se encaixava perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados, pois retirava da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.²²⁸

Para a Alberto Passos Guimarães, somente a teoria do feudalismo era capaz de explicar satisfatoriamente a situação do campo brasileiro. O argumento do autor se baseia na tese de que em Portugal, à época do descobrimento, imperava a ordem feudal que, embora repartisse o poder do Estado com a burguesia comercial, ainda ocupava posição dominante. A terra era o principal e mais importante meio de produção, e como pertencia à classe feudal, esta estava habilitada a sobrepor às demais classes seu poderio. Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restou outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. A Coroa tinha consciência que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo. Nenhuma das adaptações do latifúndio colonial, contudo, teriam sido bastantes para diluir o seu caráter feudal.²²⁹

Bernardo Élis não deixou de participar desta discussão. No artigo *Algumas considerações em torno da questão agrária*, publicado no “Cadernos de Estudos Brasileiros” em 1963²³⁰, o autor analisa a situação agrária brasileira valendo-se das teorias do geógrafo Leo Waibel, das análises de Alberto Passos Guimarães²³¹, e de artigos publicados na Revista Brasiliense.²³² Sua argumentação gira em torno do

predomínio da grande propriedade no Brasil, da utilização inadequada da mão de obra disponível e da nocividade desta situação para o desenvolvimento econômico e social do país.

Para o autor as limitações do desenvolvimento da agricultura, impostas pela “estrutura colonial e pré-capitalista do nosso sistema agrário” refletiam-se também na mão de obra agrícola com formas primitivas da prestação pessoal de serviço, ficando fora da esfera monetária, seja porque trabalhavam gratuitamente como membros da família dos produtores, como agregados ou semi-servos, ou ainda por serem remunerados em produtos. O modelo do grande latifúndio seria ainda condenável por subordinar-se aos interesses das grandes organizações internacionais e não às necessidades locais, causando uma espoliação permanente do povo brasileiro.²³³

A solução para tal contexto seria uma completa reforma da estrutura agrária:

Chega-se, pois, à conclusão inevitável de que, no Brasil, é imperiosa uma reforma agrária que realize profundas mudanças no regime de propriedade de terras, que promova e acelere o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos trabalhadores. Nesse tipo de reforma incluem-se medidas como assistência de toda a natureza, abertura de estradas, garantia de preços mínimos para os produtos, armazenagem da produção, beneficiamento dos produtos e garantias de sua venda, enfim, toda uma série de medidas capazes de garantir e compensar o esforço do trabalho humano. (...) O que a nação exige é uma verdadeira reforma agrária, capaz de sanar os nossos grandes males; mas o que a classe dominante brasileira quer impor à nação é uma reforma agrária de fachada que preserve os seus seculares privilégios. (...) O caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro tem que ser outro. Não pode ser o do compromisso com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária. O que importa, fundamentalmente, nessa transformação, é a eliminação do sistema latifundiário e a entrega de terras aos camponeses. (...) Esse processo exige a participação ativa e indispensável das massas camponesas em aliança com a classe operária e as forças progressistas. Só a participação dessas forças poderá garantir que a reforma agrária não seja fraudada e deturpada. E só assim se poderá assegurar um novo poder político efetivamente democrático que, norteando-se pelos interesses populares e não pelos privilégios da maioria exploradora, seja capaz de empreender transformações profundas na estrutura econômico-social do Brasil.²³⁴

Em *Considerações em torno da questão agrária* Bernardo Élis nos deixa entrever seu interesse e sintonia com as discussões travadas pelo PCB, assim como seu entusiasmo pela reforma agrária então proposta.²³⁵ Sua biblioteca nos confirma essa impressão. *A cidade colonial*, de Nelson Omega, *Os dois brasis*, de Jaques Lambert²³⁶,

Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado, de Maurício Vinhas de Queiroz, nos indicam uma verticalização em termos teóricos sobre os principais pontos em debate pela intelectualidade pecebista.

Capítulo 3 | *A intervenção literária*

Sertões

Termo de difícil precisão conceitual, sertão é tudo e nada; “ele está em toda parte” e ao mesmo tempo “é um mundão de ausências”.²³⁷ No Brasil do século XVI, designava terras ignotas, mais distantes da costa, domínio do desconhecido. A partir do século XVIII, para além da perspectiva de interior, sertão passou a configurar uma realidade política: o deserto, a ausência de povoamento, a inexistência da ordem, a ausência de governo, o espaço vazio.²³⁸ No século XX, o termo incorporou ainda o significado de terras não cultivadas, espaços a serem conquistados pelo processo civilizatório. Para o senso comum, *sertão* será “o desconhecido, o fim de mundo, região de seca, lugar de índio, terra de cangaceiro”.²³⁹

Transcendendo, contudo, à ideia de uma limitação espacial precisa, a palavra *sertão* reuniu em si uma alta carga de valores do mundo público, capaz de produzir, dentro da tradição literária brasileira, uma continuidade temática e uma perspectiva original de interpretação do Brasil. Euclides da Cunha, embora não tenha sido o primeiro a lançar mão deste motivo em uma obra literária, o fez sob um novo prisma, colocando em dúvida a existência de um Brasil unitário e homogêneo, revelando um esquecido mundo sertanejo, habitado por párias²⁴⁰, uma gente condenada a viver “expatriada dentro da própria pátria”.²⁴¹ Na ficção de Euclides, sertão é solidão, isolamento, perda; terra apartada dos valores do mundo público, do progresso e da racionalidade, dominada pela tradição e à margem da história. Embora incômodas, ou justamente por isso, as imagens criadas por Euclides da Cunha arrebataram os homens nascidos na passagem do século XIX para o XX para a tópica de incorporação dos sertões e conseqüente encontro com o *outro*, a partir do qual ocorre um *processo de redescobrimto constante do Brasil*.²⁴²

As mudanças econômicas, sociais e políticas iniciadas com o Movimento de 1930 demandaram da intelectualidade de então um grande esforço no sentido desse “redescobrimento”. Em *Vidas Secas*, de 1937, Graciliano Ramos expôs a deficiência do modelo de modernização praticado, que não incorporava nem política nem socialmente amplos setores da sociedade. Com uma *poética da escassez*, a obra atuou “a contrapelo do ideal de modernização”, denunciando tudo o que estava sendo relegado à margem. O sertão, símbolo maior dessa margem, deixava de ser somente deserto para ser também desterro, lugar dos banidos da República, ou ainda, nas palavras do filho de Fabiano, o próprio “inferno”.

Duas décadas depois, em meio ao governo de Juscelino Kubitschek e de seu ambicioso projeto de modernização, Guimarães Rosa retomaria a imagem de *Vidas Secas* através de seu personagem Riobaldo Tatarana, em *Grande Sertão: Veredas*: “a gente viemos do inferno”²⁴³. Embora em perspectivas diferentes, pois em “Graciliano Ramos do céu desejado para o inferno real; Guimarães Rosa, o caminho inverso”, sertão e inferno estão sempre atravessados: o sertanejo não poderia prescindir do inferno, pois desde cedo era preciso aprender a temer o outro, a natureza, o acaso.²⁴⁴

Em *Grande Sertão: Veredas*, as consequências de uma modernização incompleta, excludente, já estão claras: o fortalecimento das cidades desagregava o sertão, e condenava sua gente ao desterro, à desigualdade social, a uma vida sem acesso aos bens, à lei e a um catálogo mínimo de direitos. Guimarães Rosa registrava assim “as ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado não conseguiu aproveitar, e a República descartou por improdutivo, supérfluo, inútil”.²⁴⁵

Este universo de párias e desterrados também foi representado por Bernardo Élis. Imerso nos sertões do centro-oeste, o autor incorporou em suas obras imagens

que por muitos séculos nortearam as interpretações sobre a região; *decadência/prosperidade*, *atraso/progresso*, *arcaico/moderno*, foram conceitos utilizados para caracterizar a economia e a sociedade goianas desde o período do ouro, no século XVIII, e que perduraram até o século XX, refletindo o embate entre o *agrário* e o *urbano*.²⁴⁶

Goiás viveu intensamente a tônica do progresso — na década de 1930, o estado foi incorporado ao projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas, abrindo seus territórios para a expansão da fronteira agrícola; em 1940, inaugurou a nova capital, Goiânia, planejada nos moldes modernistas, em contraposição à organicidade das cidades coloniais; em 1950, o estado recebeu a nova capital federal, Brasília, síntese do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que previa 50 anos de desenvolvimento nos 5 anos de seu mandato — mas manteve, ao mesmo tempo, seu interior, seu sertão, “carente de urbanização, distante, no fim do mundo, alheio ao tempo e à prosperidade.”²⁴⁷

Bernardo Élis, contemporâneo a estas rupturas e continuidades, incorporou em sua leitura de mundo tais dicotomias, privilegiando, contudo, os “polos negativos”: representou o sertão no que ele tinha de privação, escassez, ruína, degradação, corrupção, em síntese, de *atraso*. Para o autor, o sertão vivia ao “deus-dará”, como área reservada para expansão do mercado capitalista do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este mercado era ainda mais impiedoso do que a antiga metrópole portuguesa:

para provar, basta considerar que o que havia em Goiás de **civilização** fora feito ainda ao **tempo da colônia**. Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica (...) Enquanto durava tal panorama, jazia o sertão no maior **atraso**, num momento em que civilização humana alcançava elevadíssimo **desenvolvimento** em outros pontos da terra, graça à exploração de nossas riquezas.²⁴⁸

Atraso e desenvolvimento são categorias presentes em toda a obra de Bernardo Élis, refletindo a crença em um passado glorioso, que se contrapunha a um presente de

miséria e estagnação, fruto de uma República que, ao eleger seus “filhos preferidos”, relegava os outros ao esquecimento.

Por outro lado, apesar da crítica contundente à situação de atraso do país, Bernardo Élis também se preocupou com a “desorganização” causada pelos “elementos perturbadores decorrentes da civilização urbano-tecnológica”, que “abala hoje todo o mundo rural”.²⁴⁹ O processo de modernização teria como corolário a negação do passado e a rejeição da tradição, condenando ao esquecimento o modo de vida caipira. Ciente desse “risco histórico”, o autor fez de sua obra um testemunho do sertão e do sertanejo, com seus trejeitos, dialetos, festas, crendices, sua conduta moral e seus ditados.²⁵⁰

Nas obras de Bernardo Élis aqui estudadas, identificamos duas propostas literárias distintas para representação desse sertão: a primeira, orientada pela esperança, pela possibilidade de mudança, pode ser encontrada em *A Terra e as Carabinas* e em *O Tronco*; a segunda, marcada por um pessimismo radical e pela desilusão, está presente em *Ermos e Gerais*, *Caminhos e Descaminhos* e *Veranico de Janeiro*. Considerando esse olhar duplo e ambíguo, orientaremos nossa análise em blocos, a fim de construir uma lógica sobre os tipos de intervenção propostas por Bernardo Élis.

O princípio esperança da “vontade utópica”

Durante os anos de 1952 e 1953 Bernardo Élis publicou os 16 capítulos de sua novela *A terra e as carabinas* no jornal comunista *O Estado de Goiaz*. A novela foi publicada em livro em 1987²⁵¹, mas até hoje permanece quase que desconhecida dos leitores. Dos muitos estudos realizados nas últimas décadas sobre o autor goiano,

raros são os que incluem *A terra e as carabinas*, comumente citada como obra de pouco valor literário, por ter sido escrita sob os moldes do Realismo Socialista. Para este trabalho, contudo, a novela é de grande importância por deixar patente o grau de envolvimento do autor com o Partido Comunista durante a década de 1950, assim como com suas teses para o campo.

Em *A terra e as carabinas* Bernardo Élis constrói uma narrativa linear, simples e direta. Há, no correr dos capítulos, uma progressiva mudança na paisagem e no espírito dos personagens centrais — o lavrador Totinha e sua esposa Bila —, o que nos permite dividir nossa análise em dois momentos: **1.** A crítica de um passado-presente de opressão, exploração e miséria; **2.** A proposta do *princípio esperança*²⁵² de um horizonte aberto à hipótese comunista, ao engajamento político e à dignidade humana.

A primeira paisagem que Bernardo Élis nos apresenta é a de um velho engenho, no qual Jeromão, seu dono, trabalhava com a família e com alguns camaradas. A decadência do lugar obrigava todos a uma labuta pesada, sobre-humana, para que se alcançasse um mínimo de produção. O trabalho ali era tamanho que a fama da fazenda corria o mundo. Se um sujeito era duro no trabalho diziam: “Este é um Jeromão”. Jeromão era um homem bruto, autoritário, que mantinha seus empregados na fazenda através do antigo sistema de dívidas: de tudo o que era produzido pelos camaradas, 50% era entregue a ele; mantimentos, ferramentas, remédios, eram fornecidos pelo fazendeiro a preços exorbitantes; por fim, os trabalhadores estavam sempre endividados, e não podiam deixar o engenho.

Totinha, um dos empregados de Jeromão, é o personagem central da novela. Casado e com filhos, vivia uma vida miserável, de muito trabalho e pouco conforto. A mulher clamava para que saíssem daquele lugar “mais pió que o inferno” — numa

retomada da imagem já consagrada por Graciliano Ramos e Guimarães Rosa —, mas Totinha não podia abandonar a roça: devia à Jeromão duzentos mil réis, valor que aumentava mais a cada dia, com os juros e adiantamentos. Certa vez tentou fugir, mas Jeromão deu parte à polícia e dois soldados o trouxeram de volta “como um negro fujão”. Por fim, na mixórdia do engenho, Totinha escorregou na lama, perdeu o equilíbrio e teve a mão mascada pela moenda. Não recebeu assistência do patrão e foi expulso da fazenda.

Partindo para a cidade, Totinha seria apresentado a um novo personagem: o oportunista Dr. Agostinho dos Anjos. Latifundiário, Dr. Agostinho vivia, contudo, na cidade, onde sustentava uma vida de luxo e jurisdição sobre o delegado, o promotor e o médico. A princípio seu personagem é apresentado como personificação da lei, esclarecendo Totinha de seus direitos: “Jeromão não podia desobedecer às leis vigentes no país, porque lei é lei e não é brincadeira de coronel burro da roça”.

Na narrativa construída por Bernardo Élis, enquanto Jeromão encarna a figura do coronel em decadência, em seu engenho obsoleto, obrigado a empenhar a si e à sua família na lida, Dr. Agostinho dos Anjos corresponderia ao coronel hodierno, cuja fonte de poder continua a ser a terra, mas que a modernidade arrastou para a cidade. Em cadências temporais distintas, Jeromão e Dr. Agostinho se encontram para marcar a soberania do coronel sobre o lavrador: Jeromão pagou sete contos de réis para que Dr. Agostinho dos Anjos não levasse a diante o processo de Totinha. Com o dinheiro recebido, o fazendeiro subornou as autoridades locais que concluíram, por fim, que o roceiro se embriagou e meteu a mão, de propósito, no engenho, para obrigar o patrão a lhe dar uma indenização. Como último momento de sua sina de humilhado, Totinha é apreendido pelo Dr. Agostinho dos Anjos como garantia de pagamento de uma dívida, da qual só seria libertado após algum tempo de trabalho em sua fazenda.

Polos opostos, a relação dos personagens apresentados até aqui é permeada de tensão. A ênfase na dominação exercida pelo latifúndio, o sentimento preponderante de propriedade — que mais do que simples instinto de posse era uma disposição do espírito, uma atitude geral diante das coisas —, evidencia o poder total exercido pelo patrão. Por seu lado, o lavrador, humilde, miserável, ingênuo e inadaptado à cidade, é um joguete nas mãos dos poderosos, sem perspectiva de mudança. O vínculo estabelecido entre essas duas partes é marcado pela desigualdade de direitos, definidora de exclusões e inclusões, numa típica relação de mando e subserviência. Cabe ainda a reflexão sobre o modo como os camponeses eram institucionalmente tratados: seduzido pela oportunidade de acessar coisa tão distante — a lei —, o camponês se convence de sua força e justiça, para em seguida ser por ela aviltado, não só economicamente, mas principalmente moralmente. De vítima Totinha passava a bandido.

Em um segundo momento, entram em cena personagens antagônicos à Jeromão e Doutor Agostinho dos Anjos. Totinha os conhecerá em uma de suas voltas pela cidade em busca por emprego. Era época de eleições, e pipocavam comícios pela região. Um deles, contudo, chamaria a atenção do lavrador:

O homem dizia uma coisa diferente das que Totinha estava habituado a ouvir. Dizia que os lavradores estavam indo para a cidade porque na roça eles tinham de dar **metade da sua produção para o patrão** que lhes **arrendava** o chão. Os lavradores **deixavam a roça** porque ali não tinham dinheiro nenhum, não tinha remédio, ganhavam o jornal muito pequeno e assim mesmo pequeno **não recebiam**, pois os patrões lhes vendiam as coisas por preços da hora da morte. Se reclamassem, os patrões **mandavam bater e mandavam matar**. Se o governo quisesse ver o pessoal na roça trabalhando, que **desse terra ao lavrador**, emprestasse dinheiro a ele e não deixasse os comerciantes safados comprar arroz e outros gêneros, na safra, por preços miseráveis.

— Muito bem! — Totinha deu um pulo, tacou o chapéu pra riba, de tão satisfeito. O povo só faltava se arrebetar de bater palmas. Totinha sentia os cabelos arrepiados de ouvir pela primeira vez alguém dizendo a verdade. Até que enfim alguém entendia o sofrimento dos pobres.²⁵³

Eram militantes do Partido Comunista Brasileiro que, ao conhecerem a história de Totinha e sua família, os acolheram em sua casa. Lá receberam abrigo, mas ficaram desconfiados de costumes tão diferentes: não recebiam ordens, exigências ou xingamentos. Bila passou a ajudar nas atividades da casa e Totinha no jornal mantido pelo Partido. Nesses lugares não haviam empregados: “trabalhamos para nossa própria vida, isto é, para acabar com o arrendo que mata os lavradores, para acabar com a miséria em que vive o trabalhador”.²⁵⁴ Totinha e Bila suspeitavam de tanta generosidade, e se portavam de acordo com as experiências pregressas: Bila, temendo ser expulsa e ficar novamente à mingua, tirava da casa panos, mantimentos e vasilhas; no jornal, Totinha fazia o mínimo de esforço possível: “Vou lá me apressar nada. Não lucro com esse serviço.”²⁵⁵

Naqueles espaços, contudo, os lavradores passaram a acessar um novo tipo de informação. Falava-se da carestia de vida, do descaso do governo, do desemprego, da fome, da falta de escola, de hospitais, da feitura de greves. Os camaradas liam jornais e revistas que contavam da luta do povo em outros países, principalmente “num país chamado União Soviética. Nesse país o povo tinha trabalho, alimentos, escolas, médicos e remédios em abundância.”²⁵⁶ Nesse convívio, Bila e Totinha compreenderam a situação de dificuldade em que sempre viveram, e começaram a desejar uma nova vida.

Neste trecho, a narrativa ganha movimento ascendente: por um lado, Bila e Totinha intimidados, desconfiados, ignorantes daquele modo de vida, e a situação degradante vivida até então impelindo-os ao malfeito. Por outro lado os comunistas, valentes e generosos, e a epifania provocada pelas conversas e discussões. Esse momento do enredo é permeado pela ideia de vanguarda, do partido como salvaguarda de destinos, e seu argumento não deixa de reforçar um visão pejorativa

sobre o homem do campo, como sujo, preguiçoso, obtuso, simplório, e às vezes até ladino. O processo que se dá com Totinha e Bila é quase um processo civilizatório: na casa dos militantes foram convencidos da necessidade de tomar banho, lavar as mãos, andar limpos, calçar sapatos ou chinelos, cortar e pentear os cabelos, sentar a mesa; “era preciso ir se educando”.

O próximo momento já seria de engajamento dos personagens no quadro partidário. Participavam agora de reuniões de células, ligas, uniões, passeatas. Enfrentavam a polícia, as repressões e as perseguições. Estavam convencidos da justeza daquela causa. Bila, ao participar de uma manifestação das ligas das donas de casa,

sentia que nas veias o sangue corria de um modo diferente. (...) Na sua cabeça surgiam as companheiras da fazenda de Jeromão: a mulher do velho Damas que só conhecia da vida o trabalho duro da enxada, os partos e as pancadas do marido bêbado; a filha do Casemiro fugindo do noivo, um negro velho e bruto. Bila estava ali para tirá-las da miséria e do sofrimento...²⁵⁷

Já Totinha, auxiliando na entrega do jornal clandestino, sentia que “junto ao coração que pulava, iam os jornais, ia o protesto de milhares de pessoas, ia a verdade que ajudaria a destruir todo um velho mundo de injustiça, miséria, sofrimento, fome e pavor”.²⁵⁸ Os personagens, agora transformados, deixavam a condição de resignação para adotar uma postura de comprometimento, participação.

Ao explorar literariamente a violência no sertão — a mão esbagaçada, o braço zangado e catinguento, o embuste da indenização, as torturas e a cadeia, a condição de cativo, e todos os suplícios enfrentados por Totinha —, e também as possibilidades de *ação* diante de tais violências, Élis constrói um discurso sobre direitos, sobre reordenação de lugares sociais, sobre a possibilidade de *mudança*.

Novela ou panegírico? A novela, enquanto gênero literário, caracteriza-se por seu tom mais popular, sua linguagem simples, despojada, de imediata

compreensão.²⁵⁹ A opção feita por Bernardo Élis ao construir sua narrativa nesses moldes justifica-se pelo *momento*, quando o autor acreditava que “a única maneira de fazer com que as ideias tivessem força, realizassem-se, seria através da mobilização popular (...) era preciso conscientizar o povo”.²⁶⁰ Com este ímpeto elucidativo, o autor, movendo-se como repórter ou cronista, dirige-se ao leitor de modo direto, construindo uma narrativa acessível. Por outro lado, *A Terra e as Carabinas* apresenta um forte tom de panegírico, com suas muitas páginas de louvor ao comunismo e sua justa causa, com reproduções de trechos do programa do Partido e de manifestos de Prestes, e alusões a lutas reais empreendidas pelo PCB no campo.

Se para muitos críticos esses aspectos diminuem o valor literário de *A Terra e as Carabinas*, para nós eles representam uma tentativa de intervir na cena pública por meio da escrita. Através de um jornal que era lido por centenas de pessoas, Bernardo Élis expôs situações e práticas próprias do mundo rural. O arrendo, a meia, o barracão, o aprisionamento por dívidas, as violências, a subserviência das forças policiais aos coronéis, a corrupção das autoridades, as porteiras das fazendas como obstáculos intransponíveis para a lei, a incipiente organização camponesa, são indicações relevantes de um tempo de reivindicações, quando o país caminhava para o entendimento de seus problemas sociais.²⁶¹

O Tronco, por sua vez, embora temporalmente distante dos fatos ocorridos em *A Terra e as Carabinas*, guarda pontos de contato com a obra em termos de motivação literária. Quando Bernardo Élis iniciou suas pesquisas sobre o conflito ocorrido em São José do Duro (atual Dianópolis) nos anos de 1917 e 1918, o autor pretendia escrever um ensaio de sociologia sobre a região, seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e políticos. Para tanto o autor recolheu farto material, registrando características da fala local, fauna, flora, história do lugar, árvores genealógicas de

seus moradores e estudos subsidiários ao tema. Quando, contudo, partiu para as entrevistas com as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito, encontrou “na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa, que meus instintos científicos foram absorvidos pelo meu pendor ficcionista”.²⁶² Movido pela vigorosa narrativa dos personagens, Bernardo Élis decidiu-se por escrever um romance terrível, como eram os sertões analfabetos e desumanizados, como havia sugerido Monteiro Lobato²⁶³ quando do lançamento de *Ermos e Gerais*:

eu também procurava na literatura um pretexto para denunciar os males sociais a que estava condenado o sertão. Desse modo, uma certa ironia, o tom brincalhão e a busca de refinamento por acaso existentes em *Ermos e Gerais*, isso foi abandonado, em troca de um tom mais sério, marcado pela tragédia do atraso, da ignorância e da doença. Quisera fazer uma história para o povo (...) mas não levava em conta o analfabetismo e a miséria, que impediam o acesso à literatura. Então sem o saber eu estava me dirigindo a um público errado. Para atingir o povo, usei o coloquial médio goiano, estruturei o livro de acordo com a estrutura das sagas populares ou das narrativas orais, firmemente marcando o lugar, o tempo, e os aspectos de começo meio e fim. (...) Era um protesto contra a marginalização das populações sertanejas, da exploração mais impiedosa do camponês sem terra, da opressão dos senhores do poder, escrito numa linguagem coloquial sem complicações nem preocupação de ordem estilística. (...) Estava protestando também contra uma literatura altamente elaborada...²⁶⁴

O Tronco, lançado em 1956, teve grande repercussão em Goiás, particularmente pela polêmica gerada em torno da proximidade entre história e ficção. Muitos leitores buscaram perceber o texto literário como documento histórico, apesar do livro conter, logo em sua primeira página, uma “vacina” onde o autor adverte que, apesar de os fatos centrais da narrativa serem históricos, reais, seus personagens, construídos a partir de tipos sociais do sertão goiano, eram fictícios.²⁶⁵ Dezenas de artigos foram publicados traçando paralelos entre a “Chacina dos Nove”²⁶⁶ — quando parentes e agregados do coronel Joaquim Aires Cavalcanti Wolney foram mortos no tronco por membros da força pública, enviados à Vila do Duro pelo governador do estado, João Alves de Castro, ligado aos Caiado e Jardim²⁶⁷ — e o romance de Bernardo Élis. Essa vertente interpretativa, contudo, não será explorada aqui;

buscaremos, pelo contrário, investigar como a imaginação literária do autor foi capaz de recriar um universo de atraso e abandono, marcado pela violência, capaz de representar os inúmeros massacres ocorridos nos sertões brasileiros e não registrados por nenhum livro de história.²⁶⁸

Para estruturação do seu romance, o militante comunista apropriou-se da “tríade hegeliana”, compondo momentos de “tese, antítese e síntese”²⁶⁹ em um perspectiva dialético-materialista, orientada pelo impulso transformador da realidade.²⁷⁰ Apresentando-nos um cenário bucólico de vila interiorana, de manhã “fria e neblionosa”, de “casinhas caiadas de branco, por trás das quais erguiam-se tufos verdes de laranjeiras, abacateiros, jenipapeiros, bananeiras e outras plantações”, “exalando tristeza e abandono”²⁷¹, a Vila do Duro era o reduto da família Melo. O cel. Pedro Melo, patriarca da família, foi o primeiro desbravador da região, onde construiu sua fortuna; seu filho, Artur Melo, ingressou cedo na política, conquistando grande prestígio na capital do estado. Diante do clã, toda a cidade se amesquinhava, frágil e distante. A modalidade de força que exerciam transcendia o sentimento de propriedade: eram deles a cidade, a região, as pessoas e seus bens, e a lei. Através da liquidação de adversários, da corrupção de funcionários e da brutalização dos subordinados, exerciam seu poder ilimitado.²⁷²

Dentro da Vila do Duro, contudo, os Melo enfrentavam uma vívida oposição: Vicente Lemos, nomeado outrora por eles ao cargo de Coletor Estadual, inconformado com “o hábito que tinham os Melo de roubar o povo” passou a exigir o estrito cumprimento da lei, tornando-se assim homem de confiança do governo estadual — adversários confessos dos Melo. Embora o conflito seja latente, nesse trecho da narrativa predomina a conciliação e o entendimento advindos do respeito aos mais velhos e da submissão à hierarquia da parentela, visto que Vicente era

sobrinho de Pedro Melo: “Sangue não briga com sangue (...) O coronel Pedro Melo também sabia levar em conta o parentesco, e reconhecia que o sobrinho Vicente, como os demais, tinha um respeito plantado fundo, um temor biológico para com o chefe da família”.²⁷³ Para Élis, essa seria a *tese* de uma sociedade que se auto-equilibrava e se mantinha em harmonia graças às relações de parentesco e à lógica dos favores.

Esse estado de coisas seria alterado com a tentativa de Artur Melo em fraudar um inventário, prática à qual Vicente Lemes se opõe veementemente. O conflito é deflagrado no momento em que há a negação das relações de poder e pessoalidade como condutoras da política local — Vicente insiste em executar os códigos legais, e solicita ao governo do estado “garantia para o exercício das funções públicas e para a vida das autoridades estaduais”.²⁷⁴ Com a denúncia dos abusos e irregularidades cometidas por Artur Melo, uma comissão formada por juiz, promotor, escrivão e um considerável contingente policial armado é enviada ao Duro, deflagrando um guerra. Este seria, para Bernardo Élis, o momento da *antítese*, quando o acirramento das contradições provocou o fim daquela sensível estabilidade social.

A luta que se segue será fatal para ambos os lados. O juiz se retira da Vila do Duro (numa assertiva do descaso do poder público com os problemas do sertão), deixando para trás uma fragilizada tropa, composta de sertanejos miseráveis e munições imprestáveis. Os soldados eram, em sua maioria, jovens pobres obrigados a ingressar nas fileiras estaduais como meio de sobrevivência, para substituir rapazes ricos, ou ainda para pagar dívidas de coronéis. Eram eles que perdiam a vida nas inúmeras lutas empreendidas pelos poderosos, e por isso nutriam por eles um imenso ódio e rancor, manifestado no assassinato do já rendido Cel. Pedro Melo, e no castigo dado aos reféns da família Melo: o tronco.²⁷⁵

Com o Duro em ruínas, o conflito se encerra com o assassinato dos homens do tronco, com a tomada do poder pelos jagunços e cangaceiros contratados por Artur Melo, e com a fuga envergonhada de Vicente Lemes. No caminho do desterro, ao ser questionado sobre a validade “daquela canseira (...) que resultou em sofrimento, morte de inocentes, e miséria para nós”, Vicente asseverava que “era preciso acabar com o poderio absoluto do Coronel Melo, com a soberba das famílias poderosas, para que ali pudessem vigorar as leis e não a vontade de um potentado”; da luta empreendida, “do sangue derramado, da miséria, da dor, das lágrimas espalhadas nas terras do Duro, uma vida melhor iria despontar”.²⁷⁶

Em seu intento de *síntese* transformadora, Bernardo Élis igualou coronéis, estadistas, soldados e jagunços em sua selvageria, desumanidade e baixo senso moral, para em seguida solapá-los, demolindo as estruturas sobre as quais exerciam seu poder. Nasceria daí uma *terceira margem*²⁷⁷, uma via alternativa aos desmandos de coronéis, ao descaso do governo, e à vulnerabilidade das populações sertanejas.

Nesta chave, os personagens de Bernardo Élis são marcados por uma vontade de transformação imediata — a “vontade utópica” nos termos do filósofo Ernst Bloch²⁷⁸ —, e são dotados da capacidade de alterar a ordem das coisas: pretendem construir um *homem novo* para um *mundo novo*. Nesta proposta literária politicamente engajada, o autor sugere a superação do reino da *necessidade* pelo da *liberdade*, aspirando, no presente, a um horizonte de esperanças aberto, carregado de oportunidades e possibilidades alternativas. Aqui, há a possibilidade de *desalienação* e *revolução*, único meio que permitiria realizar as potencialidades do povo e da nação.²⁷⁹ A marca de seus personagens é o *principio esperança* dos “amanhãs que (hoje) cantam”.²⁸⁰

A “vontade utópica” [ou o *princípio esperança*] como crítica do presente

Em uma segunda chave de interpretação, Bernardo Élis nos apresenta um mundo mais sombrio, cético, desalentador, marcado pela imutabilidade, onde não há possibilidade de intervenção, em que as coisas são como são, como se uma entidade mística, divina, anterior a tudo, definisse sortes e destinos. Em um ambiente marcado pela presença de “forças sobrenaturais”, reforçado pela religião e pelo isolamento rural, o sertanejo é inundado por sensações de medo, fragilidade, vulnerabilidade, dependência, imobilidade, gerando resignação e sujeição. Para ele não há esperanças.²⁸¹ O que existe é a sensação de um tempo estagnado, desprovido da novidade e atado ao movimento cíclico do que foi, do que é e do que será. É neste mundo que residem os personagens de *Ermos e Gerais*, *Caminhos e Descaminhos* e *Veranico de Janeiro*.

Quando Bernardo Élis terminou seu primeiro livro, em 1944, ele se chamava *A mulher que comeu o amante*, título malicioso e de duplo sentido que muito agradava o autor. Contudo, a obra seria inscrita em um concurso da Prefeitura de Goiânia, a Bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos, e não convinha correr riscos. Élis alterou o nome de sua obra para *Ermos e Gerais* — ermo, que significa deserto, descampado, solitário, como era grande parte do planalto central; e gerais, como compreensão geográfica, que dizia dos campos extensos e desabitados.²⁸² O novo nome representava, ainda melhor que o primeiro, o tom das tramas e intrigas que o autor desenhou em seus contos.

Na escrita de *Ermos e Gerais*, Bernardo Élis procurou seguir alguns postulados²⁸³: simplicidade no enredo e na narrativa, que deveria ser lacunar para criar mistério; utilização do princípio do antagonismo, fixando o cômico no trágico, o

choro no riso, o belo no feio; e a reconstituição da narrativa como o faziam os narradores orais sertanejos. Mas principalmente, Élis pretendia fazer uma literatura “simples, direta, objetiva e brutal”. O brutal, em particular, refletiria a “psicologia primária” do homem sertanejo, para quem a morte era sempre um perigo iminente, diante da natureza indomável e da força arbitrária das autoridades, das instituições e dos coronéis. A morte assombra os personagens de 16 dos 20 contos de *Ermos e Gerais*.²⁸⁴

No primeiro conto do livro, *Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá*²⁸⁵, a família dos Anjos já vivia há muito a decadência do ciclo do gado. Da linhagem sobraram apenas Nhola, a matriarca, que era “entrevada das pernas” e “arrastava-se pelo chão feito um cachorro, cadela, aliás”; Quelemente, seu filho; e um “biruzinho sempre perregado”, seu neto. Uma chuva que caía “meticulosamente, sem pressa de cessar”, contudo, ameaçava o pouco que sobrara à família dos Anjos; com a noite, que vinha “feito um grande cadáver, de olhos abertos e embaciados”, veio a cheia do rio Corumbá, colocando o rancho abaixo. Os três habitantes tentaram se salvar em uma jangada improvisada, mas em determinado momento, sob um pretenso risco de afogamento, Quelemente expulsa a mãe da embarcação, percebendo, pouco depois, que o lugar em que estavam era raso. O arrependimento veio de súbito, e Quelemente se pôs a procurar a mãe: “Mãe, a senhora tá aí?” “Mãe, ô, mãe! Eu não sabia que era raso.”. Entrando rio adentro, gritando dentro da noite, “a água lhe encheu a boca aberta, lhe tapou o nariz, lhe encheu os olhos arregalados, lhe entupiu os ouvidos (...) e foi deixá-lo, empazinado, nalgum perau distante, abaixo da cachoeira”.²⁸⁶

A tragédia, a desgraça, o infortúnio são presenças vivas em quase todos os contos de *Ermos e Gerais*. Em *Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá*, a natureza indômita de uma “água barrenta e furiosa”, que “tinha vozes de pesadelo, resmungo

de fantasmas, timbres de mãe ninando filhos doentes, uivos ásperos de cães danados”, de uma “baita cascavel” que atravessava o rancho “numa intimidade pachorrenta”, marcam os ritmos e rumos daqueles sertanejos que, aterrorizados pelo medo da morte, matavam. Élis, contudo, deixa entrever algo dos preceitos morais do sertão: Quelemente morre de arrependimento. O exame frio da vida e da morte, o perfil psicológico de uma gente resignada, o uso de expressões do mundo animal, ressaltam a sub-humanidade de seus personagens, de um sertão de decadentes e desvalidos.²⁸⁷

*André Louco*²⁸⁸, um dos contos mais extensos de *Ermos e Gerais*, é simbólico desta degradação humana. Num cenário de típica cidadezinha do interior, Bernardo Élis retrata uma verdadeira “epopeia de crueldade, sadismo e violências”²⁸⁹ contra André, um doente mental que após cometer crimes de homicídio, foi preso. Não raro o louco fugia e aterrorizava a cidade, que clamava o exílio do “diabo”, “demente”, “endemoniado”, “peste”, “desgraçado”, “porqueira”, “endiabrado”.²⁹⁰

Neste ponto da narrativa, o autor nos apresenta personagens que oscilam entre um relativo grau cultural e a ignorância. O juiz e o dentista da cidade discutiam etimologia das palavras e suas derivações do grego e do latim; o comerciante, em dias de cisma, descompunha o capital, pregava contra a religião, falava sobre comunismo, e tecia críticas aos poderosos: “quando morrer o derradeiro coronel, quando o derradeiro sujeito que empresta dinheiro for fuzilado, o mundo há de ser bom”. Quando se tratava do louco, contudo, cultos e ignorantes se juntavam em uma mesma sentença: André não poderia conviver com eles. O dentista e o comerciante pregavam a eutanásia; as criadas, na cozinha, queriam André longe, pois aquilo era coisa do “xujo” – “André tá com o demo no corpo”.

Enviado para a fazenda dos irmãos — no ambiente rural —, essa duplicidade se encerra. O que André vivenciará neste trecho da narrativa diz de um universo

envolto em crenças e misticismo, apartado do mundo racional. Tratado como bicho, preso no moirão do curral, André virou uma espécie de atração grotesca; “vinha gente de longe para ver André”. Sua loucura agora era tratada com castigos físicos e rezas, pois o doente estava com “um isprito munto marvado demais”, o “isprito de Antônio Conselheiro, de Canudos”, que era “demonho que não aceita reza”. Sob essa justificativa André foi exposto às maiores desumanidades: preso por um colete de couro cru, cosido e seco no corpo de André — que quando começou a secar comprimiu suas costelas —, e amarrado por uma corda que podia ser içada, André ficava durante todo o dia pendurado pelas costas, “feito um polichinelo diabólico, esperneando no ar, bracejando inutilmente, gemendo da dor que a pressão das costelas lhe causava. Esperneou até desfalecer”. Sem que o “xujo” quisesse sair, resolveram banhá-lo com creolina. Com a pele decomposta pelo atrito do colete de couro, André acordou com um urro estrondoso, e “ficou gesticulando no ar, aos gritos, pingando pus, creolina, corós e podriqueira (...) dançando uma dança do outro mundo, em contorções dos diabos”. André morreria pouco tempo depois, sob a afirmação de que, quando o corpo desse a esfriar, é que “os capetas e os coisa-ruim começariam a fugir do corpo do filho de Deus.”²⁹¹

Essa “imaginação povoada de informações absurdas, as crendices, lendas”²⁹² estarão presentes em toda a obra de Bernardo Élis. A doença mental de André foi explicada, compreendida pelos sertanejos, como encarnação do “xujo”, ou do “Rumãozinho”, um negro de espírito mau que encarnava nas pessoas fracas para satisfazer seus instintos de crueldade.²⁹³ Em *Ermos e Gerais* podemos encontrar ainda almas penadas, curupiras, lobisomens, tutu, maragã e o saci, todos personagens vivos no dia-a-dia de uma gente marcada pela carência.²⁹⁴

Nos ermos de Goiás, onde a civilização passava ao largo, histórias sobrenaturais, superstições, crendices, ganhavam foro de verdade. O medo do desconhecido produziu, desde os mais longínquos tempos históricos, narrativas e personagens fantásticos: monstros que habitavam os mares, seres meio-homem meio-animal, cobras de duas cabeças.²⁹⁵ Nos sertões, tudo era desconhecido — o mundo era uma vastidão, a natureza era indômita, e a ignorância generalizada. Não havia escolas, livros, jornais, revistas, hospitais, governo nem lei. O que existia eram as histórias contadas de pais para filhos, as lendas dos tempos dos índios, as pregações sobre céu e inferno que a Igreja Católica — única instituição que ocupava aqueles rincões — disseminava entre os sertanejos. Tudo era mistério, e por isso repleto do fantástico e do absurdo.

Por outro lado, esse sertão ingênuo e ignorante convivia com um sertão cruel. A comicidade grotesca de um André “dançando uma dança de outro mundo” ou em “polichinelos diabólicos”, nos pede o sentimento de horror, embora sua imagem tencione o riso. As larvas no corpo de André causam piedade, mas a sensação predominante é a de repulsa. Todos esses elementos reforçam o tom cruel e macabro desse sertão abandonado, mundo à parte que constrói suas próprias leis.²⁹⁶

Em uma provável tentativa de reproduzir essa lógica própria do sertão, Bernardo Élis adotou em sua narrativa a estrutura de um *causo*, quando não de uma lenda ou mito, contada com auxílio de técnicas da narrativa oral.²⁹⁷ Em *Ermos e Gerais*, contudo, o autor ainda teme entregar-se por inteiro ao dialeto sertanejo, como viria a fazer em obras posteriores através do coloquial médio goiano. Neste primeiro livro, o caipirismo regional ficava restrito aos diálogos diretos, de maneira a marcar a classe social, muitas vezes aparecendo entre aspas²⁹⁸:

No escuro da cozinha mal iluminada pelas labaredas do fogão que as trevas esmurravam, tio Benício contava:

— Não. Eu num matei ele só praquê o dia de hoje é santo toda vida. Hoje (era sexta-feira santa) a gente num pode matá nem um mundice. Tomém praquê eu intê gosto dele. Ele me agridiu mas foi de besteira.

Houve um silêncio adulator. O fogo punha tinta macabra nos rostos magros dos homens. Num canto escuro, a mulher de seu Benício chorava.

— Mais ocê num matou o Ramiro? Apois intãoce ele vorta — interpelou um compadre agachado na sombra.²⁹⁹

Tal escolha estilística não diminui, todavia, o valor literário de *Ermos e Gerais*. Através dessa obra Bernardo Élis se apresentou e foi apresentado ao mundo; foi o sucesso dessa empreitada que o incentivou a ir adiante conhecendo mais e melhor os sertões do centro-oeste.

Seria, contudo, somente vinte e um anos depois deste livro que Bernardo Élis retornaria ao gênero do conto, com *Caminhos e Descaminhos*.³⁰⁰ A obra, marcada por uma pujante descrição da natureza do sertão, que reflete e se opõe, simultaneamente, aos traços psíquicos de seus habitantes, também explora diferentes tempos históricos, num exame sobre o atraso e a decadência. Conto de maior repercussão do livro, *Ontem, como hoje, como amanhã, como depois*, dá o tom da dinâmica temporal cíclica de um mundo arcaico, e traz o rio Tocantins como metáfora da melancolia de seu personagem central, Cabo Sulivero:

Lesma, cobra, bicho danado que ia deslizando, escorregando, viscoso e frio, lambendo o barranco, mordendo as areias, pastando o capim das estrelas; ora azul como o céu, ora faiscante como o sol e fogo, já imitando o azougue nas noites em que o luar é o próprio silêncio escorrendo; fumaça que se levanta da queimada de mato virgem e se perde na lonjura do horizonte, confundindo-se com o céu embaciado de agosto; — para onde iria o Tocantins? (...) Do fundo fofo da mata, onde as borboletas adejam lampejos azuis, vagos e sonsos; do alto da serra, onde a canela d'ema é um gesto de sede; das pesadas nuvens de chuva esfiapando-se nas pontas da serra; fiapinho de prata merejando numa encosta, ao pé de buritis e samambaias, uma pocinha aqui na piçarra, outra maiorzinha mais abaixo, cheia de mosquitos e insetos, já gorgolejando numa grotinha, encorpendo mais pra frente, ali no corgo da gente transpor num pulo, com lambaris e piau; depois o rio Tocantins, num coleio de sucuri, verdolengo por baixo das matas, cristalino nas praias rasas, descendo liso e manso como um fumo sagrado a se perder no horizonte, sempre igual, sempre igual, como se agora fosse ontem e será amanhã e depois ainda.³⁰¹

Na descrição do ambiente tudo forma enquadramento constituinte, discretamente referido, com senso de oportunidade, incorporando-o ao ritmo psicológico da

narrativa.³⁰² “Ei, chão parado!”, praguejava Cabo Sulivero contra aqueles ermos, cidadezinhas fantasmas do sertão, paradas no tempo desde que as catas minguaram, com o “rio sempre igual, céu sempre igual, dias sempre iguais...”.

Seja no garimpo ou na pequena cidade — onde Cabo Sulivero se fazia acompanhar da jovem e bela Put-Kôe, índiazinha da região que era negociada por seu pai em troca de cachaça —, o personagem central era atormentado pela decadência social, econômica, física e moral. A esse estado de coisas, Sulivero responderia com o signo da modernidade: iria se mudar para Goiânia, a capital do sertão. Nessa sua empreitada, contudo, não poderia levar Put-Kôe; aquela índia, sua nudez, sua ingenuidade, sua miséria, sua ignorância, era tudo que Sulivero pretendia deixar para trás. Como gesto de rompimento definitivo com aquele mundo, o cabo ergueria seu revólver e num átimo atingiria Put-Kôe, que “fica tesa uma fração de segundo, para depois vergar os joelhos, girar em torno de si e cair no solo do porto”. A tragédia, testemunhada pelo rio, não alteraria a paisagem: “Foi nada — resmungou o vagabundo”.

O conto, repleto de alegorias e símbolos — o rio que ecoa a consciência e o espírito de Sulivero, a índia, retrato da desumanização, o garimpo, reminiscência de um passado imaginado de glórias, e Goiânia, o novo tempo, o progresso —, sintetiza a inovação trazida por Bernardo Élis em *Caminhos e Descaminhos*: a exploração pariforme dos meandros socioculturais e intimistas em uma narrativa mais sofisticada e com maiores inovações técnicas, sem abandonar, contudo, sua preocupação em “agitar status condenáveis”.³⁰³

No livro de contos *Veranico de Janeiro*³⁰⁴, Bernardo Élis aprofundaria ainda mais a exploração dos traços psicológicos de seus personagens. Derivado de um romance escrito por Bernardo Élis ainda na década de 1950, chamado *São Miguel e*

Almas, o livro acabou engavetado por ter gerado polêmicas familiares.³⁰⁵ Resgatado em 1964 (momento em que o autor estava desempregado, após ter sido exonerado pelo primeiro Ato Institucional), Élis decide inscrevê-lo em um concurso de contos promovido pela Editora José Olympio. Alterando a estrutura original — o que não foi de todo trabalhoso, já que o romance possuía capítulos independentes —, o autor foi classificado e teve sua obra publicada em 1966, agora com o nome de *Veranico de Janeiro*.

Os contos dessa obra preservam, por isso, certa continuidade narrativa, e seus personagens não raro circulam pelas histórias. Bernardo Élis constrói em *Veranico de Janeiro* um complexo e integrado cenário rural e semiurbano — os contos são ambientados ora nas roças, ora na pequena cidade vizinha, que “amargava o declínio do comércio numa fase de decadência do ciclo do gado”³⁰⁶ —, onde circulam tipos distintos, que ora nos sugerem piedade, ora sugerem desprezo. Seu sertanejo não é monocromático, pelo contrário, pode ser ingênuo ou malandro, generoso ou avarento, temente a deus ou incrédulo.

Conto de maior repercussão no livro, *A enxada* é uma tragédia rural vivida por Supriano (ou Piano), um negro papudo, feio, maltrapilho, “mas delicado e prestimoso como ele só”. Na trama de Bernardo Élis, Piano, tal como bicho ou coisa, foi entregue ao Capitão Elpídio Chaveiro como pagamento de uma dívida, e para saldá-la deveria plantar uma roça de arroz dentro de um curto prazo. Plantar a roça não seria problema para Piano, que era trabalhador e honesto, mas faltava-lhe o principal instrumento: a enxada. A partir da ausência dessa ferramenta primária, o autor constrói uma narrativa entremeada de drama, levando seu personagem central à loucura e à morte.

A conformação e a submissão levavam Piano a um situação de profundo paroxismo. O que lhe consumia não era a condição de cativo, nem a miséria, a fome,

ou a doença de Olaia, sua mulher (entrevada) ou do filho (doente mental). O que bulia com Piano era a impossibilidade de cumprir o acordo, de fazer a roça do patrão; a naturalização da violência das relações sociais levava-o a não existir para si — seu mundo interior é amorfo e nebuloso. Nessa busca obstinada pela enxada, em seu profundo senso de dever, o lavrador enfrentou o perigo de assombrações, esperando pelas porteiras alguém que lhe emprestasse a ferramenta, além do flagelo da tortura e da cadeia, quando o coronel julgou que fugia. Piano era esmagado pelos homens e pela natureza, mas seu íntimo permanecia puro.

Povoando o universo do lavrador, a indignação, a exaustão, o desespero, o macabro, o escatológico, levaram-no à solução radical de seu problema: na urgência de cumprir seu destino, Piano se transformou em enxada, reificado, desumanizado, louco; plantou o arroz com as próprias mãos. O sacrifício, no entanto, não teria valia, pois seria assassinado por soldados enviados pelo coronel.

Em *Ermos e Gerais*, *Caminhos e Descaminhos* e *Veranico de Janeiro*, Bernardo Élis nos revela uma visão pessimista e não raro sórdida do homem, expondo uma realidade de relações humanas degradadas, de homens condenados à fome, miséria, opressão, de impossibilidade de mudança e redenção. É preciso, contudo, considerar a intencionalidade literária na obra de Élis: o autor diz de uma sociedade que não pode mais existir e é crítico ao passado-presente que reproduz essa condição. Desvelando um *mundo arcaico*, Bernardo Élis invoca um *mundo novo*, onde o homem, conhecedor de suas potencialidades, possa gozar dos benefícios da modernidade laica, consciente da sua autonomia e influência sobre o mundo.³⁰⁷

Alinhavando as cinco obras aqui estudadas — *Ermos e Gerais*, *A Terra e as Carabinas*, *O Tronco*, *Caminhos e Descaminhos*, e *Veranico de Janeiro* —, temos a aspiração a uma sociedade refeita segundo *outras normas*. O projeto literário de

Bernardo Élis, ao dizer de um *mundo possível*, aproxima-se do conceito de “consciência utópica”, elaborado por Ernst Bloch. Neste caso, o conceito de *utopia*, longe de ser compreendido como “lugar nenhum”, fruto de um sonho fantasioso — como queria o *utopismo* apontado por Miguel Abensour³⁰⁸ —, diz respeito a uma base real, com funções abertas à transformação da realidade presente. Muito antes de vislumbrar a linha imaginária de um horizonte distante e irreal, a “consciência utópica quer enxergar bem longe, mas, no fundo, apenas para atravessar a escuridão bem próxima do instante que acabou de ser vivido”³⁰⁹ A categoria que a regula continua sendo o *ainda-não consciente do princípio esperança*, mas em relação direta com o que está surgindo no mundo, seja na crítica da ordem presente ou na imediatidade da *vontade utópica*. Pensamos ser exatamente essa a intenção literária de Bernardo Élis: ao tecer uma crítica, carregada de sentido ético-político, da dura realidade do sertão — o *espaço da experiência* nos termos metahistóricos de Reinhart Koselleck —, o autor toma consciência de seu próprio tempo presente e abre-se ao ímpeto transformador do intelectual engajado, que se orienta pela perspectiva de um novo *horizonte de expectativas*.³¹⁰

Considerações finais

Para Bernardo Élis as palavras tinham vida à parte, sabor, cor, cheiro, som, personalidade, sentimentos, e através delas ele podia “enxergar a vida sob um ângulo diferente, um ângulo mais próximo da verdade”.³¹¹ Élis entendia que escrever era a sua janela para o mundo, sua maneira de participar da vida geral; era um exercício de conhecer as pessoas, as coisas, as situações, o mundo. A literatura, enquanto arte de unir palavras e dar-lhes um sentido, possibilitou que o autor manifestasse suas interpretações de um mundo que julgava atrasado e decadente, mas repleto de possibilidades de mudança.³¹²

A arte de Bernardo Élis, sendo uma arte política, está circunscrita, evidentemente, ao seu contexto histórico. Vivente dos sertões do centro-oeste, possuidor de um bom nível cultural em uma terra analfabeta, o escritor abdicou dos benefícios que o bom nome de sua família lhe traria para lançar-se à denúncia social. O engajamento político do autor se fez em um período de efervescência política no campo, com a entrada de novos temas e personagens no debate público, matéria que o fascinava, pois pretendia dizer das condições “da população cadavérica do endêmico sertão goiano”.³¹³

Élis, contudo, atinge algo que está além do referente imediato, da “realidade concreta que é dado a ele viver e representar.”³¹⁴ Orientando sua reflexão para o universo particular do sertanejo e para a força de suas reações diante o mundo, o autor abre um novo caminho para a representação do que até então não era representado; ao dar ouvidos a uma fala emudecida, ele desobstrui as vias de expressão, de representação dessa fala.³¹⁵

Diferentemente das teses e orientações do Partido Comunista, que diziam do homem do campo como parte de um processo revolucionário em curso; do debate entre Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães sobre as características do modo de produção da agricultura brasileira; das matérias do jornal *Terra Livre*, que contavam das lutas travadas entre camponeses e latifundiários; a literatura produzida por Bernardo Élis disse *do camponês*, e não só de seu contexto de exploração, mas sua *conformação íntima*, seus medos, angústias e desejos; e de sua *psicologia*, com suas concepções de mundo, seu entendimento de Deus, seu temor do imponderável.

Por isso, a contribuição literária de Bernardo Élis para o debate sobre o campo brasileiro é relevante não só por colocar a questão *na ordem do dia*, mas por *qualificá-la*, humanizando seus personagens. Élis constrói *imagens* e *sentidos* particulares para seus camponeses, posseiros, vaqueiros, jagunços, assim como para patrões, coronéis, juízes, delegados e soldados. Costurando história, política e ficção, o autor modela um sistema de ideias que ilumina possibilidades, oferecendo sua visão da vida, e evidenciando a possibilidade de integração política das margens.

Ao contar de uma República que é construída longe do que é *comum*, recriando literariamente os pontos de tensão e ancoragem das relações sociais e de poder estabelecidas nos sertões, apontando o não concretizado do projeto político brasileiro, Bernardo Élis estabelece o limite de um mundo que não pode mais existir. Mas sua literatura não se resume à negação, seu ponto final não é o pessimismo; ela também propõe uma releitura intensa de um povo, de um cultura e de uma nação, ambicionando a inclusão dos sertanejos na modernidade política, com a expansão do ideal de cidadania.³¹⁶

Referências

Fontes Primárias

- Ata da sessão ordinária do Conselho Universitário da UFG de 09 de fevereiro de 1962. Disponível em: www.ceb.ufg.br.
- Atos da Revolução. Fundo DOPS-GO. Centro de Informação e Documentação Arquivística – UFG.
- BRANDÃO, Ildeu. *Ermos e Gerais. O Estado de São Paulo*, 06/10/1945.
- Carta de Mário de Andrade dirigida à Bernardo Élis quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Carta de Mário de Andrade dirigida à Bernardo Élis. 30/11/1944. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis, quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis. São Paulo, 05/10/1944. Fac-símile. In: ÉLIS, Bernardo. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, v. 1.
- Dados biográficos de Bernardo Élis. In: Centro de Documentação Alexandre Eulálio; ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.

- Diário Oficial da União, 29/07/1976 – Portaria nº 1.847/76. In: Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.
- Documento da Divisão de Segurança e Informação, 07 de abril de 1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3398/82 Arquivo Nacional.
- Documento da Secretaria da Educação e Cultura, 13/08/1976 – Portaria 3899/76. In: Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.
- Documento do Departamento de Ordem Política e Social/ Departamento de Polícia Federal/GO. *Confidencial*. Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.
- Documento do Serviço Nacional de Informações – Agência de Goiânia, 29 de outubro de 1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3495/82 Arquivo Nacional.
- Documento do Serviço Nacional de Informações, 14 de janeiro de 1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3248/82. Arquivo Nacional.
- Documento do Serviço Nacional de Informações, 31 de maio de 1971. Secreto. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 37265/71. Arquivo Nacional.

- ÉLIS, Bernardo. *Algumas considerações em torno da questão agrária*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Ano I - Janeiro/Junho 1963.
- ÉLIS, Bernardo. Entrevista concedida por Bernardo Élis. Sem referência. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ÉLIS, Bernardo. *Ideologia e Alienação como literatura*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Entrevista de Bernardo Élis concedida à Folha de Goiaz. *Apud* TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983.
- Entrevista de Bernardo Élis concedida para Sérgio Paulo Moreyra. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- Entrevista de Bernardo Élis concedido à professora Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A questão agrária brasileira: declarações prestadas à comissão de reforma agrária da Câmara dos Deputados* publicado por Alberto Passos Guimarães no Boletim Geográfico, ano XX, janeiro-fevereiro de 1962, nº 166. p. 53-57. Disponível em Biblioteca IBGE.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n166_ja_n_fev.pdf

- *Jornal Cinco de Março*, 1977. In: Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.
- *Jornal Imprensa Popular*, 08/01/1954, ano VI, nº 1693.
- *Jornal Imprensa Popular*, ano IV, nº 1005, 15 de março de 1952.
- *Jornal Imprensa Popular*, ano VIII, nº 1527, 14 de junho de 1955.
- *Jornal O Estado de Goiaz*, 02 de junho de 1953, nº 1.482, ano 21. Série Atividades Políticas. Fundo Bernardo Élis. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE.
- *Jornal O Estado de Goiaz*, 26 de agosto de 1952, nº 1456, ano 20.
- *Jornal O Estado de Goiaz*, ano 19, nº 1400, 22 de abril de 1951.
- *Jornal O Estado de Goiaz*, ano 20, nº 1457, 14 de setembro de 1952.
- *Jornal O Estado de Goiaz*, ano 22, nº 1539, 19 de dezembro de 1954.
- *Jornal Tribuna Popular*, ano II, nº 271, 09 de abril de 1946.
- *Jornal Voz Operária*, 27/02/1954, nº 250.
- José Liberato Costa Póvoa, *Quem é quem no livro O Tronco*. *Jornal de Minas*, Belo Horizonte, 02 de junho de 1979. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

- LIMA, Herman. *Escritor a Oeste*. Suplemento Literário *Vamos Ler*. Rio de Janeiro, agosto de 1945. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- MAVALLE, Goiyá. *O Tronco, em 1º lugar dos livros mais vendidos*. O Popular. Goiânia, 13/09/1956. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- OLINTO, Antônio. *Lançamento*. O Globo. Rio de Janeiro, 17/03/1966.
- ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *O Tronco*. s.c.p. Goiânia, 09/09/1956. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- Para Todos, Ano I, nº 12. 1ª quinzena de novembro de 1956.
- *Revista Oeste*. AGEPEL: Governo no Estado de Goiás, 2001. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/enderbass/revista-oeste-completa-gois>
- TELES, Gilberto Mendonça. Dos Ermos aos Caminhos dos Gerais. Suplemento *Cultura*, O Estado de Goyaz. Goiânia, 12 de agosto de 1979. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- UM PROTESTO CONTRA A CENSURA. Jornal *Cinco de Março*. Goiânia, 13 a 19 de ago. 1979.
- VERA, Nestor. Terra Livre e a luta dos camponeses. In: *Terra Livre*. 05 de maio de 1949 a 05 de maio de 1963. Suplemento de Aniversário. Maio de 1963.

Fontes Bibliográficas

- ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Urias (Org.). *O novo espírito utópico*. Tradução de Claudio Stieltjes, Lucy R. de Moura, Lygia Watanabe, Urias Arantes. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- ABREU, Sebastião de Barros. Trombas. *A guerrilha de José Porfírio*. Brasília: Goethe, 1985, p. 126. *Apud* CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976. *Apud* ÉLIS, Bernardo. Entrevista concedida por Bernardo Élis. Sem referência. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. *Presença literária de Bernardo Élis*. Antologia. 1970.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Ideias para um Programa de História Intelectual*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). *Terminos criticos de sociologia de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

- AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- *As teses e a revolução brasileira*, escrito para a “Tribuna de Debates do V Congresso do PCB”. Novos Rumos de 17 a 23/06/1960. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 67-73.
- ASSIS, Francisco. Romance de Protesto (Prefácio). In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 161-183.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Romance de protesto. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BARROS, Luitgarde. *Sertão*. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BARTHES, Roland. *Critical Essays*. Northwestern University Press, 1981. *Apud*, RIBEIRO, Francigelda. *Forma e conteúdo na ação do engajamento literário*. Revista Desenredos. Ano I, nº 3, nov. dez. 2009.

- BARTHES, Roland. *Inéditos, vol. 4: política*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. *Por uma sociologia dos intelectuais*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº4, 2010, p. 889-919.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. *Apud* BOTELHO, André Pereira. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. 338f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. 287 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1988.

- BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. Ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução*. Atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. 200f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp: Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- CALAGE, Éloi. Bernardo Élis, um olhar. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- CANALE, Dario. *Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Novos Rumos, 1, 1986. *Apud* BRANDÃO, Gildo Marçal. *A ilegalidade mata*. O Partido Comunista e o sistema partidário (45/64). Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1997.

- CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Editora Difel, 1982.
- CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. Topoi. Rio de Janeiro, nº 1.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS FILHO, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CLASSON, Kurt Mayer. *Antologia de contos brasileiros*. Alemanha ocidental, 1967.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COSTA, Marcelo Henrique da. *Goiânia: mito ou modernidade? Um olhar publicitário sobre a identidade da cidade*. 182f. Dissertação. (Mestrado em

Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

- CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, Wilna de Jesus Coelho. *A oralidade na obra de Bernardo Élis*. Goiânia: Kelps, 1998.
- CURADO, J. Semeão M. Bernardo Élis, que também foi pai. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- CURADO, Silas. *Short story international*. International Cultural Exchange, New York, USA, 1979.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- Depoimento de Bernardo Élis concedido à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984.

- ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- ÉLIS, Bernardo. A crueldade benéfica de Tambiú. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 80-84.
- ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: Ed. R&F, 2005.
- ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.
- ÉLIS, Bernardo. André Louco. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 18-71.
- ÉLIS, Bernardo. *Caminhos e descaminhos*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ÉLIS, Bernardo. Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 03-09.
- ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ÉLIS, Bernardo. *Obra reunida*. Rio da Janeiro: José Olympio, 1987, v. 1, p. 150.

- ÉLIS, Bernardo. Ontem, como hoje, como amanhã, como depois. In: *Caminhos e Descaminhos*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 12-23.
- ÉLIS, Bernardo. Um assassinato por tabela. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 90-95.
- ÉLIS, Bernardo. *Um livro novo*. In: Revista Para Todos. Ano II, nº 45/46. 1ª e 2ª quinzena de abril de 1958.
- ÉLIS, Bernardo. *Veranico de Janeiro*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964). Uma resistência ampliada*. 168f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2007.
- FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). 243 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 24.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

- FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *A estrutura orgânica do PCB em Minas Gerais e sua articulação junto ao movimento operário (1930-1950)*. Anais do XIX Encontro Regional de História, 2014.
- FREDERICO, Enid Yatsuda. Literatura e política. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Literatura e História. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e Paixão, a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, v. 1 e v. 2.
- GALLI, José Ubirajaba. *A História do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora UCG, 2006.
- GARCIA, José Godoy. *O caminho de Trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GIMENEZ, José Carlos. *A presença do imaginário medieval no Brasil colonial: descrição dos viajantes*. In: *Acta Scientiarum*, Maringá, 23(1):207-213, 2001.
- GOYA, Edna. *A origem da gravura de arte em Goiás e seus desdobramentos*. Z Cultural. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VI, nº 3.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As três frentes de luta de classes no campo brasileiro*. Tribuna de Debates do V Congresso do PCB. 1960. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014.
- III Conferência Nacional do PCB. 15 de julho de 1946. In: CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Editora Difel, 1982.
- JORGE, Miguel. *Sessenta anos de Ermos e Gerais*. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- KONDER, Alexandre. *Quatro grandes valores humanos*. *Jornal do Rio de Janeiro*, abr. 1946. *Apud* FARIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. *Revista Signótica*, vol. 1, nº 1, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Parreira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.
- LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. 274f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Goiás, 2008.
- MARCONDES, J.V. Freitas. *Revisão e Reforma Agrária: quatro estudos*. São Paulo: 1962.
- MARQUES, Jarbas. O terno marrom. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2012.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 146f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: ROIO, Marcos Del; MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 04, julho 1995, pp. 50-65.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

- MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Coleção O Brasil Republicano, volume 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O perigo vem de fora: o Brasil e a URSS*. In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, nº 2, p. 227-246, 2007.
- NOVAES, Adauto (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- OLIVAL, Moema de Castro e Silva. ‘Chegou o governador’, ficção e história, In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

- OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *O processo sintagmático na obra literária*. Goiânia: Oriente, 1976.
- PAIXÃO, Moacir. *Elementos da questão agrária brasileira*. Revista Brasiliense, setembro/outubro de 1959.
- Palacín, Luis Moraes; Sant'Anna, Maria Augusta. História de Goiás (1772 – 1972). Goiânia: Ed. UFG, 1975. *Apud* GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PENA, Eliézer. Rumos do Jornal Oió. *Apud* TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Com os olhos de clío ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 6, nº 31 e 32, 1996, p. 108.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

- PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-feira sangrenta*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1980.
- PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JR. Caio. *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 28, março de 1960.
- PRADO JR., Caio. *Marcha da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 51, janeiro de 1964.
- PRADO JR., Caio. *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 43, setembro de 1962.
- PRADO JR., Caio. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Revista Brasiliense, nº 47, maio de 1963.
- PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista no campo*. Maringá: Eduem, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política (século XIX e XX)*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROBBE-GRILLET, A. *Le miroir qui revient*. Paris, Minuit, 1984. *Apud* Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- RODA, Regiane Rafaela. *Mitologia dantesca: a referência aos mitos greco-romanos na Divina Comédia pelo viés da (re) criação política de Dante Alighieri*. 169f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. São José do Rio Preto, 2012.
- ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SANTOS, Leila Borges Dias. *Mundo dado e mundo construído na obra de Bernardo Élis*. In: Revista Signótica. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Vol. 23, n. 1, 2011, p. 87-106.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. *As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)*. In: Dossiê Resistencia, Protesta y Revuelta. Expresiones de la disconformidad social. Trocadero: Revista de historia moderna y contemporanea. Año 2005, nº 17. Universidad de Cádiz.

- SANTOS, Rogério Santana dos. *O triunfo do conto: em Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis*. 357 f. Tese. (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Editora Ática, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual*. Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2002.
- SILVA, Idalice Ribeiro. *Flores do mal na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia. 1945-1954*. 445f. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000.
- SINGER, Paul. *Apud FRANK, Andrew Gunder*. A agricultura brasileira: capitalismo e feudalismo. *Revista Brasiliense*, nº 51, janeiro de 1964.
- SOUZA, Renato Dias de. “Fazia tudo de novo”: camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964). 250f. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Goiás, 2010.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de

titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008, p. 133-147.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A República e o Subúrbio. Imaginação literária e republicanismo no Brasil*. In: CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Margens do Brasil na ficção de Guimarães Rosa*. In: *Ficções do Brasil. Conferências sobre literatura e identidade nacional*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Outras bossas: João Gilberto, Guimarães Rosa e a língua poética do Brasil*. In: GARCIA, Walter (org.). *João Gilberto*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, 190-206.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Travessia. A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas*. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos. A poesia em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1983.
- TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2007.

- TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Margens da marcha para o oeste: luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e Sudoeste do Paraná. In: STARLIN, Heloisa; BRAGA, Pauliane (orgs.). *Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de República*. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2013
- UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão, a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- WERKEMA, Andréa Sirihal; MIRANDA, José Américo; BOECHAT, Maria Cecília; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa (orgs.). *Literatura brasileira: 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

INTRODUÇÃO

¹ Na mitologia grega, Cérbero é um demônio, cão infernal de três cabeças, que guarda o reino de Hades, o império dos mortos, margeado pelos rios do esquecimento. GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

² RODA, Regiane Rafaela. *Mitologia dantesca: a referência aos mitos greco-romanos na Divina Comédia pelo viés da (re) criação política de Dante Alighieri*. 169f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. São José do Rio Preto, 2012.

³ Como nos indica José de Souza Martins, as palavras “camponês” e “campesinato” são importações políticas recentes no vocabulário brasileiro. Introduzidas em definitivo pela esquerda em meados do século XX, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários

pontos do país. Posteriormente, estudos antropológicos e sociológicos recuperaram a discussão de autores que se constituíam em base teórica para a análise do modo de produção camponês, ou das formas camponesas de organização, em oposição à leitura marxista/leninista corrente que tratava camponesinato como uma classe em extinção. Essa discussão, contudo, não nos interessa neste trabalho; utilizaremos aqui o termo de forma genérica, enquanto categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo. In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010; MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴ TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos*. A poesia em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1983.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

⁶ Denominação utilizada a partir de 1961, quando uma reorientação partidária fez com que o Partido alterasse sua nomenclatura. Até então registrava-se como Partido Comunista do Brasil. Um ano mais tarde, um grupo de militantes dissidentes fundariam um novo partido, recuperando a nomenclatura antiga, Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁷ Não é nossa intenção neste trabalho proceder a um julgamento de erros e acertos das práticas do PCB no campo. Nossa análise quanto às ações do Partido se darão no sentido de “explicitar o que sua atuação construiu em relação ao camponesinato, o que provocou no sentido de trazer esse grupo social para o cenário político como classe, de contribuir para o seu reconhecimento político”. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 146f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

⁹ A formação de uma linguagem tem muito a revelar sobre o circuito da política e o lugar do poder: “a ação de dizer ou de apresentar um argumento aberta e explicitamente expõe um direito — o direito de falar. A linguagem é expressão desse direito e seus procedimentos de formação revelam o momento e a situação onde ocorreu uma luta por seu reconhecimento e exercício público”. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

¹⁰ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

¹² MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

¹³ FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 24.

¹⁴ Em entrevista concedida à Euler Belém, Bernardo Élis é questionado: “ — O senhor prefere Marx ou Freud? — (Risos). Sempre me debati entre os dois. O marxismo ortodoxo combate Freud. O marxismo acha que o problema fundamental é o social. Freud pensava que libertado os demônios interiores o indivíduo estava livre. Acho que Marx e Freud não são incompatíveis. In: Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, p. 18 e 19. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁶ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 18.

- ¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 14.
- ¹⁸ CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. Topoi. Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216.
- ¹⁹ OLIVAL, Moema de Castro e Silva. ‘Chegou o governador’, ficção e história, In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005; VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- ²⁰ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- ²¹ PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- ²² O autor tece seus comentários aos textos de prosa, pois considera que a poesia, por suas especificidades, demandaria um trabalho específico.
- ²³ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p.80.
- ²⁴ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- ²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Com os olhos de clio ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 6, nº 31 e 32, 1996, p. 108.
- ²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Com os olhos de clio ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 6, nº 31 e 32, 1996, p. 108.
- ²⁷ Apesar de não optarmos aqui pela abordagem pelo viés da História Cultural, algumas ferramentas e análises úteis ao nosso trabalho serão utilizadas. Para a análise entre as relações entre História e Literatura feitas pela História Cultural, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000; PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- ²⁸ Na Introdução de *História da literatura ocidental*, Otto Maria Carpeaux alude a um método “estilístico-sociológico”, cujas características básicas seriam a análise cruzada de elementos estilísticos e sociológicos. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- ²⁹ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p.81.
- ³⁰ O arquivo hoje se encontra sob os cuidados do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da Universidade Federal de Goiás. Em 2009 o acervo passou a fazer parte do Projeto Memórias Reveladas e atualmente encontra-se digitalizado.
- ³¹ Em realidade esse momento já é de desagregação do mundo político que Élis conheceu: em sete de março de 1990, faleceria Luís Carlos Prestes, líder dos comunistas daquela geração; em dezembro de 1991, se confirmaria a desagregação da União Soviética; e em janeiro de 1992 o histórico Partido Comunista Brasileiro seria extinto, fundando-se sobre seus escombros o Partido Popular Socialista. Somente em 1995 militantes dissidentes ganhariam na justiça o direito de manter a sigla e os símbolos do velho partido, recuperando sua existência legal, agora como um pequeno partido, sem prestígio e maior representatividade. In: REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ³² Já com 76 anos, Bernardo avaliava que o marxismo havia acertado do diagnóstico mas fracassado na condução dos problemas. O autor passou a contestar a ideia de ditadura do proletariado e defender o socialismo democrático. In: Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, p. 18 e 19. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ³³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- ³⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ³⁵ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.

³⁶ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAPÍTULO 1 – Considerações biográficas

³⁷ A historiografia tradicional da *Histoire Intellectuelle* conforma essas chaves de análise em categorias de estudos diferenciadas. Para este trabalho, no entanto, vamos incorporar a “pluralidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e de estratégias de investigação” colocando em “comunicação a História política, a História das elites culturais e a análise histórica da ‘literatura das ideias’”, como nos indica Carlos Altamirano, no seu trabalho *Ideias para um Programa de História Intelectual*. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Ideias para um Programa de História Intelectual*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 9-17.

³⁸ Existem, contudo, outros entendimentos sobre o *intelectual*, como nos aponta Bobbio: “Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico” que exerceu seu poder “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”. In: BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. *Apud* BOTELHO, André Pereira. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. 338f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002. Para outras discussões sobre a figura do intelectual, ver: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003; BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. *Por uma sociologia dos intelectuais*. In: Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº4, 2010, p. 889-919; REIS, Daniel Aarão. *Intelectuais, História e Política (século XIX e XX)*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000; NOVAES, Adauto (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990; SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: SP: Papius, 2002.

³⁹ “Al asentar junto a sus nombres los títulos profesionales de que estaban investidos, los signatarios dejaron ver que consideraban las credenciales intelectuales una fuente de autoridad, la autoridad de los hombres de saber, que les confería tanto la responsabilidad moral como el derecho colectivo a intervenir directamente en el debate cívico” (Tradução livre). ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). *Terminos criticos de sociologia de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 148.

⁴⁰ DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

⁴¹ ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). *Terminos criticos de sociologia de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 148.

⁴² Para Roland Barthes o engajamento literário pode ser entendido como um fenômeno que se estende por toda a história literária. O conceito de engajamento de Barthes, contudo, é diametralmente oposto do proposto por Jean Paul Sartre. A longa discussão, da qual não nos ocuparemos aqui, pode ser indicada com o seguinte excerto: “Um momento passou, o da literatura engajada. O fim do romance sartriano, a pobreza imperturbável da ficção socialista, as falhas do teatro político, tudo que, como uma onda que está quase morrendo, deixa exposto um objeto singular e singularmente resistente: a literatura. Além do mais, uma onda oposta lava-a, a onda de uma separação declarada: o renascimento da história de amor, a hostilidade às ‘ideias’, o culto à boa composição literária, a recusa à preocupação com os sentidos do mundo: toda uma nova ética da arte está sendo proposta, e ela consiste em um novo movimento entre o romantismo e o inalcançável, entre os (mínimos) riscos da poesia e a proteção (eficaz) da inteligência. Estará a nossa literatura para sempre condenada a essa oscilação exaustiva entre o realismo político e a arte pela arte, entre uma ética de engajamento e um purismo estético, entre o engajamento e ausência de arte? Ela deve ser sempre pobre (se ela for simplesmente ela mesma) ou envergonhada (se ela for qualquer coisa, a não ser ela mesma). Ela não pode ter um lugar próprio neste mundo?”. BARTHES, Roland. *Critical Essays*. Northwestern University Press, 1981. *Apud*, RIBEIRO, Francigêda. *Forma e conteúdo na ação do engajamento literário*. Revista Desenredos. Ano I, nº 3, nov. dez. 2009.

⁴³ SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Editora Ática, 2004.

⁴⁴ DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

⁴⁵ BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- ⁴⁶ BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ⁴⁷ BARTHES, Roland. *Inéditos, vol. 4: política*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 35 - 37.
- ⁴⁸ UM PROTESTO CONTRA A CENSURA. *Jornal Cinco de Março*. Goiânia, 13 a 19 de ago. 1979.
- ⁴⁹ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: Ed. R&F, 2005, p. 18.
- ⁵⁰ ÉLIS, Bernardo. André Louco. In: *Ermos e Gerais. Obra reunida* – Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 68.
- ⁵¹ Este documento é composto por cinco páginas de respostas de Bernardo Élis, onde o autor procura definir sua literatura. Contudo, não há registro das perguntas, do entrevistador e da data da entrevista. O documento encontra-se disponível no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁵² AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976. *Apud* ÉLIS, Bernardo. Entrevista concedida por Bernardo Élis. Sem referência. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁵³ ÉLIS, Bernardo. Entrevista concedida por Bernardo Élis. Sem referência. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁵⁴ ROBBE-GRILLET, A. *Le miroir qui revient*. Paris, Minuit, 1984, p. 208. *Apud* Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.185.
- ⁵⁵ Bartolomeu Bueno da Silva — alcunhado Anhanguera pelo índios — foi o principal bandeirante responsável pelas entradas no Brasil Central. Seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, ou segundo Anhanguera, também tornou-se bandeirante, e foi responsável pelas entradas em Goiás, que resultaram nas explorações auríferas e no povoamento definitivo da região.
- ⁵⁶ TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 2007, p. 33.
- ⁵⁷ No final da década de 1980, o professor Giovanni Ricciard da Università Degli Studi, de Bari, na Itália, elaborou perguntas para serem respondidas por escrito por Bernardo Élis; após um primeiro retorno assaz objetivo, o professor solicitou que Bernardo desenvolvesse mais suas respostas. O escritor atendeu a demanda com tamanha eficiência que suas respostas viriam a ser publicadas posteriormente como uma autobiografia, onde Bernardo Élis faz um esforço de reconstituição de sua história. ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.
- ⁵⁸ O projeto modernizador pensado por Getúlio Vargas após a tomada do poder em 1930 colocou para o estado de Goiás a urgência da construção de uma nova capital, Goiânia, cuja Pedra Fundamental foi firmada em 1933. No final desta década Goiânia já estaria funcionando, e teria sua inauguração oficial em 1942.
- ⁵⁹ ÉLIS, Bernardo. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, v. 1, p. 150.
- ⁶⁰ Referência à carta de Mário de Andrade dirigida à Bernardo Élis quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁶¹ Em 1770, uma sesmaria de meia légua foi concedida ao português Manoel Cayado de Souza, o primeiro do nome a estabelecer-se em Goiás. Dedicou-se às atividades agropastoris, não se interessando pela mineração. No século XIX, Antônio José Caiado foi o primeiro Caiado a ingressar na política, dando início a uma tradição que se estenderia por mais de cento e cinquenta anos, do Império à República. O auge do poderio dos Caiado na política goiana se deu nas primeiras três décadas do século XX, tendo à frente Antônio Ramos Caiado, mais conhecido por Totó Caiado. Com o Movimento de 1930 os Caiado foram “exilados” da política nacional, voltando à cena somente em 1945. Para saber mais, ver: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e Paixão, a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, v. 1 e v. 2.
- ⁶² Médico goiano com atuação política notável, Pedro Ludovico participou da Revolução de 1930 e com a vitória de Getúlio Vargas foi nomeado interventor do estado. Com a re-constitucionalização do país três anos mais tarde foi eleito governador de Goiás. Em 1937, com o Estado Novo, volta à função de interventor, onde permanece até 1945.
- ⁶³ No ano de 1935 Bernardo Élis começou a trabalhar na redação de *A Voz do Povo*, jornal com tradição de luta contra a dominação das oligarquias goianas. ÉLIS, Bernardo. *Ideologia e Alienação como literatura*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁶⁴ Para o Batismo Cultural, ver: COSTA, Marcelo Henrique da. *Goiânia: mito ou modernidade?* Um olhar publicitário sobre a identidade da cidade. 182f. Dissertação. (Mestrado em Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007; GALLI, José Ubirajaba. *A História do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora UCG, 2006.
- ⁶⁵ LIMA, Herman. *Escritor a Oeste*. Suplemento Literário *Vamos Ler*. Rio de Janeiro, agosto de 1945. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

⁶⁶ Para Gilberto Mendonça Teles, o Modernismo em Goiás começou em 1928, com Leo Lynce. Contudo, como “movimento mais ou menos coletivo, em declarada oposição à fraca literatura dominante, somente a partir de 1942 é que se pode notar em nosso Estado ‘a presença de um grupo atuante e rebelde, que encarnava o fenômeno literário com a seriedade devida e atitude inteligente’”. Ainda segundo o autor, Bernardo Élis seria por muitas décadas um dos principais intelectuais goianos, guia de gerações. In: TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983, p. 136.

⁶⁷ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Sérgio Paulo Moreyra. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 36.

⁶⁸ Bernardo Élis publicou nas seguintes edições de *Oeste*: nº 1, julho de 1942: Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá (conto); e Ponta de rua (poema); nº 2, março de 1943: Procissão do senhor morto (poema); Noite de lua com serenata (poema); O homem que fazia anos no dia 07 de setembro (poema); nº 3, abril de 1943: artigo de crítica literária; nº 5, junho de 1943: Madrugada em Goiás (poema); Poema do amante da viúva do tuberculoso (poema); nº 6, julho de 1943: Um duelo que ninguém viu (conto); nº 7, agosto de 1943: Casa Velha (poema); nº 11, dezembro de 1943: Balada ingênua (poema); nº 12, janeiro de 1944: Rio Verde (poema); Às femininas do beco (poema); nº 20, setembro de 1944: Os insetos (contos); nº 21, outubro de 1944: artigo de crítica literária; nº 22, outubro de 1944: artigo de crítica literária. A revista *Oeste* foi digitalizada e lançada em edição eletrônica por AGEPEL: Governo no Estado de Goiás, 2001. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/enderbass/revista-oeste-completa-gois>

⁶⁹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 94.

⁷⁰ ASSIS, Francisco. Romance de Protesto (Prefácio). In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

⁷¹ Sobre o romance de 1930, ver: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp: Campinas: Editora Unicamp, 2006. WERKEMA, Andréa Sirihal; MIRANDA, José Américo; BOECHAT, Maria Cecília; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa (orgs.). *Literatura brasileira: 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

⁷² FREDERICO, Enid Yatsuda. Literatura e política. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 124.

⁷³ Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis. São Paulo, 05/10/1944. Fac-símile. In: ÉLIS, Bernardo. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, v. 1, p. 9.

⁷⁴ Carta de Mário de Andrade dirigida à Bernardo Élis. 30/11/1944. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

⁷⁵ BRANDÃO, Ildeu. *Ermos e Gerais. O Estado de São Paulo*, 06/10/1945. *Apud* FÁRIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. Revista Signótica, vol. 1, nº 1, 1987.

⁷⁶ OLINTO, Antônio. *Lançamento*. O Globo. Rio de Janeiro, 17/03/1966. *Apud* FÁRIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. Revista Signótica, vol. 1, nº 1, 1987.

⁷⁷ KONDER, Alexandre. *Quatro grandes valores humanos*. Jornal do Rio de Janeiro, abr. 1946. *Apud* FÁRIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. Revista Signótica, vol. 1, nº 1, 1987.

⁷⁸ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 500-501-502.

⁷⁹ Do seu nascimento, em 1922, até sua legalização definitiva, em 1985, o Partido Comunista Brasileiro teve menos de 3 anos e meio de legalidade plena. Foram “três meses e meio em 1922 (de 7/4/1922 a 5/7/1922 excluído), seis meses em 1924 (de 10/1/1924 a 5/7/1924 excluído), sete meses e meio em 1927 (de 10/1/1927 a 12/8/1927 excluído) e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18/4/1945 a 7/5/1947 excluído). O total dá 41 meses (1.247 dias, quase 5 por cento dos seus 22.952 dias de vida). No entanto, é preciso distinguir ilegalidade com perseguições ocasionais (1922/35, 1947/56, 1979/84), ilegalidade com clandestinidade estrita (1935/45, 1964/79) e períodos de legalidade de fato (1956/64)”. In: CANALE, Dario. *Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Novos Rumos, 1, 1986. *Apud* BRANDÃO, Gildo Marçal. *A ilegalidade mata*. O Partido Comunista e o sistema partidário (45/64). Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1997.

⁸⁰ *Jornal Tribuna Popular*, ano II, nº 271, 09 de abril de 1946, p. 5.

⁸¹ *Jornal Imprensa Popular*, ano IV, nº 1005, 15 de março de 1952, p. 1.

⁸² *Jornal Imprensa Popular*, ano VIII, nº 1527, 14 de junho de 1955, p. 4.

⁸³ *Jornal O Estado de Goiás*, ano 20, nº 1457, 14 de setembro de 1952, p. 1.

⁸⁴ *Jornal O Estado de Goiás*, ano 22, nº 1539, 19 de dezembro de 1954, p. 1.

⁸⁵ *Jornal O Estado de Goiás*, ano 19, nº 1400, 22 de abril de 1951, p. 3.

- ⁸⁶ Realismo socialista: termo cunhado em 1932 na União Soviética, com base nas ideias de Andrei Jdanov, para designar a “arte revolucionária”, realizada sob tutela de um Partido Comunista. Como princípios básicos, o realismo socialista defendia que a arte deveria possuir uma linguagem simples e direta, refletir a realidade nacional, em especial a realidade da vida proletária e camponesa. Para Realismo Socialista, ver: MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994; FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- ⁸⁷ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, pp. 95.
- ⁸⁸ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, pp. 182.
- ⁸⁹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, pp. 182.
- ⁹⁰ ÉLIS, Bernardo. *Ideologia e Alienação como literatura*. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁹¹ ÉLIS, Bernardo. *Ideologia e Alienação como literatura*. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁹² ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ⁹³ ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *O Tronco*. s.c.p. Goiânia, 09/09/1956; MAVALLE, Goiyá. *O Tronco, em 1º lugar dos livros mais vendidos*. O Popular. Goiânia, 13/09/1956. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁹⁴ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 197.
- ⁹⁵ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Literatura e História. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 103.
- ⁹⁶ Parte da *Biblioteca Caipira* de Bernardo Élis se encontra no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ⁹⁷ FREDERICO, Enid Yatsuda. Literatura e política. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 123.
- ⁹⁸ ÉLIS, Bernardo. Veranico de Janeiro. In: *Veranico de Janeiro*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ⁹⁹ TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983, p. 140.
- ¹⁰⁰ OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *O processo sintagmático na obra literária*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 102.
- ¹⁰¹ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ¹⁰² Entrevista de Bernardo Élis concedida à Folha de Goiaz. *Apud* TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983, p. 133.
- ¹⁰³ *Jornal Voz Operária*, 27/02/1954, nº 250. p. 6-7.
- ¹⁰⁴ *Jornal Imprensa Popular*, 08/01/1954, ano VI, nº 1693, p. 14.
- ¹⁰⁵ *Jornal Voz Operária*, 27/02/1954, nº 250. P. 6-7.
- ¹⁰⁶ Goiânia, por exemplo, inaugura o Museu Público de Artes Plásticas após a Exposição Nacional de Artes Plásticas, organizada para o Congresso. In: GOYA, Edna. *A origem da gravura de arte em Goiás e seus desdobramentos*. Z Cultural. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VI, nº 3.
- ¹⁰⁷ Ata da sessão ordinária do Conselho Universitário da UFG de 09 de fevereiro de 1962. Disponível em: www.ceb.ufg.br.
- ¹⁰⁸ Olavo Tormin era dono do Bazar Oió, livraria onde se reunia a mais ativa intelectualidade de Goiânia. No Bazar Oió ocorriam discussões, resenhas, lançamentos literários, e claro, a venda de uma seleção primorosa de livros. Olavo Tormin foi notável apoiador da cultura em Goiânia.
- ¹⁰⁹ PENA, Eliézer. Rumos do Jornal Oió. *Apud* TELES, Gilberto, Mendonça. *Estudos Goianos: a poesia em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1983, p. 174.
- ¹¹⁰ Esta edição intitulada “Caderno sobre a cultura goiana” foi publicada em maio de 1957.
- ¹¹¹ CURADO, J. Semeão M. Bernardo Élis, que também foi pai. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- ¹¹² Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ¹¹³ Documento do Serviço Nacional de Informações, 31 de maio de 1971. Secreto. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 37265/71. Arquivo Nacional.

¹¹⁴ Diário Oficial da União, 29/07/1976 – Portaria nº 1.847/76; Documento da Secretaria da Educação e Cultura, 13/08/1976 – Portaria 3899/76. In: Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.

¹¹⁵ Documento do Departamento de Ordem Política e Social/ Departamento de Polícia Federal/GO. Confidencial. Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.

¹¹⁶ Documento do Serviço Nacional de Informações, 14 de janeiro de 1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3248/82. Arquivo Nacional.

¹¹⁷ Documento da Divisão de Segurança e Informação, 07 de abril de 1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3398/82 Arquivo Nacional.

¹¹⁸ Documento do Serviço Nacional de Informações – Agência de Goiânia, 29 de outubro de 1982. Fundo do Serviço Nacional de Informações - ACE 3495/82 Arquivo Nacional.

¹¹⁹ Jornal *Cinco de Março*, 1977. In: Fundo Divisão de Central de Informação do Estado de Goiás – DCI/DOPS – Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) UFG.

¹²⁰ AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 161-183.

¹²¹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 16.

¹²² Bernardo Élis se dividia entre o orgulho de seu clã histórico e a consciência dos privilégios trazidos pelo sobrenome Fleury Curado, privilégios esses que o escritor negava por princípios. Optou então por assinar somente Bernardo Élis, abdicando das facilidades que o nome de família poderia lhe trazer.

¹²³ Bernardo Élis já havia disputado uma vaga na Academia Brasileira de Letras outras duas vezes. A primeira em 1968, quando se retirou da disputa antes do pleito (não houve tempo para preparar sua campanha); e em 1973, quando obteve votação expressiva mas não foi eleito.

¹²⁴ Em 1965, mesmo após o golpe civil-militar de 1964, acreditava-se na realização das eleições presidenciais. Castelo Branco, então na posição de presidente da República, prometia manter o calendário eleitoral e o jogo democrático. O Partido Social Democrático (PSD) planejava então lançar a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República. A pressão de alguns setores militares, contudo, fez com que JK tivesse seus direitos políticos cassados a 14 de junho de 1964.

¹²⁵ CURADO, J. Semeão M. Bernardo Élis, que também foi pai. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 173.

¹²⁶ Depois da polêmica publicação de *Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional*, em 1973, Bernardo Élis ainda publicaria *Caminhos dos Gerais* (contos, 1975); *André Louco* (contos, 1978); *Vila-Boa de Goiás* (ensaio, 1979); *Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil* (ensaio, 1980); *Apenas um violão* (contos, 1984); *Dez contos escolhidos* (contos, 1985); *Goiás em sol maior* (ensaio, 1985); *Jeca Jica – Jica Jeca* (crônica, 1986); *Chegou o governador* (romance, 1987).

¹²⁷ CLASSON, Kurt Mayer. *Antologia de contos brasileiros*. Alemanha ocidental, 1967; CURADO, Silas. *Short story international*. International Cultural Exchange, New York, USA, 1979.

¹²⁸ CALAGE, Éloi. Bernardo Élis, um olhar. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

CAPÍTULO 2 – O intelectual e o Partido

¹²⁹ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹³⁰ Dados biográficos de Bernardo Élis. In: Centro de Documentação Alexandre Eulálio; ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 111.

¹³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 139.

¹³² Em sua pesquisa de tese, a professora Eliane Dayrell realizou mais de 70 entrevistas com militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, e segundo a autora, “destaca-se a influência d’O poder soviético (...) citado em número significativo de depoimentos”. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 243.

¹³³ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 94.

¹³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o*

lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 140; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O perigo vem de fora: o Brasil e a URSS*. In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, nº 2, p. 227-246, 2007; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

¹³⁵ “Procurei estudar alguns sociólogos e economistas, ou melhor, li e estudei tudo que havia de melhor nesse setor”; cita as obras *Manual de Filosofia*, de Ludgero Jaspers, adaptado de *Cours de Philosophie* de Charles Lahr; e *Précis de Philosophie* de René Worms. In: ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 94.

¹³⁶ Bernardo Élis trabalhou no Departamento Estadual de Assistência ao Cooperativismo de 1943 a 1945. ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 94.

¹³⁷ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 96; MARQUES, Jarbas. O terno marrom. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 167.

¹³⁸ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 94.

¹³⁹ Na opinião de Bernardo Élis, a tolerância de Pedro Ludovico para com os comunistas era muito mais uma necessidade de mão de obra qualificada em um estado carente de escolas, cursos, e universidades. In: Entrevista de Bernardo Élis concedida à Sérgio Paulo Moreyra. UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 38.

¹⁴⁰ Estudantes goianos que cursavam suas Faculdades no Rio de Janeiro também foram importantes nesse processo, pois atuavam intensamente para a circulação de ideias. “aqueles estudantes que acompanhavam e alguns até filiados mesmo, quando eles regressavam eles traziam as ideias e até formavam grupos, né? E faziam pregações e procuravam difundir as aquelas ideias...Os que estavam no Rio, os que eram comunistas no Rio, chegava nas férias e eles pregavam o comunismo”. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 72.

¹⁴¹ Fundado em meados da década de 1920, o PCB-MG atuou próximo ao PCB-GO até o golpe de 1964. BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. 287 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1988; FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *A estrutura orgânica do PCB em Minas Gerais e sua articulação junto ao movimento operário (1930-1950)*. Anais do XIX Encontro Regional de História, 2014.

¹⁴² Tanto no âmbito nacional quanto no regional houveram divergências quanto aos rumos tomados pelo PCB: dissolver ou não o Partido? Apoiar ou não Getúlio Vargas? Prevaleceu a posição de apoio à Getúlio Vargas na Grande Aliança contra o nazismo, disposição defendida por Prestes e pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Com isso, vários militantes saíram das fileiras do Partido, enquanto outros foram afastados. Para saber mais, ver: VINHAS, Moisés. *O Partido, a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982; CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Editora Difel, 1982; CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982; BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Ediotra Hucitec, 1997.

¹⁴³ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 98.

¹⁴⁴ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁴⁵ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁴⁶ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, p. 18 e 19. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁴⁷ “Os comunistas se identificavam em público como tal e se reorganizavam à luz do dia, mas careciam de autorização oficial para funcionar. A polícia política os monitorava e, mesmo reduzidas, as prisões não se interromperam...”. In: MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 155.

- ¹⁴⁸ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 229.
- ¹⁴⁹ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 218.
- ¹⁵⁰ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis,
- ¹⁵¹ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ¹⁵² DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 315.
- ¹⁵³ VINHAS, Moisés. *O Partidão, a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 87.
- ¹⁵⁴ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 293.
- ¹⁵⁵ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ¹⁵⁶ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 185.
- ¹⁵⁷ Termo de Octavio Brandão citado por Mário Magalhães. MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 158.
- ¹⁵⁸ Moisés Vinhas aponta o número de 200 mil inscritos. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão, a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982; Mário Magalhães estima um número entre 180 e 220 mil. In: Mário Magalhães. MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- ¹⁵⁹ MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; VINHAS, Moisés. *O Partidão, a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- ¹⁶⁰ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 210.
- ¹⁶¹ Depoimento de Bernardo Élis concedido à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 499.
- ¹⁶² Depoimento de Bernardo Élis concedido à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 197.
- ¹⁶³ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 453.
- ¹⁶⁴ Com frequência membros do Comitê Central participavam de reuniões ou de plenos ampliados.
- ¹⁶⁵ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 528.
- ¹⁶⁶ Depoimento de Bernardo Élis concedido à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 319.
- ¹⁶⁷ Os dois deputados estaduais eleitos pelo Partido Comunista foram Abraão Isaac Neto e Afrânio Francisco de Azevedo, este imediatamente substituído, por motivo de licença, por Paulo Alves da Costa, só retornando ao cargo em outubro de 1947.
- ¹⁶⁸ Dayrell adverte que “não foi encontrado registro que comprove a responsabilidade da bancada em relação à inclusão dessa condição, porque existe apenas uma emenda (nº 158) que aprovada em primeira discussão é mais tarde rejeitada. Assinada por Abraão Isaac Neto e Paulo Alves propõe a substituição da expressão ‘vinte por cento’ por ‘quinze por cento’ no artigo 138 do ante-projeto que limita a cobrança do arrendo”. P. 391. Outras referências bibliográficas, contudo, tomam este dado

como correto, como FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). 243 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 150-157; GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014.

¹⁶⁹ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 443.

¹⁷⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995, p. 62-77.

¹⁷¹ III Conferência Nacional do PCB. 15 de julho de 1946. In: CARONE, Edgard. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Editora Difel, 1982, p. 69.

¹⁷² Para Ligas Camponesas comunistas, ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)*. In: Dossiê Resistencia, Protesta y Revuelta. Expresiones de la disconformidad social. Trocadero: Revista de historia moderna y contemporanea. Ano 2005, nº 17. Universidad de Cádiz. p. 94; SILVA, Idalice Ribeiro. *Flores do mal na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia. 1945-1954*. 445f. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000; COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995; FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). 243 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

¹⁷³ *O Estado de Goiás*, 22 de junho de 1946. Apud GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014, p. 40.

¹⁷⁴ SANTOS, Leonardo Soares dos. *As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)*. In: Dossiê Resistencia, Protesta y Revuelta. Expresiones de la disconformidad social. Trocadero: Revista de historia moderna y contemporanea. Ano 2005, nº 17. Universidad de Cádiz. p. 94.

¹⁷⁵ FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). 243 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 150-157; GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014, p. 45.

¹⁷⁶ Depoimento de Roberto Margonari (militante do PCB) concedido à Eliane Dayrell. Segundo relato “a reação também se organizou. (...) (o comitê) foi dissolvido dessa região, mas esparramou para todo o Estado de Goiás e alguma parte do Mato Grosso”. E ainda: “Eu fui encontrar lá no Zé Porfírio (na luta dos posseiros em Trombas e Formoso, já na década de 1950), diversos que vieram daqui, foram se jogando e acabaram na luta armada lá com o Zé Porfírio”. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 282.

¹⁷⁷ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁷⁸ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

¹⁷⁹ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 504.

¹⁸⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995, p. 77.

¹⁸¹ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 398.

¹⁸² Os comunistas ainda concorreriam às eleições municipais de novembro de 1947, abrigando-se em diferentes siglas. Pouco tempo depois, contudo, passariam a rejeitar o processo eleitoral, considerado uma “farsa”.

- ¹⁸³ FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). Tese (doutorado). Sociologia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- ¹⁸⁴ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 463.
- ¹⁸⁵ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 429.
- ¹⁸⁶ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 457.
- ¹⁸⁷ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 521.
- ¹⁸⁸ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 286-287.
- ¹⁸⁹ DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 200.
- ¹⁹⁰ VERA, Nestor. Terra Livre e a luta dos camponeses. In: *Terra Livre*. 05 de maio de 1949 a 05 de maio de 1963. Suplemento de Aniversário. Maio de 1963, p. 3.
- ¹⁹¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 04, julho 1995, pp. 50-65; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: ROIO, Marcos Del; MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 211-248.
- ¹⁹² FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo*. (1922-1964). 243 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 186.
- ¹⁹³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995, p. 251.
- ¹⁹⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 04, julho 1995, pp. 50-65.
- ¹⁹⁵ O fluxo migratório e o aumento populacional em Goiás foram enormes: de 826.414 habitantes em 1940, o estado passou a 1.214.921 em 1950, e a 1.954.862 habitantes em 1960. Para Bernardo Élis, “Goiás era uma grande romaria”. Palacín, Luis Moraes; Sant’Anna, Maria Augusta. *História de Goiás (1772 – 1972)*. Goiânia: Ed. UFG, 1975. *Apud* GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: Editora UFG, 2014, p. 23.
- ¹⁹⁶ CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- ¹⁹⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 173.
- ¹⁹⁸ ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964)*. Uma resistência ampliada. 168f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2007; MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. 274f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Goiás, 2008; GARCIA, José Godoy. *O caminho de Trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; SOUZA, Renato Dias de. “Fazia tudo de novo”: camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964). 250f. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Goiás, 2010.
- ¹⁹⁹ TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Margens da marcha para o oeste: luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e Sudoeste do Paraná. In: STARLIN, Heloisa; BRAGA, Pauliane (orgs.). *Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de República*. Belo Horizonte: Proex/UFGM, 2013.
- ²⁰⁰ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ²⁰¹ A prosperidade em Formoso e Trombas seria, contudo, interrompida com o golpe civil-militar de 1964. Com os principais líderes na clandestinidade, região foi invadida por tropas militares; a

Associação e os Conselhos de Córrego foram dissolvidos; e um interventor foi nomeado para a prefeitura do município.

²⁰² ABREU, Sebastião de Barros. Trombas. *A guerrilha de José Porfírio*. Brasília: Goethe, 1985, p. 126. *Apud* CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 245.

²⁰³ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

²⁰⁴ Hoje o material se encontra sobre a guarda da historiadora Janaina Amado.

²⁰⁵ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. In: DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 199.

²⁰⁶ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. In: DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 200.

²⁰⁷ ÉLIS, Bernardo. *Um livro novo*. In: Revista Para Todos. Ano II, nº 45/46. 1ª e 2ª quinzena de abril de 1958.

²⁰⁸ Jornal *O Estado de Goiaz*, 26 de agosto de 1952, nº 1456, ano 20, p. 1.

²⁰⁹ Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de Goiaz*, Bernardo Élis afirmou “ter regressado com a melhor impressão possível da pátria de Stálin, onde pode observar o desenvolvimento espantoso”. In: Jornal *O Estado de Goiaz*, 02 de junho de 1953, nº 1.482, ano 21, p. 1; Jornal *O Estado de Goiaz*, 02 de junho de 1953, nº 1.482, ano 21, p. 1; Série Atividades Políticas. Fundo Bernardo Élis. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE; AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²¹⁰ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 113.

²¹¹ Para Todos, Ano I, nº 12. 1ª quinzena de novembro de 1956.

²¹² Entrevista de Bernardo Élis concedida à Euler Belém. *Bernardo Élis revela que foi stalinista e que tem medo de passar fome*. Diário da Manhã, Goiânia, 7 abr. 1991. DM Debate, pp. 18 e 19. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

²¹³ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Enid Yatsuda Frederico. Maio, 1996. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

²¹⁴ Não podemos ignorar que este foi o ano da publicação do relatório de Nikita Krushev, denunciando o culto à personalidade, o autoritarismo do sistema, o rompimento com a legalidade socialista, e muitos dos crimes cometidos por Stálin, abalando o movimento comunista em todo o mundo. Em Goiás, particularmente, o impacto do relatório se deu principalmente nos meios intelectuais. In: CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

²¹⁵ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual*. Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Editora Papirus, 2002.

²¹⁶ Em 1954, a ameaça de expulsão de aproximadamente cem famílias de camponeses de uma fazenda em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, levou à organização espontânea de uma associação de ajuda e defesa dos lavradores, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, a SAPP. Dispostos a encaminhare suas demandas por meios legais, a Associação procurou o advogado Francisco Julião, que passou a dedicar-se à causa dos camponeses. Em pouco tempo a SAPP obteve êxito em suas reivindicações, causando descontentamento dos fazendeiros da região, que para depreciá-la e coloca-la na ilegalidade, passaram a chama-la de liga camponesa, em uma referência às associações do Partido Comunista Brasileiro. O nome pegou, mas não da maneira pretendida. O movimento se espalhou por todo país e Francisco Julião se tornou o principal representante da reforma agrária radical. Para Ligas Camponesas, ver: AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984; AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982; MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Coleção O Brasil Republicano, volume 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

²¹⁷ O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) surgiu no Rio Grande do Sul em 1960, quando 300 posseiros de Encruzilhada do Sul, que ocupavam uma área de 1800 hectares há cinquenta anos, foram ameaçados de despejo pelo suposto dono das terras. Decididos a resistir, os posseiros buscaram o apoio legal, e com a ingerência do então governador Leonel Brizola, os ocupantes de

Encruzilhada do Sul conseguiram a legalização e posse das terras. Estimulados por essa vitória, centenas de outras associações camponesas se formaram, dando corpo ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra. Para MASTER, ver: ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

²¹⁸ Formada a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica e Juventude Estudantil Católica, a Ação Popular (AP) constituiu-se em 1963 em Salvador. Rejeitando a concepção de partido de vanguarda e de ditadura do proletariado, a AP propunha uma atuação no movimento de massas a partir do conceito de socialismo com humanismo. Até 1964, a AP teve forte presença no movimento social, conquistando a hegemonia do movimento estudantil e influência significativa nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Para AP, ver: CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS FILHO, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 5. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

²¹⁹ ÉLIS, Bernardo. *Algumas considerações em torno da questão agrária*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Ano I - Janeiro/Junho 1963. p. 55-57.

²²⁰ Atos da Revolução. Fundo DOPS-GO. Centro de Informação e Documentação Arquivística – UFG.

²²¹ O livro seria liberado meses mais tarde. In: ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 147.

²²² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 198.

²²³ PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999; PRADO JR., Caio. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Revista Brasiliense, nº 47, maio de 1963; PRADO JR. Caio. *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 28, março de 1960;

²²⁴ Tópico do texto *As teses e a revolução brasileira*, escrito para a “Tribuna de Debates do V Congresso do PCB”. Novos Rumos de 17 a 23/06/1960. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 67-73; PRADO JR., Caio. *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 43, setembro de 1962.

²²⁵ Tópico do texto *As teses e a revolução brasileira*, escrito para a “Tribuna de Debates do V Congresso do PCB”. Novos Rumos de 17 a 23/06/1960. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 67-73.

²²⁶ PRADO JR., Caio. *Marcha da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, nº 51, janeiro de 1964, p. 5-6.

²²⁷ SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

²²⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

²²⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As três frentes de luta de classes no campo brasileiro*. Tribuna de Debates do V Congresso do PCB. 1960. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p. 75-92.

²³⁰ ÉLIS, Bernardo. *Algumas considerações em torno da questão agrária*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Ano I - Janeiro/Junho 1963. p. 47- 57. A publicação em questão ligava-se ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB), da Universidade Federal de Goiás, na qual Bernardo era professor de geografia brasileira.

²³¹ O autor cita o artigo *A questão agrária brasileira: declarações prestadas à comissão de reforma agrária da Câmara dos Deputados* publicado por Alberto Passos Guimarães no Boletim Geográfico, ano XX, janeiro-fevereiro de 1962, nº 166. p. 53-57. Disponível em Biblioteca IBGE. http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n166_jan_fev.pdf

²³² PAIXÃO, Moacir. *Elementos da questão agrária brasileira*. Revista Brasiliense, setembro/outubro de 1959.

²³³ ÉLIS, Bernardo. *Algumas considerações em torno da questão agrária*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Ano I - Janeiro/Junho 1963. p. 55.

²³⁴ ÉLIS, Bernardo. *Algumas considerações em torno da questão agrária*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Ano I - Janeiro/Junho 1963. p. 55-57.

²³⁵ Bernardo Élis também deixa claro sua repulsa pelos projetos oportunistas que eram apresentados pelos governos estaduais. Provavelmente o autor se referia à Revisão Agrária Paulista, projeto que muito repercutiu – de forma negativa - na imprensa comunista. Para os projetos oficiais para reforma agrária, ver: MARCONDES, J.V. Freitas. *Revisão e Reforma Agrária: quatro estudos*. São Paulo: 1962.

²³⁶ *Os dois Brasis* pode ser considerado um dos livros mais importantes do período, pois publicizou a tese da sociedade dual brasileira, incorporada por intelectuais de diversas filiações. Nesta interpretação, em alguns países subdesenvolvidos coexistiria a produção capitalista industrial, limitada regionalmente, com um sistema semifeudal de grandes latifúndios. Seria uma estrutura formalmente capitalista, que se apresentaria sob duas formas: emprego direto de assalariados agrícolas ou entrega de terras em arrendamento. Mas sob sua aparência capitalista, isto é, de relações econômicas impessoais, apareciam, na realidade, os elementos de subordinação pessoal, uma extensão da servidão. In: LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Editora Nacional, 1984; SINGER, Paul. *Apud FRANK, Andrew Gunder*. A agricultura brasileira: capitalismo e feudalismo. Revista Brasileira, nº 51, janeiro de 1964, p. 52.

CAPÍTULO 3 – A intervenção literária

²³⁷ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

²³⁸ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008, p. 133-147.

²³⁹ BARROS, Luitgarde. *Sertão*. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 425.

²⁴⁰ O conceito de pária, no sentido que interessa a esse trabalho, foi sintetizado por Hannah Arendt, que buscava compreender a situação do povo judeu no entre guerras, na primeira metade do século XX. Sua condição naquele momento era sobretudo de impossibilidade: não podiam se integrar à sociedade em que viviam, nem tampouco tinham meios de retornar à sua sociedade de origem. Sua situação política era de tal gravidade que perdiam o “seu direito a ter direitos”, e se viram privados das garantias de toda ordem: direitos sociais, civis, políticos. Viviam à margem da comunidade política, apátridas em sua própria terra. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

²⁴¹ CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

²⁴² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

²⁴³ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

²⁴⁴ BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. Ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 32.

²⁴⁵ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008, p. 133-147.

²⁴⁶ Em seu livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Nasr Chaul relativiza a ideia de “fausto e esplendor” do período aurífero, assim como a ideia de atraso e decadência subsequentes ao fim do ciclo do ouro. Para o autor o quadro que se pode pintar de Goiás tem cores mais matizadas do que a historiografia tradicional tem apresentado. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010, p. 21.

²⁴⁷ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010, p. 24.

²⁴⁸ Grifo nosso. ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 119.

²⁴⁹ Bernardo Élis citado por Albertina Vicentini. VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 136.

²⁵⁰ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Literatura e História*. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 104.

²⁵¹ *A terra e as carabinas* foi publicada em 1987 na Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 2; e posteriormente pela editora R&F; ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005.

²⁵² BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.

²⁵³ Grifo nosso. ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 35.

²⁵⁴ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 42.

- ²⁵⁵ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 43.
- ²⁵⁶ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 40.
- ²⁵⁷ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 59.
- ²⁵⁸ ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 66.
- ²⁵⁹ MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 334-380.
- ²⁶⁰ Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. In: DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 502.
- ²⁶¹ TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2007, P. 65.
- ²⁶² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 118.
- ²⁶³ Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis, quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ²⁶⁴ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 152-153.
- ²⁶⁵ ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ²⁶⁶ Chacina dos Nove é a denominação mais comum do evento na região. Para saber mais: PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-feira sangrenta*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1980.
- ²⁶⁷ Respectivamente Totó Caiado e Eugênio Jardim, representantes das maiores oligarquias do estado. A relação completa entre personagens reais e personagens do romance pode ser encontrado no artigo de José Liberato Costa Póvoa, *Quem é quem no livro O Tronco*. Jornal de Minas, Belo Horizonte, 02 de junho de 1979. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ²⁶⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. Romance de protesto. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ²⁶⁹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 124.
- ²⁷⁰ No sentido atribuído, por Marx e Engels, à XI Tese sobre Feuerbach, onde se trata da proposição que serviu como pedra de toque para o conceito de práxis no pensamento marxista: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (grifos no original) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.103
- ²⁷¹ ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 05.
- ²⁷² CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- ²⁷³ ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 19.
- ²⁷⁴ ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 57.
- ²⁷⁵ “Era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço a espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia as canelas do cristão, que ali ficava jungido. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado”. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 171.
- ²⁷⁶ ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 276.
- ²⁷⁷ Fazemos aqui uma alusão ao conto *A Terceira Margem do Rio*, de João Guimarães Rosa, publicado pela primeira vez no livro *Primeiras Estórias*, em 1962, no sentido de uma solução inesperada, uma linha de fuga não prevista, uma possibilidade inventada. STARLING, Heloisa Maria Murgel. Outras bossas: João Gilberto, Guimarães Rosa e a língua poética do Brasil. In: GARCIA, Walter (org.). *João Gilberto*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, 190-206.
- ²⁷⁸ Nas palavras de Bloch: “A vontade utópica autêntica não é de forma alguma um almejar infinito, ao contrário: ela quer o meramente imediato e, dessa forma, o conteúdo não possuído do encontrar-se e do estar-aí [Dasein] finalmente mediado, aclarado e preenchido, preenchido de modo adequado à felicidade.” BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1, p.23
- ²⁷⁹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000; RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- ²⁸⁰ BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.
- ²⁸¹ SANTOS, Leila Borges Dias. *Mundo dado e mundo construído na obra de Bernardo Élis*. In: Revista Signótica. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Vol. 23, n. 1, 2011, p. 87-106.
- ²⁸² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 180.

- ²⁸³ Que à época não se apresentavam tão claramente, mas que depois foram sistematizados por Bernardo Élis, a fim evita-los, em parte, na elaboração de contos futuros. In: ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 113.
- ²⁸⁴ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 115.
- ²⁸⁵ ÉLIS, Bernardo. Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 03-09.
- ²⁸⁶ ÉLIS, Bernardo. Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 09.
- ²⁸⁷ JORGE, Miguel. Sessenta anos de Ermos e Gerais. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 83.
- ²⁸⁸ ÉLIS, Bernardo. André Louco. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 18-71.
- ²⁸⁹ ALMEIDA, Nelly Alves de. *Presença literária de Bernardo Élis*. Antologia. 1970, p. 41.
- ²⁹⁰ No sertão, certas doenças são sentenças de exclusão social. A loucura é uma delas, e é abordada em *Ermos e Gerais* também no conto *O louco da sombra*. Ainda em *Ermos e Gerais*, temos o conto *As morféticas*, que retrata o isolamento em que viviam os portadores de hanseníase no sertão.
- ²⁹¹ ÉLIS, Bernardo. André Louco. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ²⁹² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 123.
- ²⁹³ CUNHA, Wilna de Jesus Coelho. *A oralidade na obra de Bernardo Élis*. Goiânia: Kelps, 1998, p. 100.
- ²⁹⁴ OLIVAL, Moema de Castro e Silva. ‘Chegou o governador’, ficção e história. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 61.
- ²⁹⁵ GIMENEZ, José Carlos. *A presença do imaginário medieval no Brasil colonial: descrição dos viajantes*. In: Acta Scientiarum, Maringá, 23(1):207-213, 2001.
- ²⁹⁶ VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 137-138
- ²⁹⁷ TELES, Gilberto Mendonça. Dos Ermos aos Caminhos dos Gerais. Suplemento *Cultura*, O Estado de Goyaz. Goiânia, 12 de agosto de 1979. In: Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.
- ²⁹⁸ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 113.
- ²⁹⁹ ÉLIS, Bernardo. Um assassinato por tabela. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 90-95.
- ³⁰⁰ ÉLIS, Bernardo. *Caminhos e descaminhos*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ³⁰¹ ÉLIS, Bernardo. Ontem, como hoje, como amanhã, como depois. In: *Caminhos e Descaminhos*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 12-23.
- ³⁰² CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- ³⁰³ OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *O processo sintagmático na obra literária*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 40.
- ³⁰⁴ ÉLIS, Bernardo. *Veranico de Janeiro*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1.
- ³⁰⁵ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 182.
- ³⁰⁶ SANTOS, Rogério Santana dos. *O triunfo do conto: em Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis*. 357 f. Tese. (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 145.
- ³⁰⁷ SANTOS, Leila Borges Dias. *Mundo dado e mundo construído na obra de Bernardo Élis*. In: Revista Signótica. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Vol. 23, n. 1, 2011, p. 87-106.
- ³⁰⁸ ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Urias (Org.). *O novo espírito utópico*. Tradução de Claudio Stieltjes, Lucy R. de Moura, Lygia Watanabe, Urias Arantes. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- ³⁰⁹ BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1, p.23.
- ³¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Parreira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³¹¹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 130.

³¹² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.

³¹³ ÉLIS, Bernardo. A crueldade benéfica de Tambiú. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 80-84.

³¹⁴ MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

³¹⁵ MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

³¹⁶ STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Subúrbio. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. In: CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Travessia. A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Margens do Brasil na ficção de Guimarães Rosa. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.